



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ- UFPI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS- CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL

ÁBDON ERES DA SILVA NETO

“ASSIM COMO NASCIA O SOL, NASCIA TAMBÉM ÁGUA BRANCA”:
O processo de emancipação política de Água Branca-PI (1954 – 1957)

Teresina – PI
2019



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ- UFPI
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS- CCHL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DO BRASIL

ÁBDON ERES DA SILVA NETO

“ASSIM COMO NASCIA O SOL, NASCIA TAMBÉM ÁGUA BRANCA”:
O processo de emancipação política de Água Branca-PI (1954 – 1957)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, para a obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento.

Teresina – PI
2019

FICHA CATALOGRÁFICA
Universidade Federal do Piauí
Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco
Serviço de Processamento Técnico

S586a Silva Neto, Ábdon Eres da.
“Assim como nascia o sol, nascia também Água Branca”: o processo de emancipação política de Água Branca-PI (1954 – 1957) / Ábdon Eres da Silva Neto. – 2019.
147 f. : il.

Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2019.
“Orientador: Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento”.

1. Água Branca (PI). 2. Emancipação. 3. Município.
4. Memórias. I. Título.

CDD 981.22

ÁBDON ERES DA SILVA NETO

“ASSIM COMO NASCIA O SOL, NASCIA TAMBÉM ÁGUA BRANCA”:
O processo de emancipação política de Água Branca-PI (1954 – 1957)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Centro de Ciências Humanas e Letras, da Universidade Federal do Piauí, para a obtenção do grau de Mestre em História do Brasil.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento.

Avaliado em _____/_____/_____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Alcides do Nascimento (Orientador)
Universidade Federal do Piauí

Prof. Dr. Antonio Paulo Rezende (Avaliador externo)
Universidade Federal de Pernambuco

Profª Dra. Marylu Alves de Oliveira (Avaliadora interna)
Universidade Federal do Piauí

Profª Dra. Sabrina Steinke (Suplente)
Universidade Federal do Piauí

A todos aqueles que veem significado no estudo da história de suas cidades.

AGRADECIMENTOS

DEUS, obrigado por ter proporcionado todas as condições para que este trabalho fosse concluído!

Agradeço

A meus pais Marilene Eres e Francisco José por acreditarem e se preocuparem.

A meus irmãos Ravenna Eres e Artur Eres, pela companhia e apoio.

À minha família, por me proporcionar os melhores momentos.

Ao meu orientador Alcides Nascimento, por quem carrego grande admiração, desde a graduação. Obrigado pelas atentas leituras aos meus textos, pelos valiosos comentários, pelos livros e especialmente pelas palavras de apoio que vieram no momento certo.

A meus entrevistados: Francisco Alves Catarino, Pedro Alves dos Reis, Milton Floriano Siqueira, José Alves Teixeira e Maria Macedo Soares. Obrigado pela disposição em compartilhar suas experiências do jeito mais agradável possível e por serem meus guias nesse passeio que foi estudar a cidade de Água Branca da década de 1950. E em especial agradeço a Francisco Alves Catarino por compartilhar o material de sua pesquisa sobre a cidade.

Aos meus amigos da graduação: Jessica, Ash, Allyson, Thiago, Allana. Nossas histórias continuam se cruzando!

A Franciadna, pela amizade que tem se consolidado pelo caminho sempre próximo que seguimos.

Ao Samuel pela confiança, amizade e companheirismo nessa luta que é a vida.

Ao Pablo pela ajuda em fotografar as atas das Câmaras Municipais.

Ao Gabriel pela amizade, pela força e pelas grandes discussões.

Ao Sthênio Sousa, ser humano admirável, batalhador e muito solícito.

À Sabrina Steinke, pela atenção que dedicou a mim, por compartilhar seus conhecimentos, por todo o apoio e carinho. Jamais me esquecerei dos rabiscos no quadro do NHO, eles foram as bases da minha pesquisa.

À Marylu Oliveira. Professora e também amiga. Não sei como agradecer. Você é uma daquelas pessoas que nos ajudam e não entendemos o porquê. Você foi quem mais me compreendeu, talvez por conhecer Água Branca tão bem. Me apontou caminhos teóricos, fontes, métodos... obrigado pela dedicação. Infinitos agradecimentos a você!

À professora Cláudia Cristina. Obrigado por me mostrar a importância de “ver as pessoas” na História, pelas chamadas de atenção ao cuidado com as fontes, com o recorte temporal, com os métodos de historiador.

Aos funcionários das Câmaras Municipais pela boa recepção e disposição em ajudar, em especial Ana Cláudia (Agricolândia), Liara (Água Branca) e Renato (São Pedro).

Aos funcionários do Arquivo Público de Teresina, em especial o senhor Sebastião.

Ao senhor Jansen Xavier, morador de São Pedro do Piauí e escritor de alguns livros sobre esse município, que nos concedeu informações sobre alguns políticos de lá, como Francisco José de Carvalho, Esmeraldino de Sousa Ramalho e Cleanto Jales de Carvalho.

À Rairana Moita, por sempre me receber bem na Coordenação do Mestrado e nunca negar ajuda.

Ao Mestrado em História do Brasil, por representar a oportunidade de aprofundar os estudos na área de História.

A Capes, pela bolsa indispensável à permanência no programa e execução da pesquisa.

Às pessoas da turma 14, pelas discussões e aprendizado, em especial Marcus Pierre, pela amizade e apoio, e aos que estreitei mais os laços de amizade: Kamila, Alessandra, Jessika, Francisco Cardoso e Irisneide. Agradeço a vocês por serem meu chão psicológico, por sempre me lembrarem de que eu não estava sozinho e por serem a razão dos meus melhores sorrisos.

RESUMO

Como aconteceu o processo de emancipação política de Água Branca e como repercutiu entre os moradores? Para responder a essa pergunta consideramos que a criação de municípios aconteceu dentro de uma realidade social específica a qual tivemos acesso considerando o conceito de *representação* de Roger Chartier, para assim entender como as unidades municipais eram vistas na década de 1950, as *apropriações* daí decorrentes e as *práticas* oriundas, nas quais a criação de municípios foram inseridas. Para a análise da construção desse espaço definido como cidade, usamos a proposição de Sandra Jatahy Pesavento: a cidade além de materialidade é também uma sociabilidade e uma sensibilidade. Água Branca que tentamos apresentar ao leitor perpassa as questões espaciais e materiais e, como já mencionado, penetra no universo do sensível, das formas de querer ser e estar no social. Como fontes utilizamos as atas da Assembleia Legislativa do ano de 1954, o Código de Posturas e as atas da Câmara Municipal de Água Branca de 1954 a 1957. Empregando a metodologia da História Oral, através da qual utilizamos a técnica da entrevista, construímos nossas fontes orais, atentos aos ensinamentos de Verena Alberti e Paul Thompson. As narrativas daí decorrentes foram analisadas com base em Maurice Halbwachs que afirma que recordamos a partir do ponto de vista da coletividade. Contudo, não deixamos de considerar que é o indivíduo que lembra e, neste ponto, as reflexões de Michael Pollak nos chamam a atenção por realçar a ação do indivíduo, cujo ato de lembrar é também uma “reconstrução de si”. O estudo de Ecléa Bosi sobre memórias de velhos também nos foi bastante significativo, ampliando nossa visão sobre esses sujeitos históricos que “já trabalharam por seus contemporâneos e por nós”. Dentro do recorte de 1954 a 1957, justificado pelo ano da emancipação (1954) e pela duração do primeiro mandato municipal (1955-1957), organizamos o trabalho em três capítulos: o primeiro compreende como aconteceu o trâmite legal e social que possibilitou a criação do município de Água Branca; o segundo discute como se deu organização do município nos primeiros anos após a emancipação política e o terceiro entende como a criação do município repercutiu na vida dos moradores.

Palavras-chave: Água Branca (PI). Emancipação. Município. Memórias.

ABSTRACT

How did the political emancipation process take place in the city of Água Branca (White Water) and how did it affect the residents? In order to answer this question, we consider that the creation of municipalities took place within a specific social reality that we had access to through the concept of representation of Roger Chartier, in order to understand how the municipal units were seen in the 1950s, the appropriations resulting therefrom and the practices of the times, in which the creation of municipalities were inserted. For the analysis of the construction of this space defined as a city, we use the proposition of Sandra Jatahy Pesavento: the city beyond materiality is also a sociability and a sensitivity. The Água Branca(White Water) that we try to show to the reader permeates the spatial and material questions and, as already mentioned, penetrates the universe of the sensitive, the ways of wanting to be and to be in the social. As sources we use the minutes of the Legislative Assembly of 1954, the Code of Postures and the minutes of the Água Branca(White Water) City Council from 1954 to 1957. Using the Oral History methodology, through which we use the interview technique taught by the teachings of Verena Alberti and Paul Thompson. In this way we form our oral sources. The resulting narratives were analyzed on the basis of Maurice Halbwachs, who states that we recall from the point of view of collectivity. However, we do not fail to consider that it is the individual who remembers and at this point the reflections of Michael Pollak call attention to the action of the individual, whose act of remembering is also a "reconstruction of self." Ecléa Bosi's study of memories of the elderly was also significant in broadening our view of these historical subjects who "have worked for their contemporaries and for us." From 1954 to 1957, justified by the year of emancipation (1954) and the duration of the first municipal term (1955-1957). The work is organized into three chapters: the first one understands how the legal and social process took place that made the creation of the municipality of Água Branca(White Water) possible; the second discusses how the municipality was organized in the first years after the political emancipation and the third understands how the creation of the municipality had an impact on the life of the residents.

Key words: Água Branca (White Water) (PI). Emancipation. County. Memories.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Desmembramento do município de São Pedro do Piauí	13
Quadro 2 Municípios criados no Piauí na década de 1950	41
Quadro 3 Deputados Estaduais (e respectivos partidos) que compunham as comissões para visita aos novos municípios instalados	50/51
Quadro 4 Produto Interno Bruto dos Municípios - 2015.	99

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 Parecer do deputado Ezequias Costa defendendo a criação do município de Itauera, maio de 1952.	38
Figura 2 Resultado das primeiras eleições municipais - Água Branca, 1954	71
Figura 3 Políticos eleitos - Água Branca, 1954	72
Figura 4 Mapa do município de Água Branca	95
Figura 5 Açude de Água Branca (Margem próxima à BR 343).....	96
Figura 6 Acesso a Água Branca pela BR 343	97
Figura 7 Avenida Neco Teixeira	98
Figura 8 Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (padroeira da cidade).....	98
Figura 9 Centro Educacional Monsenhor Boson.....	99
Figura 10 Mapa demonstrativo da localização de Água Branca	106
Figura 11 Busto de Joaquim Gomes Callado	109
Figura 12 Pedro Alves dos Reis e sua esposa Gonçala Ferreira da Silva Vitalina	114
Figura 13 Milton Floriano Siqueira.....	118
Figura 14 Maria Soares Macedo.....	124
Figura 15 José Alves Teixeira	129

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE ÁGUA BRANCA NO CONTEXTO DE CRIAÇÕES DE MUNICÍPIOS NO PIAUÍ EM 1954.....	23
2.1 A criação de municípios para além dos critérios exigidos pela Constituição.....	24
2.2 As representações sobre o município na década de 1950.....	30
2.3 Apropriações sobre o municipalismo	36
2.4 Emancipação política e cultura política: a criação de municípios como prática	40
2.4.1 Municípios, disputas e vínculo eleitoral.....	46
2.4.2 Política e violência nas eleições de 1954	52
3 ENCANTOS E DESENCANTOS NA ORGANIZAÇÃO DO RECÉM-INSTALADO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA	64
3.1 A cidade, o encanto.....	65
3.2 A cidade, o desencanto	70
3.3 Mudanças na cidade a partir das atas e da memória dos entrevistados	83
4 MEMÓRIAS E SIGNIFICADOS DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE ÁGUA BRANCA	94
4.1 Representações da cidade e construção de identidades nas memórias sobre a emancipação política de Água Branca.....	95
4.2 Memórias da emancipação política.....	112
4.2.1 A memória política de Pedro Alves dos Reis.....	113
4.2.2 A memória de infância de Milton Floriano Siqueira.....	118
4.2.3 Professora e contadora: a memória de Maria Soares Macedo	124
4.2.4 Memória e mudanças na narrativa de José Alves Teixeira	129
4.2.5 As memórias sobre a emancipação política: interações entre memória celebrativa e memórias individuais	134
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	139
REFERÊNCIAS	141

1 INTRODUÇÃO

Objeto de pesquisa e justificativa.

Muitas vezes vimos povos, sociedades e nações fora do mundo ocidental – e posso facilmente identificar-me com eles – sucumbirem a medos que ocasionalmente os levaram a cometer gestos estúpidos, tudo devido ao seu medo da humilhação e às suas suscetibilidades. Sei também que no Ocidente – um mundo com que consigo me identificar com a mesma facilidade – as nações e os povos que cultivam um orgulho excessivo por sua riqueza, e por terem produzido a Renascença, o Iluminismo e o modernismo, sucumbem de tempos em tempos a uma presunção que é quase igualmente estúpida. Isso significa que meu pai não era o único, e que todos damos importância excessiva à ideia de um mundo dotado de um centro. Mas o que nos impele ao recolhimento por anos a fio para escrever é a fé na ideia oposta: a convicção de que um dia nossas obras serão lidas e compreendidas, por que as pessoas do mundo todo são parecidas umas com as outras¹.

O que nos chama atenção no discurso de Pamuk (2007), é uma situação que não é exclusiva da literatura: a importância excessiva dada à ideia de um mundo dotado de centro. Deparamo-nos constantemente com essa ideia, que parece ter uma extensão infinita, podendo ser vista desde a relação Ocidente-Oriente, passando pela relação Sudeste-Nordeste e chega até relação capital-demais cidades. Na História isso também acontece.

A historiografia piauiense, apesar dos diversos trabalhos já escritos, ainda carece de pesquisas sobre as chamadas “cidades do interior”, cuja denominação já demonstra referência ao lugar ocupado por elas em relação à capital. Ainda é muito comum as disciplinas de História do Piauí tratarem somente da cidade de Teresina, dando a impressão de que somente esta é representativa da História do estado, relegando às demais cidades o lugar de Histórias regionais.

Cidades que “não serviram de cenário para os ‘grandes acontecimentos’, nem se localizam nos centros decisórios do poder, nem nas áreas de grande dinamismo econômico”² são comumente excluídas da história. Entretanto, se enfatizarmos a cidade pelo elemento essencial que a constitui, isto é, o humano, menos força teria a ideia de mundo baseada em centro. A intenção não é lutar pelo “cargo” de centralidade, mas

¹ PAMUK, Orhan. Discurso da cerimônia de entrega do prêmio Nobel de literatura de 2007. In: _____ **A maleta do meu pai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

² VIANA, Hélder do Nascimento; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da; ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar (org.). **Cidade e diversidade**: itinerários para a produção de materiais didáticos em História. Natal: EDUFRRN, 2012, p. 15. Os autores chamam atenção para alguns riscos quando se pretende tratar essas cidades, dos quais destacamos: não levar em conta a diversidade social e étnica que a constituem; desconsiderar as forças externas de natureza econômica e política que incidem sobre elas; e associar a cidade a uma obra fruto de figuras heroicas ou a um determinado grupo social.

ressaltar a importância de estudar as diversas cidades piauienses como parte integrante da história do estado e do país, sempre atentos para não sermos “arrastados para o domínio dos regionalismos acríticos [...]” (VIANA, 2012). Eis um dos propósitos de nosso trabalho.

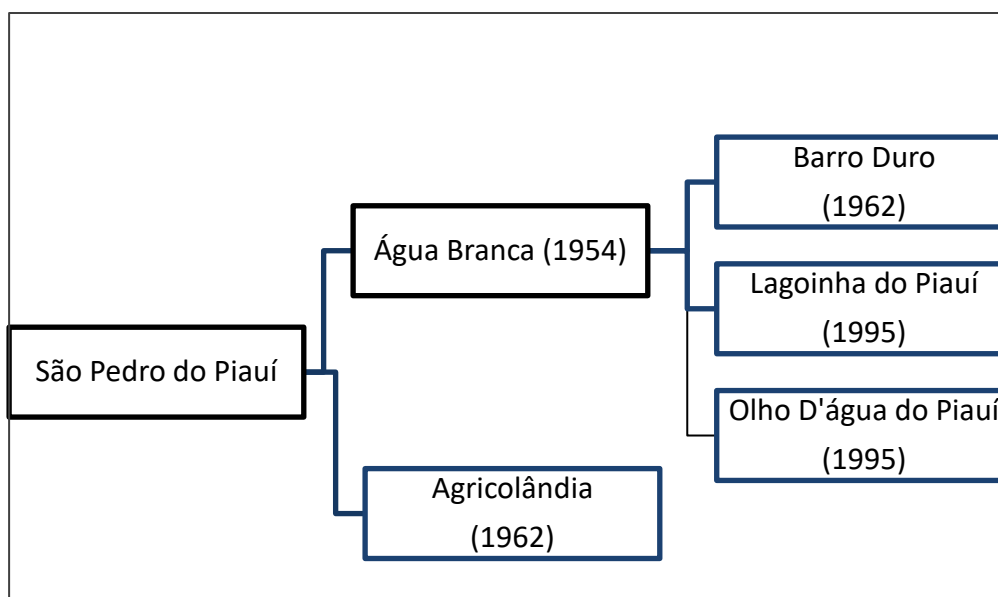
Em março de 2016, apresentei um trabalho monográfico sobre a cidade de Lagoinha do Piauí³ - escrito sob a orientação do Professor Francisco Alcides do Nascimento - intitulado *Lagoinha do Piauí: povoado, emancipação, cidade*⁴, no qual me propus a escrever “uma história” da cidade que levasse em conta aspectos do seu povoamento até a construção de sua estrutura urbana, organizada, em grande parte, após a emancipação política. A pesquisa desenvolvida despertou o interesse em estudar as cidades localizadas em seu entorno, especialmente no que se refere à emancipação política e as questões urbanas daí decorrentes. Escolhendo o município de São Pedro do Piauí⁵ como ponto de partida, elenquei um conjunto de cidades sobre as quais gostaria de pesquisar. O quadro esquema a seguir ilustra a proposta.

Quadro 1. Desmembramento do município de São Pedro do Piauí

³ O município de Lagoinha do Piauí foi criado em 14 de dezembro de 1995. Localiza-se na Microrregião do Médio Parnaíba Piauiense, apresenta uma área de 67, 504 quilômetros quadrados. Fica próximo ao entroncamento entre a BR 316 e a 343, possibilitando o surgimento de pontos de comércio nas margens da BR. Porém, a agricultura é o tipo de trabalho que ocupa o maior número de pessoas. De acordo com o censo do IBGE de 2010 (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), viviam em Lagoinha nesse período 2.656 habitantes e a densidade demográfica de 39, 35 habitantes por quilômetros quadrados.

⁴ SILVA NETO, Ábdon Eres da. **Lagoinha do Piauí: povoado, emancipação, cidade**. Teresina, 2016.

⁵ O município de São Pedro do Piauí, até constituir-se como tal e com essa denominação, sofreu várias vezes a intervenção da legislação brasileira, que modificava constantemente a divisão jurídica do Estado. Distrito criado em 1893 sob a denominação de Belém. Posteriormente foi elevado à categoria de vila, sendo desmembrado de Amarante. Em 1931 é extinto e seu território mais uma vez é anexado a Amarante. Pelo decreto nº 1478 de setembro de 1933, a localidade é finalmente elevada à categoria de município com a denominação de São Pedro do Piauí. Segundo o Censo do IBGE de 2010, São Pedro tinha, nesse período, uma população de 13. 639 pessoas e dentre as atividades realizadas destaca-se a produção agrícola.



Fonte: elaborado pelo autor.

Todos os municípios do quadro têm em comum o fato de já terem pertencido ao território de São Pedro do Piauí. Dessa forma, a intenção foi estudar a emancipação de cada um desses municípios, as questões urbanas daí originadas, produzindo, por fim, um estudo comparativo que pudesse evidenciar as semelhanças e as diferenças do processo de emancipação política em cada um deles.

A proposta, um tanto envolvente, esbarrou na abordagem metodológica: não tinha uma problemática de pesquisa que desse conta de abarcar o enorme e variado recorte temporal/espacial proposto. As fontes, representadas principalmente, pelas atas das Câmaras Municipais dessas cidades, comprometiam a realização de uma análise que trouxesse resultados satisfatórios, especialmente considerando o curto tempo de duração do mestrado. Buscando realizar a pesquisa dentro das circunstâncias possíveis, decidi superar o trauma da proposta inicial e escolher uma dentre aquelas cidades. A escolhida foi Água Branca do Piauí e longe da redução do recorte espacial diminuir a abrangência e a importância do trabalho, permitiu-me uma aproximação mais profunda com essa cidade. Ressalto que muitos fatores convergiram para a sua escolha em particular, como a quantidade de fontes disponíveis e as relações do pesquisador com essa cidade.

Água Branca me inquietou e chamou a atenção pelo poder de atração que tem sobre as cidades que a circundam. Algo sentido em minha própria experiência: enquanto morador de Lagoinha, Água Branca foi a cidade para onde me dirigi muitas vezes atraído pelo comércio, pelo lazer, pelos serviços financeiros, administrativos e, principalmente, educacionais. Foi para Água Branca que me descolei durante cinco

anos para concluir o ensino fundamental. E não estava sozinho: pessoas de Barro Duro, Agricolândia, Olho D'água, São Pedro realizavam trajeto com fins semelhantes. Afinal, o que fazia com que Água Branca, diferente das outras cidades emancipadas de São Pedro do Piauí, acabasse por se tornar um ímã?

Com a redução da escala de análise, o objeto da pesquisa concentrou-se na emancipação política de Água Branca. Como aconteceu o processo de emancipação política de Água Branca e como repercutiu entre os moradores? Foi esta a pergunta inicial que norteou a investigação.

Diálogos teóricos

Ao realizar uma pesquisa exploratória sobre a criação de municípios no Brasil, nos deparamos com textos de outras áreas, como Ciências Políticas, Geografia e Administração, em sua maioria, tratando desse fenômeno em fins da década de 1988. Poucos deles se remetiam à década de 1950, período em que Água Branca foi emancipada. Nesses textos ficou evidente a constatação de causas para explicar a criação de município, como os interesses eleitoreiros, o crescimento econômico, demográfico, as características de ocupação do espaço brasileiro, o interesse pelos recursos destinados pela União, a luta da população por melhores condições de vida. Entretanto, acreditamos que se ater a essas causalidades na história poderia representar um risco à compreensão do processo. Assim, recorrendo a Paul Veyne (2014), consideramos essas causas como ponto de partida, como possíveis episódios que antecedem uma trama, tomando cuidado para não engessarmos nossas conclusões.

Nesse sentido, a abordagem do objeto levou em conta, principalmente, o contexto político, social e cultural do estado do Piauí na década de 1950, mais especificamente do ano de 1954 em que o município de Água Branca foi emancipado. Para perceber esse contexto pensamos a criação dos municípios como processos que envolviam não apenas o político, mas o social e o cultural.

Dito isso, consideramos que a criação dos municípios aconteceu dentro de uma realidade social específica a qual pudemos ter acesso considerando o conceito de representação de Roger Chartier⁶ (1988). Para este autor, que guia suas análises dentro da história cultural, um dos caminhos possíveis para identificarmos, em um tempo e

⁶ CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

lugar, o modo como uma dada realidade social é construída, é considerar as representações – apresentação de algo ausente –, ou seja, as classificações e esquemas intelectuais que organizam as formas de ver o mundo. Desse modo, a partir das cláusulas da Constituição de 1946 referentes aos municípios, dos discursos federais e de gestores municipais percebemos que estes apresentavam uma visão sobre o município, que ressaltava o seu valor dentro da nação.

Chartier (1988) reflete que a problemática do mundo como representação exige uma reflexão sobre as apropriações. Estas se referem ao modo como se articula o mundo do texto e o mundo do sujeito. Aplicada à nossa análise, esta noção permitiu visualizarmos a adequação do modo de ver o município na década de 1950 às justificativas em prol da criação de municípios. O referido autor pondera ainda que uma representação só tem existência verdadeira quando ela comanda atos, quando dá origem a práticas. Nesse sentido, percebemos as representações positivas acerca dos municípios como matrizes para criação de município no ano de 1954.

Seguindo esse raciocínio, associamos a noção de prática à de cultura política, pois percebemos que os municípios gestados no ano 1954 foram criados dentro de um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por um determinado grupo humano”⁷, isto é, com base em uma cultura política local.

Para a análise da cidade, usamos a proposição de Pesavento⁸ (2007): a cidade além de materialidade é também sociabilidade e sensibilidade. As cidades são “por excelência, um fenômeno cultural, ou seja, integradas a esse princípio de atribuição de significados ao mundo”⁹, sendo assim importante estudarmos o urbano levando em conta não apenas o viés econômico ou político, por exemplo, mas as representações feitas na e sobre a cidade. Até porque, a cidade é, antes de tudo, um lugar de atuação das pessoas. Escolher um único fator para abordá-la pode ser útil para uma pesquisa, porém, isolá-lo em detrimento de outros, é um risco à compreensão do fenômeno urbano.

Apesar de ser o espaço da cidade o palco onde acontecem as ações que evidenciamos aqui, não o consideramos como um cenário dado e naturalizado. Seguimos as orientações de Fenelon (2000), cujas investigações tratam “da constituição dos espaços e territórios urbanos, visando a compreensão de que são as relações sociais

⁷ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____ (org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte, MG: Argvementvm, 2009, p.21.

⁸ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Rev. Bras. Hist.**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun. 2007.

⁹ *Ibidem*, p. 14.

desenvolvidas na cidade que, em última análise, acabam por definir e delinear a paisagem urbana, a imagem da cidade”¹⁰. Nesse sentido, analisamos a organização do município de Água Branca levando em conta as *representações* dos entrevistados e do poder público sobre o que esperavam do município a ser criado e como isso se efetivou na prática, mais uma vez utilizando Chartier (1988), para pensar essa questão.

A memória dos entrevistados foi analisada com base em Halbwachs (1990), que afirma que recordamos a partir do ponto de vista da coletividade. Contudo, não deixamos de considerar que é o indivíduo quem lembra e, neste ponto, as reflexões de Pollak (1992), nos chamam a atenção por realçar a ação do indivíduo, cujo ato de lembrar é também uma “reconstrução de si”. O estudo de Bosi (1994), sobre memórias de velhos também nos foi bastante significativo, ampliando nossa visão sobre esses sujeitos históricos que “já trabalharam por seus contemporâneos e por nós”¹¹. A sua pesquisa nos orientou a seguir um caminho semelhante ao seu: alcançar uma memória pessoal, mas também social, familiar e grupal.

Tempo

A nossa análise se concentrou no período de 1954 a 1957. Escolhemos 1954 porque foi a data da emancipação política de Água Branca e quando ocorreu o pleito eleitoral, fator que nos permitiu relacioná-lo com a criação de municípios naquele momento. O ano de 1957 encerra o tempo da análise por ser o término do primeiro governo municipal, de Raimundo Rodrigues Matos. Decidimos concentrar a pesquisa nesse mandato pelo seu significado para os entrevistados, que se lembram dele como um momento violento da história da cidade e porque, pelas nossas observações, percebemos que ele representa uma continuidade das disputas políticas que ocorriam em Água Branca antes da emancipação política. Ressaltamos que esse prefeito não concluiu o mandato por causa das tensões políticas, sendo substituído pelo vice-prefeito Aurino Barbosa Lopes. No entanto, os entrevistados não se atêm a falar sobre esse assunto e acreditamos que é porque se tratava de um momento sensível da história da cidade em que aconteceram acusações, brigas e mortes e, apesar de instigante tema de pesquisa, requer uma análise mais aprofundada o que, no momento, foge às possibilidades deste trabalho.

¹⁰ FENELON, Déa Ribeiro (org.). **Cidades**: pesquisa em história. Olho d'água, 2000, p. 6.

¹¹ BOSI, Ecléa. Memória e sociedade: **Lembranças dos velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 37.

O título

“Assim como nascia o sol, nascia também Água Branca” é uma frase que, segundo Pedro Alves dos Reis - nosso entrevistado -, o juiz João Lopes teria proferido em seu discurso no dia em que o município de Água Branca foi criado. Mesmo que nenhum outro entrevistado tenha se referido a esse juiz ou a esse discurso, consideramos que exemplifica as principais ideias desenvolvidas ao longo do trabalho. Comparar o nascimento do Sol com o nascimento da cidade evidencia tanto as *representações* da época sobre o que era o município (representava algo positivo, um nascimento, uma nova fase para a localidade) como sobre a própria cidade. Os entrevistados criam, em suas memórias, uma imagem de prosperidade para Água Branca, realçando o seu “brilho” em relação às localidades vizinhas, desenvolvendo a ideia de que o nascimento de Água Branca era inquestionável, isto é, do mesmo modo que era natural o sol nascer todas as manhãs, era inevitável Água Branca também surgir.

Fontes e metodologia

Como ponto de partida para a pesquisa exploratória sobre o tema, escolhemos as atas da Câmara Municipal de São Pedro do Piauí no ano de 1954 para entendermos como aconteceu o processo de criação do município. Posteriormente, analisamos as atas correspondentes aos primeiros anos depois de Água Branca ter conquistado autonomia política. Como o processo de criação do município não foi discutido somente em São Pedro do Piauí, mas encaminhado para a Assembleia Legislativa de Teresina, analisamos as atas do ano de 1954, ano que Água Branca foi emancipada. O que mais nos chamou a atenção foi o número de municípios criados nesse ano, o maior de toda a década de 1950. O tema de criação de unidades municipais esteve amalgamado a todos os assuntos discutidos na Assembleia, sendo parte de um processo que aconteceu em praticamente todo o país, tendo como um dos principais possibilitadores à promulgação da Constituição de 1946.

Pesquisando esses documentos percebemos que, na maioria dos casos em que um projeto era discutido e aprovado, o redator grafava a expressão “revogadas as disposições em contrário”. Raramente estas disposições em contrário eram especificadas, não se via interesse registrá-las, o que vai de encontro à proposição de Bosi (2003), segundo a qual “as atas de reuniões oficiais suprimem as dissonâncias

como impertinências, e os conflitos são apagados como digressões inúteis”¹². Mesmo assim, as atas nos permitiram ter acesso a diferentes assuntos, que remetiam à conjuntura do período, aglutinando diversos sujeitos e temáticas, que foram ganhando sentido à medida que as líamos.

Paralelo à leitura das atas, pesquisamos mais informações sobre a criação do município de Água Branca nos jornais de Teresina. Escolhidos de forma aleatória e mediante as suas disponibilidades no Arquivo Público de Teresina, buscamos nos jornais informações sobre Água Branca nos anos de 1953 a 1957. Os jornais da capital tinham como centro as notícias da cidade de Teresina. Matérias sobre as demais localidades só apareciam quando acontecia algo considerado fora do comum ou quando esse informe satisfizesse os interesses do próprio jornal. Como Tânia Regina de Luca nos adverte: “[...] a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”¹³ (LUCA, 2008).

As informações capturadas por meio das atas, dos documentos no Arquivo e dos jornais permitiram a nossa familiarização com o objeto. Era o momento de pensar quem seriam os possíveis entrevistados. Assim, empregando a metodologia da História Oral, através da qual utilizamos a técnica da entrevista, construímos nossas fontes orais. Utilizamos a entrevista temática porque tivemos a pretensão de que os entrevistados tratassem de temas específicos, tais como: a situação do povoado Água Branca antes da emancipação política, o processo de criação do município e o primeiro governo municipal. Escolhemos assim, pessoas que se lembrassem da época em que aconteceu a emancipação política. Passo a apresentar em forma de texto, aqueles que dispuseram de sua existência para tornar possível essa dissertação:

Pedro Alves dos Reis é uma pessoa bastante conhecida na cidade e é muito religioso (muitos o conhecem como Pedrinho Crente). Antes de ligar o gravador ou depois de desligá-lo, o entrevistado não dispensou sermões religiosos e conselhos. Muitas vezes ressaltou a sua insatisfação com o contexto político atual, momento em que reforçou sua participação na política local. Pedro Alves dos Reis nasceu em Castelo do Piauí, no dia 10 de janeiro de 1928. Chegou a Água Branca em 1950, junto com

¹² BOSI, Eclea. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo, Ateliê Editorial, 2003, p. 17.

¹³ LUCA, Tania Regina de. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org). Fontes históricas. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 139.

alguns familiares e fugindo da seca. Esteve envolvido nos assuntos políticos de 1954 e foi vereador de 1967 a 1970 no município.

Milton Floriano Siqueira, muito solícito, desde o início das nossas conversas demonstrou conhecer os aspectos mais importantes da história da cidade, citando sujeitos, situações e descrevendo episódios. Neto de Floriano José de Siqueira, um dos cearenses que aparece na história da cidade como um dos primeiros moradores, o entrevistado nasceu em Água Branca em nove de setembro de 1944 e foi redator chefe do Jornal Folha de Água Branca, criado por ele em 1973.

José Alves Teixeira, conhecido como José Buriti, apelido que, segundo ele, remete ao tempo em que jogava bola, nasceu em Palmeirais, Piauí, em setembro de 1931. Veio morar no Baixão do Coco dos Carlos em 1945, uma localidade que fica próxima a Água Branca. Reservado e de respostas breves, o entrevistado que tinha um açougue em Água Branca, o que lhe fazia deslocar-se todos os dias para lá, até se mudar efetivamente em 1966, deu mais atenção às mudanças espaciais pelas quais a cidade passou desde a emancipação política.

Muito comunicativa, Maria Soares Macedo compartilhou conosco suas experiências enquanto professora e contadora das prefeituras em que trabalhou, ressaltando suas dificuldades, suas habilidades e, de modo especial, nos dando conselhos. A entrevistada nasceu em 1929 em Independência no Ceará. Veio para Água Branca em 1952, junto com alguns familiares. Seu irmão, Francisco Soares Macedo (Chico Termino), já morava em Água Branca e nessa época ele era vice-prefeito de São Pedro do Piauí.

Um dos nossos entrevistados não vivenciou o período, mas o escolhemos pela sua trajetória de pesquisa no município, cujo resultado foi um livro¹⁴ publicado em 2013, que pode ser considerado o primeiro que reúne relatos memorialísticos, imagéticos e pictóricos sobre a cidade de Água Branca. Francisco Alves Catarino exerceu diversas funções no município de Água Branca, como secretário de saúde e diretor do Hospital da cidade. Além disso, escreveu e publicou diversos romances. A sua entrevista nos possibilitou conhecer aspectos importantes da história da cidade.

As narrativas dos entrevistados nos possibilitaram informações que não foram registradas nos documentos oficiais. Cheias de significados e de intenções, para analisá-las, assim como nos documentos escritos, estivemos atentos para questioná-las

¹⁴ CATARINO, Francisco. **A História de Água Branca**. Teresina: Gráfica Tergraph, 2013.

constantemente, tendo em mente que elas constituem-se do presente falando sobre o passado, dando sentido a este último com base no que é vivido no presente. Não nos esqueçamos, como ressalta Pollak (1989), que o presente colore o passado, ou seja, o trabalho de enquadramento da memória “reinterpreta incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro”¹⁵. E mais, nós não nos lembramos de tudo. “A impossibilidade de restabelecer o vivido é coisa dada”¹⁶, desse modo, a entrevista, assim como um filme, é resultado de “cortes, edições, mudanças de cenário”¹⁷.

Organização dos capítulos

O capítulo 1 *A emancipação política de Água Branca no contexto de criações de municípios no Piauí em 1954* compreende como se deu o trâmite legal e social que possibilitou a criação do município de Água Branca. Para isso usamos as noções de *representação*, para entender como o município era visto na década de 1950, de *apropriação* para visualizarmos como o modo de enxergá-lo era apropriado pelos grupos interessados em criá-los e de *práticas*, considerando a criação de municípios como práticas oriundas desses discursos. Estas últimas, analisadas com base na cultura política piauiense.

Analisando o que diziam os trechos da Constituição de 1946 e os discursos políticos sobre os municípios, observamos que seus fundamentos convergiram para criar na década de 1950 *representações* positivas sobre as unidades municipais; tais representações foram apropriadas pelos sujeitos interessados na criação de novos municípios. Ao realizar a leitura das atas do ano de 1954 da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí e nelas acompanhar a discussão dos projetos de criação de municípios reparamos que as unidades municipais eram importantes áreas de disputas dos deputados estaduais, interessados no apoio eleitoral. Dessa forma, percebemos que a explicação para a aceitação desses projetos perpassava os modos de fazer política no estado.

O capítulo 2 *Encantos e Desencantos na organização do recém-criado município de Água Branca* discute como se deu a organização do município nos

¹⁵ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15, p. 9.

¹⁶ ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 15.

¹⁷ *Ibidem*.

primeiros anos após a emancipação política a partir de duas noções: o encanto, ou as *representações* dos moradores em torno do que seria o município, e o desencanto, ou as mudanças gestadas nos municípios (*práticas*) durante a gestão de Raimundo Rodrigues Matos e que não foram capazes de atender às expectativas dos moradores.

A partir da análise dos dados disponíveis nas atas do município do ano de 1955 a 1957 e da narrativa dos entrevistados, percebemos que a cidade de Água Branca, na prática, denotava uma grande distância entre as *representações* que os moradores construíram sobre ela e o que o poder público quis ou teve condições de executar. Assim, podemos evidenciar as mudanças trazidas para os moradores e até mesmo o modo como elas dialogaram ou não com as suas expectativas.

O capítulo 3 *Memórias e significados da emancipação política de Água Branca* busca entender como a criação do município repercutiu na vida dos moradores. Observamos as ressonâncias desse processo de duas maneiras. A primeira pela memória dos entrevistados sobre a cidade, sendo possível relacionar os elementos recorrentes em suas narrativas como parte de estruturações identitárias. As imagens que eles elaboraram da cidade, além de ter referências com a época da emancipação política, nos permitiu concluir que a emancipação política significou construção de identidades.

E a segunda, pela maneira como os entrevistados lembraram-se da emancipação política. Considerando o diálogo das memórias individuais com a memória coletiva, percebemos que o processo de criação do município teve significados diferentes para os entrevistados, remetendo aos modos diversos como vivenciaram.

2 A EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE ÁGUA BRANCA NO CONTEXTO DE CRIAÇÕES DE MUNICÍPIOS NO PIAUÍ EM 1954

O presente capítulo tem o objetivo de entender o trâmite legal e social em que aconteceu a emancipação política de Água Branca no ano de 1954. Em primeiro lugar, devemos observar que o município em tela não foi único criado nesse ano, apontando assim para a possibilidade de existir um contexto favorável à instalação de novas unidades municipais. Nesse sentido, abordamos como se deu o trâmite legal (a discussão na Câmara de vereadores, a discussão na Assembleia Legislativa, os motivos evidenciados pelos entrevistados) e o trâmite social (os elementos do modo de pensar e de se organizar da sociedade, que permitiram que a aprovação do projeto fosse possível).

Para isso, analisamos a legislação específica sobre a criação de municípios na época, as atas - de quando estava sendo discutido o projeto - da Assembleia Legislativa e da Câmara de vereadores de São Pedro do Piauí, município a que Água Branca estava vinculada e as memórias de entrevistados sobre o período em que aconteceu o processo.

Por meio dessas fontes, percebemos que atender aos critérios definidos pela Constituição não era suficiente para explicar a aceitação do projeto, era preciso que os políticos tivessem influência no jogo da política partidária. Sendo assim, para compreendermos o processo de emancipação política de Água Branca precisamos localizar todo o processo dentro das visões de mundo da época, pois, é por meio delas que os sujeitos envolvidos dialogaram com a legislação e encontraram as possibilidades de atender aos seus anseios. Foram essas visões de mundo que Chartier (1988), chamou de representações do mundo social e que nos permitiram, à revelia dos atores sociais, traduzir seus comportamentos, suas posições e seus interesses¹⁸.

Para entender que visões de mundo eram essas e como elas se relacionavam com a criação de municípios, o presente capítulo adentrou três aspectos centrais: a forma como o município era visto na sociedade; os usos dessa forma de enxergá-lo, para atender a outros objetivos; e as práticas geradas/possibilitadas por esse modo de entender a sociedade. Estes três aspectos foram analisados à luz das noções de *representação*, de *apropriação* e de *práticas* de Chartier (1988). São três noções que

¹⁸ CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988, p. 17.

nos ajudaram a pensar a criação do município de Água Branca não como um elemento isolado, mas imbricado no contexto político, social e cultural da época.

2.1 A criação de municípios para além dos critérios exigidos pela Constituição

Água Branca do Piauí emancipou-se de São Pedro do Piauí em primeiro de julho de 1954, pela Lei estadual nº 979 de 30 de abril. No texto Constitucional do Estado do Piauí promulgado em 1947, o artigo que tratava do desmembramento de territórios dizia o seguinte:

Art. 12 – Os Municípios podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outro e formarem novos municípios, mediante Lei do Estado, para cuja aprovação são exigidos dois terços da totalidade de votos da Assembleia, cabendo a iniciativas:

I) às respectivas Câmaras Municipais, conjuntas, no caso de incorporação, e isoladas, nos demais casos, sempre por maioria absoluta;
II) a seiscentos eleitores, no mínimo, dentre as populações diretamente interessadas.

§1º - A formação de novos municípios dependerá, em qualquer caso, da coexistência das seguintes condições:

- a) população mínima de oito mil habitantes;
- b) renda anual mínima de vinte mil cruzeiros;
- c) patrimônio com a área mínima de quatrocentos hectares¹⁹.

Enquanto o referido artigo esteve vigente, foram criados quatro municípios no Estado: Cocal em 1948, Itaueira em 1952, Matias Olímpio e Curimatá em 1953 e por último, Conceição do Piauí criado em fevereiro de 1954. Entretanto, quando Água Branca foi emancipada, as cláusulas desse artigo já haviam sido alteradas por uma emenda constitucional publicada em março de 1954, que se referia à redução dos critérios para a criação de municípios.

Art. 1º - A redação das alíneas A e C do § 1º do art. 12 da Constituição do Estado, passa a ser o seguinte:

Art. 12

§ 1º

Alínea A - a população mínima de seis mil habitantes

Alínea C – patrimônio com a área mínima de cento e cinquenta hectares

Art. 2º - O artigo 12 da Constituição Estadual terá mais um parágrafo com a redação seguinte:

§4º - A exigência da alínea C do parágrafo primeiro deste artigo será dispensada, quando a área urbana do município a ser criado ficar situado em território da Fazenda Estadual²⁰.

¹⁹ PIAUÍ, Constituição (1947). **Constituição Estadual do Piauí**. Teresina: Imprensa Oficial do Piauí.

²⁰ Diário Oficial do Estado do Piauí. Ano XXIV – **66º da República** – Nº 21. Teresina. Sábado, 13 de março de 1954.

Vejam os critérios para o desmembramento foram reduzidos: de oito mil para seis mil a população necessária e de 400 hectares para apenas 150 hectares a quantidade de terras exigidas. Após a alteração no texto constitucional pela emenda foram criadas mais dezesseis (16) unidades municipais na década de 1950. Diante do exposto, podemos afirmar que a emenda pode ter sido um facilitador para a criação de novos municípios na década, entretanto, o caso de Água Branca nos mostra que não podemos estancar nossa análise nesse fator.

De acordo com o censo do IBGE de 1960, Água Branca possuía uma população de 10 961 habitantes, quantidade que não devia diferir muito da de 1954, quando atendeu ao critério de mais de 6 mil habitantes exigidos, demonstrando que Água Branca tinha mais habitantes do que a lei. Os entrevistados²¹ narram que antes da emancipação política a localidade era dotada de intenso movimento comercial, especialmente, aos domingos quando aconteciam as feiras. Milton Floriano Siqueira, por exemplo, afirma que

O maior comércio era aos domingos, era muito grande. A feira começava às 5 da manhã e terminava quatro da tarde, muita gente, de Feitoria, que hoje é Agricolândia²², todas as redondezas aqui. E São Pedro era enciumado porque o comércio daqui era mais abrangente, tinha mais gente, era mais movimentado.²³

A feira, aos domingos, é um elemento importante na memória do entrevistado. Sua fala realça a atração que o comércio de Água Branca tinha sobre as localidades que a envolviam, superando, inclusive, o município de São Pedro. Outro entrevistado, Pedro Alves dos Reis, menciona que

Os comércios que tinham em Água Branca, justamente, eram muito fortes porque tinha o ex-prefeito Luiz Rodrigues de Oliveira chamado Luiz Padre ele gostava muito mais de vender a prazo anual, está entendendo? [...] Comprava algodão. Aqui dava muito algodão. Arroz dava demais aqui mesmo em Água Branca eu ainda fiz 15 roças. Aqui trabalhei de roça. Tenho os ferros ali tudinho, aqui em Água Branca [risos] e 10 lá em Castelo²⁴.

²¹ Nesse capítulo, damos mais atenção às entrevistas como fontes de informação. A análise delas para além do potencial informativo poderá ser visto no terceiro capítulo.

²² O município de Agricolândia foi criado em dezembro de 1962, desmembrado de São Pedro do Piauí. O nome faz referência à relevância das atividades agrícolas desenvolvidas na localidade. Segundo do Censo do IBGE de 2010, o município possuía nesse período uma população de 5098 pessoas e uma densidade demográfica de 45,35 habitantes por quilômetros quadrados.

²³ SIQUEIRA, Milton Floriano. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Maio, 2018.

²⁴ REIS, Pedro Alves dos. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Abril, 2018.

Pedro Alves dos Reis fala da força que o comércio de Água Branca possuía e explica que a forma de pagamento disponibilizada por Luiz Rodrigues de Oliveira era um atrativo. Este comerciante está muito presente nas falas dos entrevistados, pois além dessa loja de tecidos, ele era dono do sistema de alto-falantes ²⁵ e do cinema Beija-Flor, o primeiro da localidade. Pedro Alves dos Reis se refere ao potencial agrícola de Água Branca: “dava muito algodão”, “arroz dava demais”. Desse modo, o povoado que seria elevado à categoria de cidade em julho de 1954 é referido na memória dos entrevistados como dotado de potencial econômico e agrícola. Para eles, este era um dos motivos que justificava criação de Água Branca.

O terreno para a criação do município foi doado pelo governo municipal de São Pedro do Piauí. Nas atas de 1954 deste município, constam que na sexta sessão, ocorrida na tarde do dia 3 março de 1954 foi submetido à terceira discussão e votação, aprovada por unanimidade, a Resolução nº 1, que foi grafada nos seguintes termos: “Artº 1º Fica proposto à douta Assembleia Legislativa do Estado, a criação do município de ‘Água Branca’ desmembrado do município de ‘São Pedro do Piauí’, com sede no povoado de mesmo nome consoante o Art 12 nº 1 da Constituição Estadual [...]”²⁶. Em seguida, o Presidente submeteu à terceira e última discussão e votação o projeto de autoria do Prefeito Municipal “cogitando de ser o poder Executivo Municipal autorizado a comprar e doar terras do patrimônio deste município de Água Branca o qual foi discutido e oficial aprovado por unanimidade de votos [...]”²⁷,

O projeto de criação do município e o de doação do terreno foram aceitos unanimemente pelos representantes políticos de São Pedro do Piauí. A propósito, a tramitação legal aconteceu em caráter de emergência. Em sessão de 3 de março de 1954²⁸, “foi aprovado ainda pelo plenário um requerimento do vereador Presidente [Esmeraldino de Sousa Ramalho²⁹] *referente a interstício da matéria* em referência dado *a emergência* que necessário se fazia³⁰[...] para que fosse enviado à Assembleia Legislativa do Estado”.

²⁵ Os alto-falantes faziam parte do cotidiano da localidade. Os entrevistados lembram que ele era usado, dentre outras coisas, para fazer propaganda, noticiar acontecimentos e tocar músicas.

²⁶ Ata da Câmara Municipal de São Pedro do Piauí, sessão de 03 de março de 1954.

²⁷ Ibidem.

²⁸ Ibidem. Grifo nosso.

²⁹ Esmeraldino de Sousa Ramalho era de São Francisco do Maranhão. Chegou a São Pedro em 1945. Trabalhou com o deputado Miguel Leão como guarda livro. Em 1948 foi eleito vereador do município e em 1954 foi vice prefeito de Olon Deon, assumindo a prefeitura de São Pedro em 1956 enquanto esse último ausentou-se por questões de saúde.

³⁰ Nesse trecho da ata existe uma palavra que não conseguimos compreender, porém, não prejudicou o sentido da frase.

Se por um lado, a descrição das atas nos mostra que a localidade tinha todas as condições necessárias para se emancipar, por outro ela não dá conta das dificuldades e das contradições que envolveram o processo, essas são encontradas nas narrativas dos entrevistados. Milton Floriano Siqueira em trecho citado anteriormente, afirma, por exemplo, que “São Pedro era enciumado porque o comércio daqui [Água Branca] era mais abrangente, tinha mais gente, era mais movimentado.”³¹ Segundo Rolnik (2004), a cidade é um ímã, “antes mesmo de se tornar local permanente de trabalho e moradia”. Do mesmo modo, pelas narrativas percebemos, Água Branca como um ímã³², atraindo para si pessoas de vários lugares, interessadas nas atividades comerciais que suas feiras possibilitavam, antes mesmo de ter o título oficial de cidade.

Podemos pensar o desenvolvimento econômico de Água Branca de dois modos: primeiro pelo suposto ciúme que gerava nos moradores de São Pedro, já que não tinham em sua localidade um comércio comparável e segundo pelo aproveitamento desse comércio pelos políticos são pedrenses. Lembremos que Água Branca era vinculada politicamente a estes últimos, desse modo, os proventos oriundos das atividades realizadas em seu interior eram destinados aos cofres do município de São Pedro. Assim, existiam dois lados, o “Sim” (representando os que queriam o desmembramento) e o “Não” (os que eram contra).

Siqueira (2018) conta que

O “não” falava que São Pedro era mais estruturado, que aqui só tinha o mercado, tinha poucos comércios, tinha o cemitério e tinha menos estrutura do que São Pedro. São Pedro era bem mais velho. E lá tinha uma comarca, tinha uma comarca e tudo. Eles alegavam isso.

[...] Os que votavam no sim votavam favorável porque aqui era mais movimentado. Houve uma época que até os moradores daqui do povoado era rixado com o pessoal de São Pedro: - Onde tu vai? Não, eu vou para São Pedro, aí o caba pega na canela. Ai ai [Risos]³³

O entrevistado trata da rivalidade entre os moradores de Água Branca e de São Pedro, evidenciada dentro do contexto em que era cogitada a emancipação política. Na perspectiva do entrevistado, os que eram contra alegavam a pouca quantidade de comércios e a fraqueza estrutural da localidade. Dessa maneira, a narrativa de Siqueira considera que o fato de Água Branca ser mais movimentada era uma característica que

³¹ SIQUEIRA, Milton Floriano. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Maio, 2018

³² ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

³³ SIQUEIRA, Milton Floriano. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Maio, 2018.

lhe possibilitava ser emancipada, em outras palavras, não havia sentido em permanecer vinculada a um município cuja atividade comercial era inferior.

Milton Floriano Siqueira representa o município de São Pedro como uma pessoa (“São Pedro era enciumado”), dotada de vontades e sentimentos. Possivelmente, o que havia era uma disputa política por poder local. O desmembramento de parte do território acarretava em perda de poder e prejuízo político, por isso, talvez, essa disputa tenha resistido na memória coletiva como uma rixa, quase “pessoal”, entre São Pedro e Água Branca, como se fossem duas pessoas disputando espaços e poderes.

Mesmo com essas divergências, como já abordamos, na discussão da Câmara o projeto foi aceito por unanimidade, o que nos leva à necessidade de buscar entender o porquê deste resultado. Pedro Alves dos Reis ao falar das complexidades que o processo de emancipação política representou nos dá uma ideia. Para ele,

Foi uma luta bastante difícil porque na realidade os políticos tinham que ter prestígio junto ao Estado, junto à União para isso, então, o deputado Joaquim Gomes Callado³⁴, ele foi muito hábil nesse sentido porque ele tinha prestígio não só nacional, quer dizer, não só municipal, mas Estadual e Nacional, viu? Aí então, foi, justamente, uma negociação muito forte e nós chegamos a conseguir essa emancipação.³⁵

Considerando-o como resultado de muita luta, o entrevistado deixa transparecer em sua fala a noção de que o processo de emancipação política de Água Branca só se efetivou pela atuação de políticos com prestígio junto a instâncias maiores como a estadual e a nacional. A dificuldade é justificada ainda por Pedro Alves dos Reis, em outro trecho da entrevista, pela presença de “políticos muito fortes que se agregavam aos políticos de São Pedro e os daqui que eram políticos que não tinham nada para oferecer a ninguém, era apenas um povoado.”³⁶. O entrevistado compartilha o entendimento de que as relações políticas da época aconteciam por meio da troca de favores, ou seja, de negociações. Nesse sentido, para que a criação do município se

³⁴ Joaquim Gomes Callado foi comerciante e político. No dicionário biográfico piauiense seu local de nascimento é no Ceará. Entretanto os entrevistados afirmam que ele nasceu em Picos. Chegou a Água Branca em 1877. Foi um dos primeiros comerciantes da localidade. Deputado estadual (1951-1955). Iniciou o movimento em prol da emancipação política do povoado, conseguindo a aprovação da Lei nº 979, de 30 de abril de 1954 que criou o município de Água Branca Informações disponíveis em: GONÇALVES, Wilson Carvalho. Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado: comentado: 1549-2001. Teresina: Halley, 2003.

³⁵ REIS, Pedro Alves dos. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Abril, 2018.

³⁶ _____, Pedro Alves dos. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Abril, 2018.

efetivasse não era suficiente atender aos critérios constitucionais, era preciso ter força política para “convencer” os opositores de aceitar a emancipação política³⁷.

É interessante lembrarmos que a Constituição Estadual também definia que para o projeto ser aceito era necessário que dois terços dos deputados estaduais votassem favoravelmente. À vista disso, e considerando a ideia da troca de favores dentro da política, o voto dos deputados poderia estar muito suscetível às formas de fazer política do período.

O principal representante político de São Pedro nessa época era Francisco José de Carvalho³⁸, lembrado pelos entrevistados como o grande chefe político da região. Do lado de Água Branca tinham Joaquim Gomes Callado – o Callado Velho³⁹ – e Raimundo Rodrigues Matos, considerados por Milton Floriano Siqueira como os dois grandes baluartes do processo de emancipação política. Joaquim Gomes Callado foi deputado estadual entre 1951 e 1954, quando solicitou na Assembleia Legislativa a criação do município e Raimundo Rodrigues Matos era vereador em São Pedro, porém residente em Água Branca, representando-a na Câmara de vereadores. Inclusive, quando o projeto foi aprovado na Câmara são pedrense, o referido vereador ocupou a Tribuna para, em nome do povoado de Água Branca, fazer um agradecimento ao prefeito e aos demais vereadores pela aprovação do projeto de lei que criou o município.

Entretanto, a rivalidade entre São Pedro e Água Branca não se encerra aí. Ela pode ser evidenciada ainda nas eleições que aconteceram em outubro de 1954, quando dois políticos disputaram a prefeitura do novo município criado: Raimundo Rodrigues Matos, apoiado por Joaquim Gomes Callado e, Francisco Soares Macedo, conhecido como Chico Termino, então vice-prefeito de São Pedro e apoiado por Francisco José Carvalho e Cleanto Jales de Carvalho⁴⁰, o prefeito.

Desse modo, podemos perceber que os próprios políticos criaram as condições legais para criação do município. Mesmo havendo divergência antes da emancipação

³⁷ Não podemos deixar de mencionar que, neste período, muitos municípios podiam ser criados sem atenderem aos critérios definidos pela Constituição, algo que aponta para as relações políticas como um elemento definidor da criação de novas unidades municipais. Maria Lucimar da Rocha, ao analisar a emancipação política de Alagoinha elenca alguns municípios criados na década de 1950 e 1960 que foram emancipados sem atender aos critérios constitucionais. Ver: ROCHA, Maria Lucimar da. **A cidade e (n) a História**: uma análise do processo de emancipação política de Alagoinha do Piauí (1960- 1986). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018.

³⁸ Francisco José de Carvalho era de Pimenteiras. Foi prefeito de São Pedro do Piauí duas vezes: em 1948 (por dois anos) e em 1966. Foi também deputado estadual.

³⁹ Joaquim Gomes Callado recebe essa alcunha para ser diferenciado dos demais membros da sua família que também exerceram cargos políticos em Água Branca.

⁴⁰ Cleanto Jales de Carvalho foi advogado e prefeito de São Pedro do Piauí em 1950. Era sobrinho de Francisco José de Carvalho.

para aceitação ou recusa do desmembramento do território, dentro da Câmara de vereadores de São Pedro nenhuma insatisfação foi relatada, de modo que os dois futuros candidatos a prefeito do novo município não foram de grupos políticos estranhos, mas um vereador que já era considerado um dos incentivadores do processo e o outro, vice-prefeito de São Pedro, apoiado pelos companheiros são pedrenses. Assim, a emancipação política atende a uma lógica política, podendo representar mais uma arma dentro das disputas eleitorais do que a oportunidade de melhorar a vida dos moradores.

O exposto até aqui nos deixa diante de muitas perguntas: o que teria levado os políticos são pedrenses a aceitarem a emancipação política de Água Branca? Por que a figura do deputado Joaquim Gomes Callado foi tão importante? Por que era necessária tanta pressa na tramitação do projeto? Raimundo Rodrigues Matos já cogitava ser candidato a prefeito do novo município? E os políticos são pedrenses, ao apoiar um candidato a prefeito na recém-instalada cidade pensava em manter o controle político sobre ela? Mesmo não conseguindo responder a todas essas indagações, refleti-las nos serviu de pretexto para compreendermos como esses sujeitos justificavam suas ações e que elementos sustentavam os seus comportamentos políticos e sociais.

2.2 As *representações* sobre o município na década de 1950

Para podermos entender o contexto político da década de 1950 e as representações criadas em torno do município, precisamos considerar o ano de 1945, quando o país passava por mudanças políticas, pois foi no cerne delas que se delinearão as configurações políticas que caracterizaram a década de 1950. De acordo com Delgado (2010), o Estado Novo (1937-1945) começou a sentir sinais de crise logo depois da Segunda Guerra Mundial, quando os vencedores, comprometidos com os valores da liberal democracia, acabaram influenciando a queda do regime autoritário no Brasil, pressionando o governo federal a adotar medidas menos repressivas.

O novo texto constitucional deveria, assim, representar essas mudanças políticas pelas quais a nação estava passando. Nesse sentido, o que nos interessa da Constituição de 1946 é o que esta propunha para o município. De acordo com Meirelles (1990),

Impressionados com a hipertrofia do Executivo no regime anterior, os novos legisladores promoveram equitativa distribuição dos poderes e descentralizaram a administração, repartindo-a entre a União, os Estados-

membros e os Municípios, de modo a não comprometer a Federação, nem ferir a autonomia estadual e municipal⁴¹.

O argumento do referido autor nos serve de base para pensarmos a questão municipal dentro do quadro de mudanças em que foi promulgada a Constituição de 1946. Esta, criada dentro dos moldes democráticos, de divisão dos poderes entre União, estados e municípios, traz em seus artigos, uma visão de valorização das unidades municipais, garantindo-lhe mais autonomia e mais recursos financeiros, em oposição ao antigo governo autoritário.

Os termos do artigo 28 da referida Constituição, que garantiam a autonomia política e tributária dos municípios, podem ser verificados a seguir:

- I- pela eleição do Prefeito e dos vereadores;
- II - pela administração própria, no que concerne ao seu peculiar interesse e, especialmente,
 - a) à decretação e arrecadação dos tributos de sua competência e à aplicação das suas rendas;
 - b) à organização dos serviços públicos locais⁴²

Em comparação com o que pregava a Constituição anterior, a de 1937, promulgada durante a política autoritária do Estado Novo e que aboliu o princípio da autonomia municipal, o direito de eleger os prefeitos e que reduziu as receitas locais, a carta constitucional de 1946 deu relevante autonomia às unidades municipais, colocando-as numa posição de destaque dentro da legislação do país, já que podiam escolher os seus representantes e organizar os próprios serviços locais.

Quanto à questão tributária, o parágrafo 4º do artigo 15 dessa Constituição diz que: “§ 4º – A União aos Municípios, excluído os das capitais, dez por cento do total que arrecadar do imposto de que trata o n. IV, feita a distribuição em partes iguais e aplicando-se, pelo menos, metade da importância em benefícios de ordem rural”⁴³. Pelo que consta, a União deveria destinar dez por cento do que arrecadasse dos impostos do item IV, que corresponde à renda e proventos de qualquer natureza aos municípios, com exceção dos que pertenciam às capitais. Além disso, esse valor deveria ser distribuído

⁴¹ MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**. São Paulo: Malheiros editores, 1990, p. 34.

⁴² BRASIL, **Constituição de 1946**. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: Outubro/2017.

⁴³ *Ibidem*.

igualmente entre eles e assim, municípios de grande ou pequeno porte recebiam a mesma quantidade.

Essa atenção dada ao município na legislação brasileira após o Estado Novo foi reconhecida nacionalmente. O presidente Eurico Gaspar Dutra, em discurso⁴⁴ proferido no I Congresso Nacional dos Municípios Brasileiros afirma que a Constituição de 1946 deu aos municípios o verdadeiro conceito de autogoverno, já que deu ao povo o direito de escolher os próprios dirigentes e reforçou as rendas municipais. O referido Congresso aconteceu entre os dias 2 e 9 de abril de 1950, com o objetivo de estudar os problemas municipais e encaminhar soluções para os assuntos vitais para o progresso do Município Brasileiro⁴⁵ e representou, nesse contexto, o resultado de intensas discussões sobre a questão municipal nos anos anteriores. A Revista Brasileira de Municípios considera a Constituição de 1946 como a impulsionadora das ideias municipalistas no Brasil que, a seu ver, até então se encontravam adormecidas:

A partir do I Congresso de Câmaras Municipais do Estado de São Paulo, em setembro de 1948, [que] realizaram-se numerosas convenções estaduais e regionais em diferentes pontos do país. Houve, dessarte, *verdadeiro despertar da consciência municipalista*, logo estruturada num movimento como jamais o Brasil assistiria.⁴⁶

O municipalismo era, assim, percebido pelo discurso da Revista como um movimento estimulado pela Constituição de 1946. O tal adormecimento das ideias municipalistas pode ser entendido como oriundo de algumas legislações anteriores que não viam o município como elemento de grande relevância para a nação, a exemplo do Estado Novo, que conferia irrefutável poder ao presidente da República. Segundo Rafael Xavier⁴⁷ (2019), é justamente esse centralismo do poder que o movimento municipalista combate. De acordo com este autor

o municipalismo deixou de ser mera pregação doutrinária para se transformar num fator de ponderável e consciente opinião pública, no sentido objetivo,

⁴⁴ DUTRA, Eurico Gaspar. Discurso do Presidente da República. In: **Revista Brasileira dos Municípios**. Ano III, Abril – junho de 1950, Nº10, 277. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=7180&view=detalhes>> Acesso em: Fev. 2019.

⁴⁵ Regimento Interno. In: **Revista Brasileira dos Municípios**. Ano III, Abril – junho de 1950, Nº10, p. 266. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=7180&view=detalhes>> Acesso em: Fev. 2019.

⁴⁶ Razão deste número. In: **Revista Brasileira dos Municípios**. Ano III, Abril – junho de 1950, Nº10. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=7180&view=detalhes>> Acesso em: Fev. 2019. Grifo nosso.

⁴⁷ Foi fundador da Campanha Municipalista em meados do ano 1930 e foi o primeiro presidente da Associação Brasileira de Município (ABM). Informações disponíveis em: http://www.memoria.cnm.org.br/p2_rafael.html. Acesso em: Fev. 2019.

que é seu verdadeiro destino – corporificar, pela ação, os princípios estruturais de uma verdadeira organização nacional, com base na vida de suas menores unidades políticas.⁴⁸

Essas “menores unidades políticas” seriam o grande alvo da atenção dos gestores, que viam nelas a oportunidade de sanar os problemas do desenvolvimento do país. Essa ideia fica mais evidente no trecho em que Xavier (2019), afirma que “a origem de nossas crises de crescimento reside na falta de capacidade aquisitiva do Interior, pelo carreamento constante de recurso para as Capitais”⁴⁹. Dito de outra forma, o que o criador do movimento municipalista destaca é a noção de que o crescimento do país somente aconteceria quando mais recursos forem destinados às localidades interioranas.

O principal meio de acesso que tivemos a essa “consciência municipalista” do período foram os discursos realizados nos congressos nacionais de municípios. Em discurso realizado em 1952, no II Congresso Nacional, o presidente Getúlio Vargas menciona que “o Município é a força modeladora da vida política, bem como da vida econômica do País [e que] As liberdades municipais são a base da democracia [...]”⁵⁰.

Em discurso proferido em 28 de abril de 1957 na sessão solene inaugural do IV Congresso de Municípios, o presidente Juscelino Kubitschek propõe que “o desenvolvimento do país se processará organicamente, como num corpo vivo e sadio, desde a célula municipal até os amplos vigamentos da estrutura da nação”⁵¹, mencionando a ligação entre Nação, Estado e Município. O presidente reforça ainda que município não deve resolver seus problemas sozinhos, o que evidencia uma proposta unificadora: o sentimento municipalista é fonte viva do sentimento de pátria.

Juscelino Kubitschek destaca que a proposta de seu governo enfatiza as necessidades da população nas esferas estadual e municipal e, mesmo que seja arriscada, impedirá que o Brasil mantenha-se comprimido na costa atlântica “como

⁴⁸ XAVIER, Rafael. O municipalismo e os problemas de base. In: **Revista Brasileira dos Municípios**. Ano VII, Janeiro – Março de 1954, Nº25, p. 09. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=7180&view=detalhes>> Acesso em: Fev. 2019.

⁴⁹ _____. O municipalismo e os problemas de base. In: **Revista Brasileira dos Municípios**. Ano VII, Janeiro – Março de 1954, Nº25, p. 10. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=7180&view=detalhes>> Acesso em: Fev. 2019.

⁵⁰ Discurso do presidente Getúlio Vargas. In: **Revista Brasileira dos Municípios**. Ano V, Outubro – Dezembro de 1952, Nº20, p. 521. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=7180&view=detalhes>> Acesso em: Fev. 2019.

⁵¹ Discurso do presidente Juscelino Kubitschek proferido na sessão solene inaugura do IV Congresso de Municípios em 28 de abril de 1957. Disponível no site da Presidência da República: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/discursos/1957>>. Acesso em: Junho de 2018.

caranguejos a arranhar as praias do litoral”⁵². Essa foi a forma de Juscelino Kubitschek de justificar as ações do seu governo, especialmente o grande projeto de construção de Brasília que traria para o centro do país a capital brasileira.

O meu governo, como sabeis, tem vistas voltadas para o interior e se empenha devotadamente em que o país procure o seu natural centro de gravidade, valorizando as grandes áreas do hinterland⁵³. Brasília é o corolário desse movimento para dentro; é, ao mesmo tempo, meta e ponto de partida, porque a marcha para o interior se frustrará, sem aquela base de apoio⁵⁴.

Para Juscelino Kubitschek, a valorização do “interior”, não significava apenas a interioridade espacial, mas “tudo em quanto representa força interna, a tudo que se firmam as raízes da nossa economia, da nossa sociedade, da nossa civilização, da nossa existência nacional”⁵⁵. Dessa forma, a construção de Brasília é justificada por uma política que deu relevância às áreas interioranas, de modo que os municípios são inseridos nesse contexto por serem considerados elementos até então inexplorados pelas políticas anteriores que davam mais atenção ao litoral. Destacamos ainda que essa ideia de desenvolvimento não era exclusivamente destinada à questão municipal, mas fazia parte do perfil desenvolvimentista do governo de Juscelino. Segundo Moreira⁵⁶ (2010), o maior compromisso deste presidente era acelerar o crescimento econômico do Brasil, trazendo prosperidade para todos habitantes em todos os quadrantes do território.

Com base nessas considerações, podemos afirmar que a questão municipal atingiu lugar de relevância nos discursos políticos, de modo que os municípios aparecem como elementos importantes que levariam a nação ao progresso. O pronunciamento de Vargas e JK é conivente com o movimento municipalista que tentava se impor nos anos posteriores à promulgação da Constituição de 1946. O entendimento que transmitem acerca do município nos possibilita pensar que esses discursos políticos visavam passar uma ideia de valorização da célula municipal

⁵² Ibidem.

⁵³ Território afastado do litoral, das margens dos grandes rios ou dos centros industriais e comerciais; interior, retroterra. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/hinterland/>>. Acesso em: Junho de 2018.

⁵⁴ Discurso do presidente Juscelino Kubitschek proferido na sessão solene inaugura do IV Congresso de Municípios em 28 de abril de 1957. Disponível no site da Presidência da República: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/discursos/1957>>. Acesso em: Junho de 2018.

⁵⁵ Ibidem.

⁵⁶ MOREIRA, Vânia Maria Losado. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 157 - 194.

enquanto parte essencial constituinte da nação, digna da atenção do poder público. À luz de Chartier (1988), podemos perceber essas manifestações como uma tentativa de construir uma realidade social, isto é, constitui-se de uma *representação* sobre a “coisa” municipal, no qual esses políticos e os grupos adeptos, buscavam “legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas”⁵⁷, no caso, fundamentar a intervenção e a destinação de recursos às áreas localizadas longe do litoral.

Evidenciamos essa visão no discurso de Raimundo Rodrigues Matos, o primeiro prefeito de Água Branca. Em sessão de 05 de fevereiro de 1957, este prefeito envia uma mensagem para a Câmara, pedindo crédito para participar do IV Congresso Nacional de Municípios que se realizaria entre 27 de abril e 5 de maio de 1957 na cidade do Rio de Janeiro. Para tanto, esclarece a importância do evento com as seguintes palavras, transcritas pelo redator da ata:

Isto porque esse nosso IV Congresso apresenta as municipalidades Brasileiras a oportunidade de manifestar sua coesão em face às modificações que deve ser introduzidas na Carta Magna da República, para que tenham os municípios Brasileiros uma autonomia verdadeira, aparente, com melhores recursos financeiros, com os quais atenderá as exigências da administração e ao *fomento do progresso* das atividades produtivas, na luta pelo estabelecimento de uma *era de prosperidade* para a população de cada município, pois que da soma dessa prosperidade em todos eles dependem a prosperidade e o *bem estar da própria Nação*⁵⁸ (grifos do autor).

Raimundo Rodrigues Matos menciona as modificações que a Constituição de 1946 trouxe aos municípios quanto à autonomia política e à questão financeira. Em sua argumentação encontramos o município relacionado ao progresso e à prosperidade, não apenas das populações locais, mas da “própria nação”. É perceptível a ideia de que o desenvolvimento do todo (a nação) dependa do desenvolvimento das partes (os municípios). Esta forma de ver os municípios evidencia a sua valorização enquanto ente da federação, tão importante quanto os estados.

Os discursos dos representantes do federativo e municipal apontam para a existência de *representações* acerca dos municípios na década de 1950, oriundas de um movimento municipalista que propagava a célula municipal como um componente da nação que necessitava de mais auxílio. Ao defender seus ideais, acreditamos que a *consciência municipalista* acabou criando representações otimistas quanto ao papel das

⁵⁷ CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988, p. 17.

⁵⁸ Ata da Câmara Municipal de Água Branca, sessão de 05 de maio de 1957.

comunas no país. A sua figura era associada ao progresso geral e o seu desenvolvimento estava ligado à ascensão da própria nação. Em nossa opinião, as *representações* positivas acerca do município são um elemento que ajuda a explicar a criação de novas unidades municipais, pois estas eram um alvo da atenção do poder público. Desse modo, tornar-se um município poderia ser a chave para que povoados desassistidos ficassem também à vista dos auxílios governamentais.

2.3 Apropriações sobre o municipalismo

A Constituição de 1946, ao lado do discurso do governo federal, apresentava o município como uma entidade de relevante destaque, chave para o desenvolvimento da sociedade. Nenhum dos pronunciamentos remete à criação de novas unidades municipais, porém, o entendimento do município como propulsor do progresso circulou nos meios sociais (isso não podemos negar, pois, as ideias municipalistas eram divulgadas nos próprios Congressos de municípios, que reuniam os políticos das diversas partes do país) e, acreditamos que foi usado pelos políticos para justificar a criação de novas comunas.

Novi (1954), ao tratar da criação de novos municípios em artigo da Revista Brasileira de Municípios, adverte que “devemos ter sempre presente que a campanha municipalista que se trava intensamente em todo o território, visa o fortalecimento dos municípios e não o seu enfraquecimento pela divisão inadequada dos já existentes”⁵⁹. Ao se posicionar contra os casos em que políticos interessados nos 10% da quota federal facilitam a criação de novas comunas, Novi (1954) chama a atenção para o propósito da campanha municipalista em revitalizar os municípios já existentes e não em incentivar a instalação de outros.

É essa diferença entre a visão passada acerca dos municípios, evidenciadas nos discursos municipalistas, e a sua utilização como argumento para defender processos de emancipação que nos permite falar de *apropriação*, pois enfatiza especificidades na forma como tais discursos são lidos. Ao tratar sobre as práticas de leituras, Roger Chartier considera a necessidade de se reunir duas perspectivas: “o estudo da maneira como os textos, e os impressos que lhes servem de suporte, organizam a leitura que deles deve ser feita e, por outro lado, a recolha das leituras efetivas, captada nas

⁵⁹ NOVI, Ângelo. **Revista Brasileira dos Municípios**. Nº 27, Ano VII, Julho – Setembro, 1954, p. 144.

confissões individuais ou reconstruída à escala da comunidade de leitores”⁶⁰. O referido autor chama a atenção para o potencial criativo da leitura, evidenciando as particularidades de quem está lendo, de modo que a interpretação do texto não aconteça tal qual o escritor imagina, desviando-se pela bagagem cultural dos leitores.

É interessante considerarmos que a Revista Brasileira dos Municípios trazia, ainda, em suas edições, matérias jornalísticas criticando a criação inadequada de municípios. É o caso do texto de Machado Neto (1956), em que o autor inicia a sua narrativa dando conta da recorrência do assunto:

Voltamos a martelar a tecla do fracionamento municipal, que temos ferido com certa frequência. É que o problema nos tem impressionado vivamente, em virtude de seu cunho negativo, pelo sério risco que encerra de *desvirtuar-se* o movimento municipalista, impulsionado a partir de 1946⁶¹.

Para o autor, o municipalismo que deveria proporcionar condições de prosperidade financeira e econômica aos municípios corre o risco de ser corrompido pela criação de novas comunas que não respeitam as condições demográficas, territoriais e principalmente financeiras, ficando dependentes da quota de 10% do imposto de renda atribuído pela Constituição. Essa insatisfação decorrente do desencontro entre o que é pregado e o que é posto em prática é uma mostra de que os textos e discursos da campanha municipalista não estavam sendo interpretados como seus idealizadores gostariam que fossem.

Além disso, mesmo que a análise de Chartier (1988) se refira à leitura de textos, sua abordagem nos é útil na medida em que nos permite pensarmos que, de certa forma, as construções discursivas sobre os municípios se dissipavam pela sociedade, especialmente nos meios políticos, sendo “lidos” pelas pessoas de maneira diferenciada. Não tivemos como mapear as maneiras de divulgação das representações municipalistas, entretanto a proximidade dos argumentos que lhe dão fundamento com os dos que fundamentam a criação de municípios nos permite relacioná-los e afirmar que, de alguma forma, essas representações foram consumidas pelos políticos locais, não tal qual a origem, mas adequada aos seus próprios interesses.

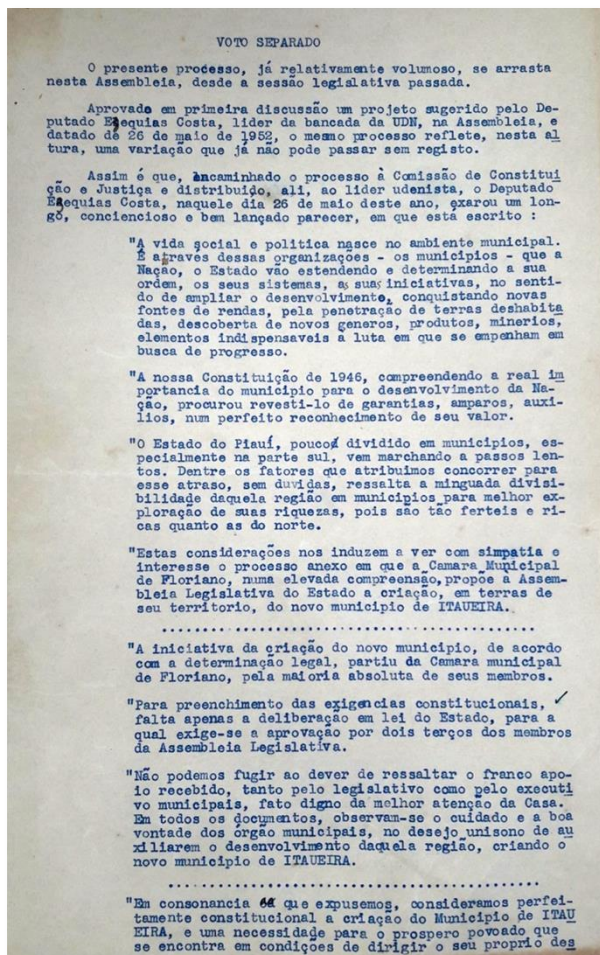
É o caso do Projeto de Lei que cria o município de Itaueira. Desmembrado de Floriano e que foi aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça em Teresina na

⁶⁰ CHARTIER, Roger. Textos, impressos, leituras. In: _____ **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988, p. 124.

⁶¹ MACHADO NETO, Brasília. O fortalecimento do município e o problema do seu fracionamento. “Diário das Notícias”, Rio de Janeiro, edição de 1º 1-56. In: **Revista Brasileira dos municípios**. Nº 33, Ano IX. Janeiro – Março, 1956, p. 51. Grifo nosso.

sessão de 26 de Maio de 1952. No mesmo dia, o deputado Ezequias Costa ⁶²emitiu um parecer reforçando a criação do município de Itauera.

Figura 1 Parecer do deputado Ezequias Costa defendendo a criação do município de Itauera, maio de 1952.



Fonte: Arquivo Público do Estado do Piauí, Casa Anísio Brito.

Da leitura do documento podemos inferir alguns elementos:

a) O município é uma organização que representa o nascimento da vida social e política, o que cria a antítese de povoado como elemento desprovido de vitalidade político e social;

⁶² "Ezequias Gonçalves Costa nasceu em Barras (PI) no dia 14 de setembro de 1919, filho do industrial Gervásio Raulino da Silva Costa e de Edwiges Gonçalves Costa. Bacharelou-se pela Faculdade de Direito do Piauí e iniciou sua carreira política como vereador em Miguel Alves (PI). Em outubro de 1950 foi eleito deputado estadual na legenda da União Democrática Nacional (UDN). Reeleito em outubro de 1954 na legenda da Aliança Democrática Progressista, constituída por seu partido, o Partido Social Progressista (PSP) e o Partido Libertador (PL), chegou a exercer, durante as duas legislaturas, a liderança da UDN na Assembleia Legislativa". Informações retiradas de: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/ezequias-goncalves-costa>> Acesso em: Fev. 2019.

b) O município é um elemento que leva progresso para as áreas mais interiores do país. É a extensão do poder de atuação da nação e do Estado. É o meio pelo qual o desenvolvimento chega ao interior;

c) Mas é também um elemento que contribui para o progresso da nação, pois na medida em que o governo penetra nessas áreas, descobre “novos gêneros”, “indispensáveis à luta e que se empenham em busca do progresso”. E ao reconhecer o seu valor, a constituição de 1946 o reveste de “garantias, amparos, auxílios”;

d) “A minguada divisibilidade” do Piauí em municípios é uma das causas do atraso do estado, especialmente a região sul, dotado de terras “férteis e riquezas” inexploradas. Lá a Nação/Estado não tem como chegar, visto que o meio principal para estender seu alcance, que é a divisão municipal é muito limitado.

As ideias presentes na narrativa da fonte são pertinentes para nossa análise porque evidenciam a presença de representações em torno do município, usadas pelo deputado Ezequias Costa para justificar a criação de uma nova unidade municipal. A visão que o deputado emite sobre o município é o de que ele levará progresso à nação, que permitirá o desenvolvimento das localidades do interior. Observamos que essas visões são coniventes com as do movimento municipalista, porém, se neste último elas se referem às comunas já existentes, as primeiras remetem à possibilidade de fragmentar o território para criar novas. O ponto que nos leva a pensar as considerações do deputado como uma apropriação é o fato dele explicar o atraso do sul do Piauí com a “minguada divisibilidade”. Do seu raciocínio podemos inferir que se o município é chave do desenvolvimento, se é ele o meio pelo qual o poder público tem condições de explorar as riquezas da região, então, a solução para sanar os males do estado é criar novos municípios, no caso, o de Itauera.

O deputado parte das suas vivências, da sua interpretação e das suas particularidades para ver e interpretar as ideias acerca dos municípios conforme os seus interesses. A lente pela qual o deputado vê a questão municipal pode ser ainda entendida dentro do contexto piauiense. Reiteramos que um dos seus argumentos foi o atraso do Piauí. De acordo com Elson Rabelo, “outros campos discursivos como enunciados da Economia e as matérias de jornal tematizavam o Piauí como espaço pobre e miserável, desde meados dos anos 1950”⁶³. Muitos desses discursos eram desenvolvidos pelos intelectuais que compunham a Revista Econômica, criada em 1957,

⁶³ RABELO, Elson de Assis. **Rumores da miséria, ecos da história**: a emergência do estereótipo da pobreza piauiense nos anos 1950 e 1960. Revista Fênix. Vol. 6, ano VI nº1, p. 2.

visando discutir soluções para tirá-lo do estado da pobreza em se encontrava após a crise da produção extrativista. De acordo com o referido autor, os artigos dessa revista partiam de um Piauí empobrecido e economicamente “estrangulado” e dentre as alternativas apontadas pelos intelectuais da revista econômica estavam a exploração das potencialidades dos recursos naturais e a eletrificação do interior do Piauí. Elson Rabelo diz ainda que o estereótipo de pobreza estava imbricado “com todo um campo de práticas políticas e econômicas que pretendiam intervir no espaço, atraindo o olhar do Estado nacional para canalizar verbas para o Piauí.”⁶⁴. Nesse sentido, não podemos deixar de situar a criação de municípios como uma possível prática para atrair recursos para o Piauí, *práticas* essas justificadas pela política nacional municipalista.

2.4 Emancipação política e *cultura política*: a criação de municípios como *prática*

Nossa narrativa nos leva a considerar que a Constituição de 1946 e os discursos de base municipalista são indícios da existência de *representações* sobre os municípios na década de 1950. Roger Chartier, em sua concepção de mundo como representação, afirma que as “representações coletivas mais elevadas só têm uma existência, isto é, só o são verdadeiramente a partir do momento que comandam atos”⁶⁵. Desse modo, acreditamos que, se a constituição garantia a escolha dos próprios representantes e um fundo financeiro e o governo federal garantia investimentos para os municípios, então a criação de novas unidades municipais aparece como um atrativo.

Um atrativo para a população das localidades, que viam a oportunidade de sanar carências básicas nos serviços administrativos (cartórios, bancos, etc.), de saúde, de educação, etc.; para os políticos locais, em geral vereadores representantes da comunidade na cidade sede, que queriam tornar-se prefeitos; para pessoas influentes ou com poder aquisitivo relevante, como comerciantes, que viam na criação do município uma oportunidade de ingressar na política ou de ampliar seus negócios pelos benefícios adquiridos; e ainda para deputados estaduais, que poderiam conseguir, dando seu apoio à emancipação política, ampliar seu eleitorado. Assim, percebemos que a criação de municípios acontece dentro de uma rede de interesses, especialmente políticos.

⁶⁴ _____ . **Rumores da miséria, ecos da história**: a emergência do estereótipo da pobreza piauiense nos anos 1950 e 1960. Revista Fênix. Vol. 6, ano VI nº1, p. 2.

⁶⁵ CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988, p. 18.

No entanto, o que buscamos ressaltar são esses interesses políticos dialogando com as representações sobre os municípios e dando origem a práticas, no caso, a criação de municípios. Lordello de Mello (1996), em seus estudos sobre a emancipação política após a Constituição de 1946, afirma que “os Governos Estaduais estimulavam a criação de novos municípios para atrair mais recursos do Governo Federal para o Estado”⁶⁶. No Brasil, de 1940 a 1960 foram criados 1192 novos municípios, 24 destes no Estado do Piauí.

Centralizando nossa análise para a década de 1950, pois é quando Água Branca foi emancipada, podemos perceber, observando os dados do quadro, que foram criados dezenove (19) municípios no Estado do Piauí.

Quadro 2. Municípios criados no Piauí na década de 1950

Ano	Município	Nº da Lei Estadual
1950	-	-
1951	-	-
1952	Itaueira	Lei Nº 743 de 29.10.52
1953	Matias Olímpio	Lei Nº 894, de 29.10.53
	Curimatá	Lei Nº 895, de 29.10.53
1954	Conceição do Piauí	Lei Nº 924, de 12.2.54
	Água Branca	Lei Nº 979, de 30.04.54
	Elesbão Veloso	Lei Nº 983, de 13.5.54
	Inhuma	Lei Nº 985, de 17.5.54
	Pimenteiras	Lei Nº 1.040, de 16.7.54
	Simões	Lei Nº 1046, de 22.7.54
	Angical do Piauí	Lei Nº 1054, de 24.7.54
1955	Monte Alegre	Lei Nº 1133, de 6.6.55
	Nazaré do Piauí	Lei Nº 1212, de 8.9.55
1956	Capitão de Campos	Lei Nº 1432, de 30.11.56
	Monsenhor Hipólito	Lei Nº 1445, de 30.11.56
	Santa Cruz do Piauí	Lei Nº 1446, de 30.11.56
	São Francisco do Piauí	Lei Nº 1453, de 30.11.56
	São José do Peixe	Lei Nº 1440, de 23.11.56
1957	Landri Sales	Lei Nº 1541, de 30.7.57
	Eliseu Martins	Lei Nº 1542, de 30.7.57
1958	-	-
1959	-	-

Fonte: ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO PIAUÍ. Teresina, v.15, p. 1 – 513, 2007. Disponível em: <http://www.cepro.pi.gov.br/download/200801/CEPRO22_04cea7f8c7.pdf> Acesso em: Maio de 2018.

O que explicaria, na referida década, o acréscimo de unidades municipais? Nos primeiros anos após a promulgação da Constituição de 1946, foi criado no estado

⁶⁶ LORDELLO DE MELLO, Diogo. A multiplicação dos municípios no Brasil. **Revista de Administração Municipal**. Rio de Janeiro. V. 39, n. 203, p. 23-28, abr/jun. 1992. In: [www/ TeleIbam](http://www.teleibam.com.br), Rio de Janeiro: IBAM, 1996, p. 3.

apenas um município, o de Cocal. Desse modo, por mais que a legislação tenha favorecido, percebemos que somente ela não se constitui de elemento suficiente para elucidar essa questão. Dito isto, essa indagação nos fez lembrar Veyne (2014), quando ele se propõe a definir o que individualiza um evento histórico. Para o autor, “não é a diferença de detalhes, o seu conteúdo, o que são, mas o fato de que acontecem, quer dizer, de que acontecem num dado momento”⁶⁷. Em concordância com o autor, nos interessa não as particularidades do processo de emancipação em cada localidade, mas o momento em que aconteceram. Para isso, ajustaremos o foco da nossa análise para o ano de 1954. Primeiro porque foi nele que o município sobre o qual tratamos emancipou-se, segundo por que este ano destacou-se na nossa busca empírica por ter o maior número de municípios criados de toda a década de 1950: sete, de um total de dezenove (19): Conceição do Piauí, Água Branca do Piauí, Elesbão Veloso, Inhumas, Pimenteiras, Simões e Angical do Piauí; e terceiro, porque este foi um ano eleitoral.

Em 1954, ocorreu a terceira disputa eleitoral para o Senado, Câmara dos deputados, Assembleia Legislativa e governo estadual depois da queda do Estado Novo. Em nossa opinião, foram as representações acerca do município que significaram e que deram sentido ao ato de criar uma nova unidade municipal. Mas essas ações, enquanto *práticas*, somente puderam ser entendidas se associadas ao contexto que tornou tudo possível. Um dos meios que encontramos para visualizá-lo foi perceber as relações entre as eleições de 1954 e os municípios criados neste ano.

A nossa hipótese foi a de que a criação de municípios pode ter sido usada como meio para conseguir apoio eleitoral nas novas localidades instaladas, realçando as relações de compromisso estabelecidas entre grupos locais e a esfera estadual. Ver a criação de municípios apenas como um ato político tornou-se insuficiente, sendo necessário estarmos atentos ao contexto cultural do lugar e tempo em que aconteceu. Dessa forma, a cultura política definida por Motta⁶⁸ (2009) como um “conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas partilhadas por determinado grupo humano, que expressa uma identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado [...]”, nos serve de chave para entendermos o comportamento dos deputados estaduais em aprovar os projetos de criação de unidades municipais. Assim, “o fenômeno da

⁶⁷ VEYNE, Paul Marie. Como se escreve a história; **Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014, p. 22.

⁶⁸ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____ (org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte, MG: Argvementvm, 2009, p. 21.

cultura política surgiu oferecendo uma resposta mais satisfatória”⁶⁹ para explicarmos a fragmentação municipal do Piauí em 1954 que não fosse pelo estabelecimento direto de uma causa política, mas que permitisse “compreender as motivações dos atos dos homens num momento da sua história, por referência ao sistema de valores, de normas, de crenças que partilham, em função de sua leitura do passado [...]”⁷⁰.

Para chegarmos a essa conclusão não nos limitamos às datas em que foram instalados os municípios, mas ao processo que levou para serem aprovados os projetos de leis para sua criação. Antes de ser aprovada a lei, o território que almejava o desmembramento encaminhava para a Assembleia Legislativa um projeto que, se aceito, entrava em discussão e passava por três votações, até obter o parecer final. Estas podiam se estender por mais de uma sessão e se prologar por vários meses.

Assim, foi no acompanhamento dessas discussões e votações por meio das atas da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí no ano de 1954 que percebemos que o processo de criação municipal, enquanto *prática*, estava mergulhado na cultura política partidária piauiense, evidenciando que a aprovação de um projeto era permeada por disputas que remetiam às formas de conduzir a política no Estado, visando, especialmente, ganhar o pleito eleitoral.

Para nossa análise levamos em conta dois elementos: o primeiro deles refere-se ao engajamento dos deputados com os municípios, que pode ser percebido nas atas de dois modos. O primeiro pelo envio de condolências aos líderes políticos que morriam, apontando para algo que ia além de formalidades, revelando práticas políticas e religiosas do período e a segunda pelo envolvimento dos deputados na criação de municípios, o que aponta para a possibilidade de formação, com essa prática, de currais eleitorais, encaminhando o eleitor para votar em quem o líder local mandava, caracterizando o que Vitor Nunes Leal chama de “voto de cabresto”; e o segundo elemento são as referências feitas aos municípios nas falas dos deputados. Por meio delas, pudemos perceber que os políticos da Assembleia Legislativa traziam constantemente denúncias de casos de violência cometidas por membros dos partidos, especialmente, da ala situacionista. A violência era uma prática comum na política piauiense do período.

⁶⁹ BERSTEIN, Serge. **Cultura Política**. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. Para uma História Cultural. Lisboa; Estampa, 1998, p. 349-366, p. 349.

⁷⁰ *Ibidem*, p. 363.

Ao tratar sobre a já inevitável transição do governo autoritário para a democracia no pós 1945, Delgado (2010) destaca que o governo federal adotou estratégias para controlar o modo como as mudanças iriam acontecer. Uma delas foi a definição de regras políticas como “a convocação de eleições majoritárias para presidência da República e a implantação de um sistema pluripartidário de bases nacionais”⁷¹. Com isso, os principais partidos surgidos no período foram o Partido Social Democrático (PSD) que agrupou os favoráveis a Getúlio Vargas, como os interventores que faziam parte do quadro estado-novista, representantes das oligarquias estaduais e alguns segmentos da classe média urbana; a União Democrática Nacional (UDN) que reuniu boa parte dos que eram divergentes do governo estado-novista; o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) que agrupava, dentre outros, os trabalhadores sindicalizados e os operários e, assim como o PSD, era getulista; e o Partido Comunista do Brasil que finalmente consegue ser legalizado⁷². No Piauí, a constituição desses partidos ocorreu de forma parecida. Segundo Alves de Oliveira⁷³ (2016), o PSD era composto por grandes comerciantes, líderes ruralistas e profissionais liberais que atuaram no Estado Novo. A UDN, por sua vez, era composta por ricos comerciantes e por grande número de bacharéis formados em direito. Já o PTB e PCB, de acordo com a referida autora, eram pequenos e sua penetração no Estado ainda acontecia de forma pontual e, “apesar da existência de outras siglas no Piauí, as disputas políticas partidárias, logo após o fim do Estado Novo em 1945, polarizavam-se entre UDN e PSD”⁷⁴.

No estado, para a segunda legislatura⁷⁵ que se iniciou em 1951, o governador eleito foi Pedro de Almendra Freitas⁷⁶ e o vice-governador e presidente do legislativo

⁷¹ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos Políticos e frentes parlamentares: Projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 134.

⁷² _____ . Partidos Políticos e frentes parlamentares: Projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 127 - 154.

⁷³ OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Da terra ao céu: Culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)**. Tese (Doutorado em História), Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016, p. 113.

⁷⁴ Ibidem, p. 114.

⁷⁵ TITO FILHO, José de Arimathea. **O Poder legislativo do Piauí: síntese histórica**. Teresina: COMEPI, 1980.

⁷⁶ Pedro de Almendra Freitas foi comerciante e político, nascido em José de Freitas em 1º de março de 1891. Foi vereador e presidente da Câmara Municipal de sua terra natal. Governou o Piauí no período 1951 a 1955. Presidiu a Associação Comercial do Piauí. Informações disponíveis em: GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado: comentado: 1549-2001**. Teresina: Halley, 2003.

foi Tertuliano Milton Brandão⁷⁷. Os deputados estaduais que iniciavam suas atividades políticas naquele ano dividiam-se em quatro agremiações partidárias: União Democrática Nacional (Alberto Tavares Silva, Antenor Martins Neiva, Alberto Bessa Luz, Ezequias Gonçalves Costa, Francisco Ferreira de Castro, Gumercindo P. Saraiva Ribeiro, João Ribeiro de Carvalho, Joaquim Gomes Callado, José Ribamar de Castro Lima, Manoel Nogueira Lima, Mário José de Andrade, Milton de Aguiar, Orlando Barbosa de Carvalho, Raimundo Vaz da Costa Neto e Wenceslau de Sampaio); Partido Social Democrático (Antônio dos Santos Rocha, Antônio Félix de Carvalho, Alcides Martins Nunes, Adalberto de Moura Santos, Augusto Rocha Neto, Constantino Pereira de Sousa, Clóvis de Melo, Caio Coelho Damasceno, Epaminondas Castelo Branco, Edgard Nogueira, Edison Dias Ferreira, João Clímaco d’Almeida, Otávio Miranda e Waldemar Ramos Leal); Partido Trabalhista Brasileiro (Darcy Fontenele de Araújo e Inácio Soares da Silva); e Partido Social Progressista (Agenor Barbosa de Almeida)

Delgado⁷⁸ (2010) ressalta ainda que a adoção do sistema pluripartidário rompeu com a estruturação partidária regional, tradição brasileira que alimentou por muitos anos as oligarquias estaduais. Entretanto, isso não significou a ocorrência de bruscas mudanças, como o desaparecimento de antigas práticas políticas. Segundo a autora, o que caracterizou essa conjuntura foi a dicotomia de “transformações com permanências”⁷⁹. Nesse contexto de transformações com continuidades não poderíamos deixar de fora a análise que Leal⁸⁰ (1997) faz do coronelismo, definindo-o como uma adaptação do poder privado para coexistir com um regime político de extensa representatividade. De acordo com o já mencionado autor, na história ulterior da República:

A concentração de poder continuava a processar-se na órbita estadual exatamente como sucedia na esfera provincial durante o Império; mas, como a eleição do governador de Estado não dependia tão puramente da vontade do centro como outrora a nomeação do presidente de província, o chefe do governo federal só tinha duas alternativas: ou declarar guerra às situações

⁷⁷ Tertuliano Milton Brandão nasceu em Pedro II em 1916. Foi prefeito de sua terra natal, deputado estadual, signatário da Constituição de 1947, vice-governador do Estado, presidente da Assembleia Legislativa e juiz do Tribunal de Contas do Estado. Elegeu-se deputado federal em cinco legislaturas. Informações disponíveis em: GONÇALVES, Wilson Carvalho. Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado: comentado: 1549-2001. Teresina: Halley, 2003.

⁷⁸ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos Políticos e frentes parlamentares: Projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 127 – 154, 134.

⁷⁹ Ibidem, p. 13.

⁸⁰ LEAL, Vítor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

estaduais, ou compor-se com elas um sistema de compromisso que, simultaneamente, consolidasse o governo federal e os governos estaduais⁸¹.

Desde o Império, para manter seu poder, o governo central controlava as províncias por meio do mando exercido sobre os presidentes, escolhidos segundo sua vontade. Com a República, a escolha do governo do estado, esfera que substituiu a província, não era mais privilégio exclusivo da União, pois agora, em um regime representativo, era necessário contar com o eleitorado e para garantir o controle sobre ele nas localidades mais distantes foi preciso o estabelecimento de trocas de favores entre a união (o poder público) e os chefes locais. Estes últimos, os “coronéis”, em geral donos de terras, representavam, para os roceiros, um ponto de apoio, com quem podiam contar nos momentos difíceis, trabalhando em troca de colheita ou pedindo dinheiro emprestado. Tendo os “coronéis” como benfeitores, os trabalhadores rurais lutavam “com o ‘coronel’ e pelo ‘coronel’”. Aí estão os *votos de cabresto*, que resultam, em grande parte, da nossa organização econômica e rural⁸²” Tínhamos aí o estabelecimento de relação de submissão política, o que aumentava o prestígio dos “coronéis” e dava-lhes condições de negociar com a esfera estadual.

Apesar de sua análise remeter ao período político brasileiro conhecido como Primeira República, os elementos resultantes do “coronelismo”, como a troca de favores, o mandonismo e o filhotismo nos servem de base para entendermos a política municipal nos anos posteriores a 1945, pois, as mudanças que aconteceram não apagaram antigas práticas, que deram sinais de permanência na política partidária, principalmente, o que se refere à teia de acordos/favores recíprocos entre as elites locais localizadas nos municípios e governo do Estado. Ademais, alguns partidos criados em 1945, como o PSD, continuavam a agregar os mesmos grupos políticos que atuaram durante o Estado Novo. A configuração política parece ser a mesma, apenas com outra roupagem. O que queremos destacar é essa possibilidade dos grupos de tentar se adaptar à nova conjuntura, de modo a não perder as antigas redes de relações que possuíam.

2.4.1 Municípios, disputas e vínculo eleitoral

⁸¹ Ibidem, p. 123.

⁸² LEAL, Vítor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997, p. 44.

Consideremos a fala do deputado estadual Joaquim Gomes Callado, registrada na ata da sessão de 8 de junho de 1954 da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí:

[...] a sua presença na tribuna tinha por objetivo denunciar à Casa fatos criminosos e de flagrante desrespeito à Constituição do Estado, que estariam sendo praticados pelo senhor Governador do Estado, no novo município de Água Branca. Depois de outras considerações, esclareceu o senhor deputado Gomes Callado, entre outras cousas, que aquele município nem sequer fora instalado, e já o senhor Governador está lavrando uma série de nomeações ilegais e institucionais, com fins manifestamente político-partidários, para ocupar cargos ali inexistentes. Adiantou que o Chefe o Executivo Estadual se engana completamente ao atribuir que agindo dessa maneira arbitrária, consegue obter vitória eleitoral no município de Água Branca, onde o orador diz que dispõe de esmagadora maioria, porque conta com o apoio decidido da quase totalidade da população ⁸³.

Como relatou Joaquim Gomes Callado, o município de Água Branca ainda não estava instalado. O projeto que o desmembraria de São Pedro do Piauí, de sua autoria, encontrava-se em discussão na Assembleia Legislativa desde abril de 1954. A reclamação evidencia a rivalidade entre ele e o governador Pedro Freiras, vencedor do pleito para governo do Estado em 1950 pelo PSD. Entretanto, o que mais chama nossa atenção é a denúncia da atitude do governador em fazer nomeações para cargos ainda inexistentes o que, de acordo com Gomes Callado buscava conquistar o eleitorado do novo município. Reparemos que o deputado em questão aponta para uma prática que não é desconhecida na política brasileira: a distribuição de cargos públicos para aliados políticos. Isso se aproxima do que Vítor Nunes Leal chamou de “negar pão e água ao adversário”, isto é:

Para favorecer os amigos, o chefe local resvala muitas vezes para a zona confusa que medeia entre o leal e o ilícito, ou penetra em cheio no domínio da delinquência, mas a solidariedade partidária passa sobre todos os pecados uma esponja regeneradora. ⁸⁴

No caso, a solidariedade partidária se fez por meio da inserção na administração municipal de companheiros políticos, deixando de fora os que são aliados ao partido adversário. Se por um lado Pedro Freitas (chamado de Coronel Pedro Freitas) garantia o apoio do eleitorado por meio do oferecimento de emprego, por outro, o deputado Gomes Callado garantia por outros meios. Não temos dados estatísticos que comprovem esse apoio, entretanto, podemos fundamentar sua existência pela memória dos

⁸³ ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 8 jun. 1954. Disponível no Arquivo Público do Estado do Piauí.

⁸⁴ LEAL, Vítor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997, p. 60.

entrevistados, que apresentam o referido deputado de forma positiva, como um agrimensor que doava terras para quem precisasse cultivá-las.

Nessa época, votar a favor da criação de um município parecia ser importante para aumentar influência naquela localidade, fator que pode ser observado no pedido do deputado Hélio Leitão⁸⁵ (UDN)

[...] no sentido de ser adotado o critério de votação nominal com relação ao projeto de criação do município de Monsenhor Hipólito. Explicou o senhor deputado Hélio Leitão que requeria a adoção dessa medida para evitar dúvidas futuras, e prevenir a eventualidade de certo deputado reproduzir que praticou quando da votação do projeto de lei que criou o município de Itainópolis, isto é, não tendo tomado parte na votação desse projeto, posteriormente, alardeou em Itainópolis que havia votado a favor da proposição, quando na realidade nem sequer se achava presente no recinto, e para tirar ainda maior proveito político assoalhou o boato de que o orador e o deputado Alberto Monteiro⁸⁶ não tinham votado a favor do referido projeto, quando havia acontecido exatamente o contrário.

O pedido do deputado Hélio Leitão visava registrar a votação nominal para a criação do município de Monsenhor Hipólito, assim, era possível saber quem tinha votado a favor ou contra, evitando problemas como o que ele ressaltou em sua fala. Vejamos que a expressão usada pelo orador e que foi registrado pelo redator da ata foi “tirar ainda maior proveito político”. O episódio que ele queria evitar que acontecesse nos dá um indício de que a criação do município - no caso, Itainópolis - foi objeto de disputa dos deputados e, de acordo com a fonte, possivelmente utilizado para conseguir vantagem política na localidade. Não podemos afirmar que a intenção do deputado referido por Hélio Leitão tenha sido essa, porém deixa rastros de que este tinha a ideia de que votar contra a criação de um município era elemento de desvantagem política na nova localidade que seria instituída, caso contrário o boato espalhado pelo deputado não teria causado o efeito que causou.

⁸⁵ Hélio das Chagas Leitão nasceu em 1914 em Picos. Filho do Cel. Joaquim das Chagas Leitão, intendente municipal (prefeito de Picos de 1900 a 1902) e de sua segunda esposa Anisia Ferreira Nunes Leitão. Foi escrivão da “Mesa de Renda do Tesouro do Estado do Piauí” na cidade de Picos. Em 1946 candidatou-se a uma cadeira na Assembleia Legislativa do Estado pela UDN, sendo eleito. Na eleição seguinte, tornou-se suplente, sendo chamado para exercer o cargo. ROCHA, Vilebaldo Nogueira. Cadeira nº18 patrono: Hélio das Chagas Leitão. Disponível em:

<http://www.alerp.com.br/index.php?nave=navbar/principal&topico=178>> Acesso em: Jan 2019.

⁸⁶ Alberto de Moura Monteiro nasceu em Picos em 1913. Filho de Joaquim Monteiro de Carvalho e Joaquina Francisca de Moura Carvalho, formou-se em Direito na cidade do Rio de Janeiro. Destacou-se nos meios políticos e literários. Como político, foi eleito por seis legislaturas consecutivas, perfazendo um período de 24 anos de vida parlamentar. Em 1950 candidatou-se deputado estadual pelo PSD, tornando-se suplente e sendo chamado para assumir o cargo. ROCHA, Vilebaldo Nogueira Cadeira nº 06 patrono: Alberto de Moura Monteiro. Disponível em: <<http://www.alerp.com.br/index.php?nave=navbar/principal&topico=190>> Acesso em: Jan 2019.

O que nos ajuda a entender essa situação é o entendimento do deputado Hélio Leitão de acreditar que o voto favorável à criação do município era uma maneira de gerar vínculos com a população da localidade. Noção compartilhada pelo outro deputado que, segundo Hélio Leitão, espalhou o boato com a intenção de retirar do adversário e concentrar para si o crédito pelo apoio à criação do município. Analisando a maneira como o orador constrói seu argumento, podemos inferir que a base do seu raciocínio é a de que o voto favorável ao projeto na Assembleia era recebido pela população como um favor, passando o eleitorado a ter uma dívida com o deputado, que seria paga com o voto no pleito eleitoral.

A noção de “voto de cabresto” de Vítor Leal Nunes para definir o vínculo de dependências entre o coronel e os trabalhadores (estabelecido pela violência ou pela necessidade deste último de garantir sua sobrevivência) é uma lente interessante para enxergarmos que os deputados utilizavam a criação de unidades municipais para garantir apoio eleitoral nos novos municípios criados, construindo um vínculo de dependência baseado no serviço que o deputado realizou naquela localidade. Por mais que este político não se envolvesse diretamente com o local, o seu nome permanecia como o facilitador daquele processo, uma vez que os projetos dependem da aprovação desses líderes. Nesse sentido, o desmembramento de território para a formação de novas unidades autônomas é um processo que pode ter se ligado às práticas coronelistas: os deputados apoiavam o projeto solicitado pelos prefeitos ou líderes políticos e estes garantiam o apoio da população das comunas. É um dos casos em que a *cultura política partidária*, que se refere à concessão de favores em troca de votos se cruza com a *cultura política popular*, que direciona o apoio eleitoral não à proposta do partido, mas ao benefício imediato que o candidato lhe trouxe⁸⁷.

Ainda nesse sentido, o engajamento dos deputados com os municípios podiam acontecer por meio de visitas a essas localidades. Tal empreendimento parecia ser o momento oportuno para reforçar laços políticos com as lideranças locais e vínculos com os demais moradores. Era bastante comum que os membros da Assembleia recebessem convites para tomarem parte das celebrações relacionadas à instalação das novas

⁸⁷ De acordo com Marylu Alves Oliveira, no Piauí havia uma dissociação entre cultura política partidária e cultura política popular: “tal divisão se faz necessária pelo apartamento institucional e ao mesmo tempo simbólico do exercício das práticas culturais relativas ao universo político-partidário e o mundo das representações sociais partilhadas sobre a participação popular na política”. Apesar disso, a referida autora ressalta que essas culturas políticas podiam misturar-se em certos momentos, especialmente durante o processo eleitoral. **Da terra ao céu: Culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)**. Tese (Doutorado em História), Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016, p. 23.

unidades municipais. O procedimento da Assembleia era a formação de uma comissão para ir à localidade para participar das solenidades.

Quadro 3 Deputados Estaduais (e respectivos partidos) que compunham as comissões para visita aos novos municípios instalados

Deputado	Partido	Municípios					
		Itainópolis	Água Branca	Conceição do Piauí	Pimenteiras	São Félix	Matias Olímpio
Alberto Monteiro	PSD	X	X	X	X	X	
Adalberto Santos	PSD	X					
Alberto Monteiro	PSD						
Antônio Carvalho	PSD						X
Bessa Luz	UDN	X		X			
Clímaco de Almeida	PSD						X
Clovis Melo	PSD						X
Costa Andrade	UDN			X			
Darcy Araújo	PTB						X
Gomes Callado	UDN	X	X		X	X	
Hélio Leitão	UDN	X			X	X	
Inácio Soares	PTB				X	X	
João Carvalho	UDN		X				
Martins Neiva	UDN	X					
Milton Aguiar	UDN						X
Petrônio Portella	UDN				X	X	
Santos Rocha	PSD						X
Waldemar Leal	PSD						X

Fonte: ASSEMBLEIA Legislativa do Estado do Piauí. Arquivo Público de Teresina. Livro de atas do ano de 1954, informações obtidas de forma física.

Não são explicitados os critérios de escolha dos representantes, porém, ao relacionar os deputados que formavam as comissões com os partidos dos quais fazem parte, pudemos tirar três conclusões: a primeira é que quem fazia o convite era, em geral, o autor do projeto de criação do município em questão; segundo, era o partido do deputado que possuía mais membros na Comissão; terceiro, percebemos que procurava-se manter representantes dos partidos que compunham a Assembleia Legislativa.

Os deputados relatavam a sua participação nos eventos festivos de instalação dos municípios. O deputado Costa Andrade⁸⁸, por exemplo, “fez um relato minucioso das festividades que decorreram num ambiente de ordem e geral entusiasmo” nas solenidades de instalação de Conceição do Canindé⁸⁹. Mais do que uma preocupação com esses municípios, essa relação próxima entre alguns deputados e as novas unidades municipais é uma forma de estender a teia de influência deles e do partido. Tais interesses também podem ser evidenciados nas notas de pêsames encaminhadas pelos deputados à família dos falecidos. Em sessão do dia 29 de abril de 1954 o deputado Alberto Monteiro solicita que seja “consignados em ata votos de pesar pelos falecimentos ocorridos em Pedro II das Exc^a Srs Ana Paulino Galvão e Bárbara Alves Galvão, mãe e irmã do senhor Joaquim Alves Galvão, presidente da Câmara Municipal daquela cidade, assim como da Exc^a Sr^a Maria Orsano Monteiro, mãe de numerosa família de alto destaque social daquela cidade serrana”⁹⁰.

Percebamos que os pesares emitidos não eram para qualquer cidadão, eram para pessoas de destaque social e, especialmente, de importância política e, muitas vezes, os deputados deixavam isso evidente nas próprias falas, como o destacado acima ou no caso da sessão de 09 de julho de 1954, quando o deputado Constantino Pereira solicita que sejam apresentados pêsames pelo falecimento do senhor Mateus Valente de Figueredo, “cidadão de destaque social e político, cujo óbito aconteceu em Canto do Buriti”⁹¹.

A interação, assim, entre os deputados estaduais e os municípios por meio do envio de condolências é algo constante nas atas analisadas e sempre havia o retorno por meio de telegramas, onde a família do extinto agradecia as homenagens póstumas. Isso além de reforçar os laços políticos entre os deputados e os “cidadãos de destaque social” dos municípios, evidencia a existência de práticas políticas imbricadas pela religiosidade do período.

⁸⁸ José Severino da Costa Andrade nasceu em Simplício Mendes - PI em 12 de dezembro de 1906. Foi professor, jornalista e orador. Foi Deputado Estadual à Assembleia Legislativa do Estado do Piauí nas legislaturas iniciadas em 1951, 1955 e 1959. Em 1952, apresentou à Assembleia Legislativa Estadual, um projeto de lei propondo a criação do município de Conceição do Canindé, que logrou sua aprovação, instalado em 01 de julho de 1954. Informações disponíveis em: GONÇALVES, Wilson Carvalho. Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado: comentado: 1549-2001. Teresina: Halley, 2003.

⁸⁹ ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 5 julho, 1954. Disponível no Arquivo Público do Estado do Piauí.

⁹⁰ _____, 29 abril, 1954. Disponível no Arquivo Público do Estado do Piauí.

⁹¹ ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 9 jul. ,1954. Disponível no Arquivo Público do Estado do Piauí

Por conseguinte, as disputas em torno da criação dos municípios, percebidas por meio da solicitação de votação nominal e o estabelecimento de diálogos com as lideranças municipais apontam para o interesse que os deputados tinham em capturar o apoio do eleitorado.

2.4.2 Política e violência nas eleições de 1954

Enquanto lugares de disputas políticas, os municípios possuíam considerável poder de decisão eleitoral. Conseguir o apoio de algum deles representava a oportunidade de penetrar no domínio exercido pelos partidos adversários. É possível pensar assim se observarmos que era neles que ocorriam algumas das principais disputas eleitorais e onde os embates entre os políticos podiam ser mais intensos. Em sessão do dia 18 de junho de 1954, o deputado João Carvalho⁹² (UDN), reclamou das graves ameaças sofridas pelos seus correligionários por parte de Gonçalo Castro, em Amarante, local onde ele disse querer fazer uma campanha pacífica, entretanto, advertiu que se seu adversário continuar pelo caminho da violência estaria “disposto a enfrentá-lo ao lado dos seus amigos, seja qual for o terreno que aquele prócer pessedista queira seguir”⁹³. Resolver os problemas políticos com o uso da violência fazia parte da *cultura política partidária* do Piauí, colocando-se, no caso, como a solução mais cabível dada as condições em que já vinham acontecendo em Amarante.

Ao tratar do Piauí no pós-1945, Oliveira (2008) afirma que

A existência de ameaças, de capangas, de revólveres e, algumas tantas vezes, de mortes, fazia parte das práticas políticas partidárias, compondo importante elemento da trama que caracterizou o *contexto cultural* do Piauí naquele período. Tais aspectos não poderiam desaparecer do exercício político local simplesmente porque o *Estado novo* ou o interventor saíram de cena, pois aquela era a forma como muitos políticos locais resolviam as desavenças.⁹⁴

⁹² João Ribeiro de Carvalho nasceu em Amarante- PI em 1890. Farmacêutico, professor e chefe político de grande prestígio em Oeiras, antiga capital piauiense. Foi Deputado Estadual em cinco legislaturas (1947-1967). Vice-presidente da Assembleia Legislativa do Piauí. Prefeito de Oeiras, de 1935 a 1977. Informações disponíveis em: GONÇALVES, Wilson Carvalho. Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado: comentado: 1549-2001. Teresina: Halley, 2003.

⁹³ ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 18 jun. 1954. Disponível no Arquivo Público do Estado do Piauí.

⁹⁴ OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Da terra ao céu**: Culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964). Tese (Doutorado em História), Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016, p. 119.

Com isso, queremos destacar que as práticas políticas tradicionais, observadas no país desde os primeiros anos da República como as trocas de favores entre as esferas estaduais e municipais e o uso da violência para resolver problemas políticos (no caso do Estado Novo) tem seus resquícios nas eleições que aconteceram posteriormente. Ainda mais pelas características da população piauiense na década de 1950: a maioria vivia na zona rural e dedicava-se a atividades do setor primário⁹⁵. E, ademais, apontam para a existência de um conjunto de referências compartilhadas sobre a forma de agir dentro da política. Pedro Freitas, eleito governador em 1951, prometia pacificar a política local. Porém, em sua gestão “os ânimos poderiam até ter arrefecido na capital, mas mantinham-se acirrados em outras partes do Estado, pois há indícios de que no interior do Piauí as disputas entre os correligionários *pessedistas* e *udenistas* continuavam intensas”⁹⁶. É com esses traços que as eleições de 1954 ocorreram.

Em sessão do dia 18 de junho de 1954, o deputado Alberto Monteiro (PSD) propõe-se a tratar do momento de tensão política em Fronteira, denunciando as intensas perseguições que os adversários do governo vinham sofrendo, mas primeiro comunica à Assembleia a formação de uma chapa composta pelo vice-prefeito de Fronteiras, por membros da União Democrática Nacional e Partido Trabalhista Brasileiro “chapa essa que o orador considera indiscutivelmente vitoriosa”⁹⁷. Lembremos que no Piauí, havia uma polarização partidária representada pela UDN e PSD. Porém, durante o mandato do governador Pedro Freitas esse dualismo começou a demonstrar sinais de crise, pois o PTB passa a disputar espaço na política local⁹⁸. Desse modo, o apoio desse partido podia ser crucial para definir as eleições.

O deputado Alberto Monteiro segue adiante em sua fala denunciando arbitrariedades da polícia que intimida a mando do governo situacionista de Fronteira os “pobres lavradores” de Alagoinha “que não leem pela cartilha política do senhor

⁹⁵ Segundo Martins et al (2003), 83, 7% da população do Estado nesse ano vivia na zona rural. Quanto à ocupação, 82,2% dedicava-se a atividades do setor primário, 3,7%, às do setor secundário e 14,1%, às do setor de serviços.

⁹⁶ OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Da terra ao céu**: Culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964). Tese (Doutorado em História), Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016, p. 136

⁹⁷ ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 15 julho, 1954. Disponível no Arquivo Público do Estado do Piauí

⁹⁸ OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Da terra ao céu**: Culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964). Tese (Doutorado em História), Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016, p. 137.

governador”. Disse ainda estar informado que o prefeito “apossou-se do prédio de uma escola rural que se encontrava fechada, e lá deu posse ilegalmente a um professor”.⁹⁹

Prosseguindo, disse que quando estava no povoado Caldeirão Grande, assistiu o “Prefeito José Aquiles, juntamente com o sogro que é, ao mesmo tempo, tesoureiro da Prefeitura de Fronteiras, a polícia e outros elementos, pressionarem o eleitorado para votar com o governo, chegando ao ponto, do sogro do prefeito retirar um revólver do coldre para atirar contra um ex-correligionário, por este ter se decidido a ficar com as oposições.” O deputado disse ainda ter sido ameaçado pelo “sogro e tesoureiro da prefeitura – senhor Noberto Ângelo Pereira” que aduziu que se o referido deputado andasse em Fronteiras, “se desgraçariam e as cousas não dariam certo”¹⁰⁰.

Da fala do deputado Agenor Almeida¹⁰¹, podemos observar duas características do coronelismo: o filhotismo e a sua outra face, o mandonismo. Reparemos que, nas suas palavras, o orador enfatiza e repete que o senhor Noberto Ângelo Pereira, que é quem lhe ameaça, é, ao mesmo tempo sogro e tesoureiro da prefeitura. A forma como trata disso dá a entender que pretende denunciar que a escolha do prefeito para o cargo de tesoureiro foi em virtude da relação familiar e que, por terem essa proximidade, as ações do tesoureiro convergem com as do prefeito. Dessa forma, as características negativas não pairam sobre um ou outro sujeito, mas sobre todo o governo daquela cidade. Ademais, isso evidencia uma característica das formas de fazer política no Brasil, da qual o Piauí não está isento, que é a nomeação de pessoas conhecidas, amigas ou da família para ocupar cargos administrativos, excluindo qualquer um que não “leia pela cartilha” dos políticos situacionistas. Ou, nas palavras de Vítor Nunes Leal a convocação “de muitos agregados para a ‘gamela’ municipal”¹⁰², mesmo que não possuam preparo técnico para ocupar o cargo. Este é um elemento que fazia parte da cultura política partidária do Piauí nesse período.

⁹⁹ ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 15 julho, 1954. Disponível no Arquivo Público do Estado do Piauí.

¹⁰⁰ ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 15 julho, 1954. Disponível no Arquivo Público do Estado do Piauí.

¹⁰¹ Agenor Barbosa Almeida foi médico e político, nascido em Palmeirais. Coronel e médico reformado da Polícia Militar. Foi diretor do Hospital Getúlio Vargas de Teresina. Presidente do Instituto de Assistência Hospitalar e Secretário-geral do Estado. Deputado estadual e primeiro vice-presidente da Assembleia Legislativa do Estado. Nessa qualidade esteve no exercício de Governador do Estado (04 a 11 de março 1952) Informações disponíveis em: GONÇALVES, Wilson Carvalho. Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado: comentado: 1549-2001. Teresina: Halley, 2003.

¹⁰² LEAL, Vítor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997, p. 61.

O mandonismo, por sua vez, se refere às relações entre o chefe local e os adversários e se traduz pela perseguição a esses últimos: “para os amigos pão, para os inimigos pau”¹⁰³. A hostilidade, o uso de armas e a decisões autoritárias são elementos que continuaram a caracterizar o clima eleitoral piauiense. O discurso do deputado em questão é pautado pela sua posição enquanto opositor do governo do estado, mostrando-se, sempre que possível, comovido com a situação dos “pobres” que são oprimidos pela ala governista, representada pelo PSD que, comete, na leitura do deputado, arbitrariedades em praticamente todos os povoados e tem a conivência da polícia local. Entretanto, lembremos que os “documentos do passado não foram elaborados para o historiador, mas sim para atender a necessidades específicas do momento”¹⁰⁴ dessa forma, o objetivo das atas era apenas registrar o que havia ocorrido na sessão. É possível que o orador, que teve sua fala registrada na ata, tenha pautado seu discurso nas características negativas dos adversários políticos por acreditar que isso enfraqueceria o poder eleitoral deles (LEAL, 1997).

Em sessão de 21 de junho de 1954, o deputado Agenor Almeida (PSP) relata perseguições contra Vicente Macedo perpetradas pela polícia na localidade Água Branca. O referido deputado relatou que Vicente Macedo, “se encontra privado de ir àquela cidade, transportar a sua família, por estar ameaçado de espancamento pela polícia”¹⁰⁵. Finaliza sua fala culpando o governo do Estado, ressaltando que a oposição trabalhará por um governo mais justo e honrado. Reparemos que nos dois casos, em Fronteira e Água Branca, a situação parece ter poder para proibir membros da oposição até de entrar na cidade, a custo de grande violência caso isso ocorra.

Mais uma vez, Nunes (1997) nos auxilia no entendimento desse contexto. Ao tratar sobre a importância do apoio do governo estadual para os grupos situacionistas dos municípios, lista, dentre outros, a colocação de empecilhos a iniciativas da oposição, ignorar perseguição dos inimigos políticos, negar favores e destaca que “nada disso, via de regra, se compara a esse trunfo decisivo: pôr a polícia do Estado sob as ordens do chefe situacionista local”¹⁰⁶. Ter a polícia sob seu controle permitia aos chefes políticos perseguir, ameaçar e forçar os adversários a votar nos candidatos que lhes interessava. Mas precisamos entender essas denúncias ao PSD dentro da disputa

¹⁰³ Ibidem, p. 61.

¹⁰⁴ BACELLAR, Carlos. **Uso e mau uso dos arquivos PINSKY**, Carla Bassanezi (org). Fontes históricas. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 69.

¹⁰⁵ ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 21 jun. 1954. Disponível no Arquivo Público do Estado do Piauí

¹⁰⁶ LEAL, Vítor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997, p. 69).

política daquele momento. As palavras vêm de um opositor e elas buscam minar o poderio do PSD nas diversas localidades do estado. Lembremos que esse era o partido situacionista e, como já evidenciamos, foi constituído, especialmente, pelos apoiadores do Estado Novo. Assim, o que pode ter intensificado essas denúncias aos pessedistas foi a associação desse partido, especialmente na figura de Leônidas de Castro Mello¹⁰⁷, seu líder, ao governo estadonovista, este último lembrado no Piauí pelo seu caráter autoritário e “respaldado pela força policial”¹⁰⁸.

Leônidas de Castro Mello, entre as décadas de 1930 e 1940, permaneceu como interventor e governador, acumulando nesse tempo “grande força política nas várias instituições jurídicas, administrativas e públicas no Estado”¹⁰⁹. Acreditamos que esse seja um dos elementos que podem ter norteado a campanha oposicionista (UDN), que foi direcionada para as diversas localidades do interior do Piauí, buscando reunir forças nesses lugares e combater o partido situacionista (PSD), que há tempos havia fincado suas raízes. Por mais que a UDN tivesse vencido as eleições de 1946, elegendo médico Rocha Furtado, o PSD “era ligado aos tradicionais coronéis da política, que mantinham ‘currais eleitorais’ no interior”¹¹⁰. Com isso, vale ressaltar que as estratégias para vencer as eleições, tanto de um como de outro, passavam pela necessidade de manter ou de conquistar votos nos municípios.

Em sessão de 17 de maio de 1954, o deputado Alberto de Moura Monteiro (PSD) relatou a sua participação em uma “grandiosa concentração política que tivera oportunidade de assistir ontem no Sítio Paraíso, do Município de São Pedro, na residência de Dona Cristina Araújo de Arêa Leão, viúva do saudoso Deputado Miguel de Arêa Leão”¹¹¹. Participaram da reunião pessoas com grande influência política: do Partido Social Progressista (PSP), estiveram presentes os representantes a nível

¹⁰⁷ Leônidas de Castro Mello foi médico e político, nascido em Barras do Marataoan, Estado do Piauí. Foi Delegado do Serviço Industrial Pastoril, professor e Diretor do Liceu Piauiense e da Escola Normal Oficial. Elegeu-se Conselheiro Municipal de Teresina, deputado federal (1951- 1955) e senador da República (1955- 1963). Presidiu como Conselheiro o Tribunal de Contas do Estado. Fez parte do Conselho Superior das Caixas Econômicas Federais. Governador do Piauí (3 de maio de 1935 a 23 de novembro de 1937) e Interventor Federal (24 de novembro de 1937 a 9 de novembro de 1945). Nenhum político governou o Estado por mais tempo do que Leônidas Melo. Informações disponíveis em: GONÇALVES, Wilson Carvalho. Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado: comentado: 1549-2001. Teresina: Halley, 2003.

¹⁰⁸ OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Da terra ao céu: Culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)**. Tese (Doutorado em História), Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016. p. 119.

¹⁰⁹ Ibidem, p. 114.

¹¹⁰ TAVARES, Zózimo. **O Piauí no Século 20: 100 fatos que marcaram o Estado de 1900 a 2000**. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2003. p.57.

¹¹¹ ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 17 maio, 1954. Disponível no Arquivo Público do Estado do Piauí.

estadual, municipal e da capital; da União Democrática Nacional (UDN) dois membros da bancada do Legislativo Estadual e dois membros do diretório daquele partido em São Pedro; o prefeito de Pedro II; o vereador de Fronteiras e Raimundo Rodrigues Matos, representando o deputado Gomes Callado, que é do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB); representantes da Ala trabalhista e da Ala Dissidente do Partido Social Democrático, este na figura de Cristina de Arêa Leão; além de vários membros da família Arêa Leão. Pela presença de importantes representantes políticos, podemos ter noção da relevância dessa reunião para a configuração política do período, evidenciando o enfraquecimento da polarização PSD e UDN, já que outros partidos estavam entrando em cena como o PSP e o PTB. Quanto ao primeiro, podemos citar o ingresso às suas fileiras do deputado Alberto Monteiro e do vice-governador Milton Brandão, saídos do PSD. Em sessão de 15 de julho de 1954, Alberto Monteiro “exibiu credenciais que lhe foram conferidas pelo Partido Social Progressista para organizar diretórios em municípios do Sul do Estado, aduzindo que idênticos documentos foram também expedidos ao senhor Moura Filho, de Pedro II [...]”¹¹² o que nos permite visualizar a movimentação desse partido pelo estado.

Sobre o Partido Trabalhista, nesse período, emergia com cada vez mais força no cenário político piauiense, sendo seu apoio disputado para a sucessão de 1954, pela força de decisão que continha¹¹³. Em nível nacional foi um dos partidos que mais cresceu. Segundo Lucília Delgado¹¹⁴ (2010), em 1945, era o partido com menor representatividade na Câmara Federal, apenas 8%. Porém, em 1962 ostentava o segundo lugar, com 29,8%. Vale destacar que a presença na reunião pessedista de membros udenistas deve-se ao fato de que, “o PTB, naquele momento [1954], era percebido como um desdobramento da UDN”¹¹⁵, pois este último sofreu desentendimentos internos, culminando com a cisão de parte de seus membros para a ala petebista.

¹¹² ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 15 julho, 1954. Disponível no Arquivo Público do Estado do Piauí.

¹¹³ OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Da terra ao céu: Culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)**. Tese (Doutorado em História), Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016.p. 164).

¹¹⁴ DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **Partidos Políticos e frentes parlamentares: Projetos, desafios e conflitos na democracia**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 127 – 154, p. 142)

¹¹⁵ OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Da terra ao céu: Culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)**. Tese (Doutorado em História), Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016, p. 166).

O apoio do PTB foi para o PSD, formando a Aliança Democrática Trabalhista: como candidatos à disputa eleitoral de 1954 foi indicado o general Jacob Manoel Gayoso e Almendra¹¹⁶ que, além de representar o PSD, era cunhado do então governador Coronel Pedro Freitas e para vice-governador Francisco Ferreira de Castro, representante do PTB. Tal escolha de candidatos, segundo Zózimo Tavares¹¹⁷ consolida o sistema oligárquico no Piauí, já que culminou com a vitória do parente de Pedro Freitas sobre o candidato da UDN Joaquim Lustosa Sobrinho.

Reparemos que os políticos de outros municípios do estado fizeram-se presentes naquela reunião, como o prefeito de Pedro II, dando sinais de que a estratégia da coligação era conquistar apoio das diversas municipalidades. Em sessão de 13 de julho de 1954, o deputado Costa Andrade (UDN) toma a palavra para falar sobre a dificuldade que o PSD vinha enfrentando para encontrar o candidato para substituir Pedro Freitas no governo do Estado. O deputado citado afirma que um dos pretendentes ao cargo de Presidente do Executivo Estadual pelo PSD não recebeu apoio por parte “das forças políticas ponderáveis”, ressaltando-se entre estas as dos municípios de Picos, Valença e São Miguel do Tapuío. Ou seja, os municípios com maior força eleitoral não apoiavam o candidato a governador sugerido pelo PSD, o que o deixava num grande impasse. O deputado Costa Andrade (UDN) “aduziu que esse desajustamento político no seio do PSD também indica a ausência de um nome que inspire confiança às forças eleitorais chamadas a participarem da grande batalha política de 3 de outubro”.¹¹⁸

Não podemos deixar de destacar que as críticas feitas ao PSD fundamentam-se na ideia da importância do eleitorado municipal. O partido precisava definir um candidato que fosse capaz de agregar os interesses dos grupos políticos das municipalidades e, pelo visto, estava falhando, pois, ao discorrer sobre a reunião “disse o senhor deputado Alberto Monteiro, que dona Cristina Arêa Leão, como acontecera com ele, orador, em Picos, fora vítima de um esbulho por parte do Diretório Municipal

¹¹⁶ General do Exército e político, nascido e falecido em Teresina (1899-1976). Comandante da Polícia Militar e Chefe de Polícia no governo de Landri Sales. Deputado Estadual e presidente da Assembleia Constituinte de 1925. Governador do Piauí. Deputado Federal (1963-1967). Secretário Geral do Estado. Informações disponíveis em: GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado**: comentado: 1549-2001. Teresina: Halley, 2003.

¹¹⁷ TAVARES, Zózimo. **O Piauí no Século 20**: 100 fatos que marcaram o Estado de 1900 a 2000. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2003, p. 65. É interessante ressaltarmos que esse autor representa o discurso da oposição na época.

¹¹⁸ ASSEMBLEIA Legislativa do Piauí, 13 julho, 1954. Disponível no Arquivo Público do Estado do Piauí.

do Partido Social Democrático em São Pedro do Piauí”¹¹⁹. O “esbulho” sofrido por Cristina de Arêa Leão levou-a a representar uma Ala dissidente desse Partido em São Pedro. O acontecido relatado pelo deputado nos leva a pensar sobre a possibilidade de as escolhas políticas do PSD não está agradando aos aliados das municipalidades, evidenciando um problema que a oposição insistia em realçar.

A reunião ocorreu em um local emblemático: na residência de Cristina Arêa Leão, em São Pedro do Piauí. Como o orador destaca, ela era a viúva do deputado Miguel de Arêa Leão, que faleceu em 1951, mas cujo nome continuou remetendo a enorme influência política que detinha na região. Era bem comum que a imagem desta mulher estivesse associada à figura do falecido esposo, já que era apresentada não como Dona Cristina, mas como Dona Cristina, a viúva do ilustre deputado Arêa Leão. Isso pode ser uma forma de perpetuar a influência do deputado depois de morto, utilizando sua imagem política a favor das eleições. E ainda como meio de criar um “lugar de memória” em torno do nome do deputado falecido. Pierre Nora (1993), ressalta que “os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas [...]”, desse modo o nome Miguel de Arêa Leão é repetido nas atas, destacado como deputado ilustre e ligado ao nome de sua esposa com o objetivo de perpetuar a sua imagem, não permitindo que seja varrida pelo esquecimento. Dentro do contexto cultural piauiense também podemos destacar, baseado no estudo de Oliveira (2008), que “a morte – e todos os valores e crenças que a envolviam”¹²⁰ podia ser usada com fins eleitoreiros. A sensibilidade é um elemento que faz parte da *cultura política popular* na medida em que ela pode servir de motivação para votar no morto pelo sentimento em relação a ele. Mesmo que os políticos não controlem essa sensibilidade, fazia parte da *cultura político partidária* capturá-la e adequar às necessidades da campanha.

Desta maneira, as formas de fazer política no Piauí - as alianças entre os partidos, as ações tomadas, as disputas, a religiosidade, os meios de resolver os problemas – insere a criação de municípios e os municípios como meio de angariar apoio eleitoral nas diversas regiões do estado, demonstrando o peso que os municípios

¹¹⁹ _____, 17 maio, 1954. Disponível no Arquivo Público do Estado do Piauí.

¹²⁰ OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Da terra ao céu: Culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964)**. Tese (Doutorado em História), Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016, p. 39.

possuíam para decidir as eleições que se aproximavam e denunciando a presença de antigas práticas políticas, que não só puderam ser vistas no pleito de 1954, mas que ainda permanecem nos dias de hoje. Isso somente pode ser entendido quando consideramos a inserção dos comportamentos políticos dos deputados em relação às municipalidades dentro do contexto cultural do Piauí nesse período, dando margem para que as ações políticas dos representantes e da população sejam apreendidas em um cenário comum, de referências, costumes e códigos conhecidos por todos e que ajudam a justificá-los.

Em nossa narrativa realçamos elementos que tem permanecido nas práticas políticas do Estado, como a violência, o estabelecimento de vínculos entre os políticos e o eleitorado e a religiosidade e como estes estiveram imbricados com a questão municipal. Quando focamos nosso olhar para Água Branca podemos verificar que alguns destes elementos constituintes da cultura política do Estado se fizeram presentes no processo de emancipação política, percebidos especialmente pelo modo como os entrevistados constroem suas narrativas acerca da criação do município.

Milton Floriano Siqueira diz:

Eu lembro também que na época que estavam lutando pela emancipação, existia muita rixa, assim, entre São Pedro e Água Branca. É aí quando entra o Zezé Leão ¹²¹ que morava aqui perto, era município de Água Branca, mas nas proximidades da Berlenga, por acolá... Ele morava e também ele era inimigo político do Matos, aí ele sempre acompanhava muito, e chamava os cabras dele, os cabras acompanhavam ele e fazia muita balbúrdia, sempre aos domingos, às vezes, chegavam até a matar gente, e sempre aos domingos, antes de Água Branca ser cidade, sempre aos domingos morria pessoas matadas de bala, de faca, quase todos os domingos, todo mundo andava armado.

A fala de Milton Floriano Siqueira evidencia o ambiente de violência que prevalecia no povoado Água Branca antes da emancipação política. Para ele, isso

¹²¹ “Conhecido como o ‘Lampião do Piauí’, José de Arêa Leão nasceu em 29 de novembro de 1901, em São Pedro do Piauí, e faleceu em 1956, assassinado pela polícia, na cidade de Água Branca (PI). Filho de grande latifundiário da região central do Estado, recebeu patente de capitão da brigada militar por ajudar a consolidar a Revolução de 1930. Sobre a fama de cangaceiro, Arimathéa Tito Filho aponta o que seriam as origens de tal representação: ‘A origem de sua fama de cangaceiro e matador está num conflito de terras envolvendo sua família, os Arêa Leão, e o coronel José Liberato, outro grande latifundiário da região do município de São Pedro – que depois daria origem a um punhado de cidades como Água Branca, Hugo Napoleão e Miguel Leão (homenagem ao mais velho dos quatro irmãos homens da família). A briga entre os Arêa Leão e Liberato pela posse de terras se alastrou por mais de uma década no interior do Estado. Foi o conflito armado que provocou o aparecimento do bando de jagunços, profissionais contratados para executar ‘serviços’ e proteger as fazendas. Zezé Leão e seu bando ficaram famosos por se empregarem a essas ações.’” (OLIVEIRA, 2016, p. 109).

acontecia aos domingos. Reforçamos que era neste dia que aconteciam as feiras, o que atraía pessoas de várias partes, deixando a localidade mais movimentada. A causa das discórdias eram políticas e envolvia Raimundo Rodrigues Matos e Zezé Leão, uma figura bastante conhecida pelos atos de crueldade na região e que era ligado ao PSD.

Um dos motivos da intensificação dessa disputa era a cisma entre o lado que defendia a emancipação política de Água Branca (Raimundo Rodrigues Matos) e o que era contra (os políticos de São Pedro). Zezé Leão era o representante destes últimos e, segundo a narrativa do entrevistado “fazia muita balbúrdia” aos domingos. O que chama nossa atenção na fala do entrevistado é descrição que faz das disputas políticas que aconteciam: envolvia balas, facas e mortes. Isso evidencia que a violência faz parte das memórias da emancipação política do município. E mais, que as ações de Zezé Leão, apoiador da força pessedista, o ligam ao que há de mais tradicional na política local: o poder do coronel com seus jagunços.

José Alves Teixeira quando perguntado sobre as mudanças trazidas pela emancipação política de Água Branca diz que a “mudança que teve era porque Água Branca era muito grosseira, tinha muita briga. E ela [a emancipação] aliviou muito. Quase todos os domingos eles estavam fazendo badernas”. No mesmo sentido que Milton Floriano Siqueira, este entrevistado relata as brigas que aconteciam antes da criação do município. Essa disputa política entre os dois grupos, pelo que podemos inferir das falas dos entrevistados, acarretava em brigas, reforçando a violência como meio de resolver as desavenças políticas. Elemento comum da *cultura política* do Piauí.

Ao tratar das rivalidades entre o “Sim” e o “Não”, Maria Soares Macedo destaca em sua fala outro aspecto interessante. Ela afirma que os que queriam a criação do município “alegavam que [Água Branca] não tinha condição, deixar passar mais tempo e outros achavam bom porque estavam *tirando algum proveito* da situação. Assim existe, né?”. No fragmento destacado vemos que transparece o entendimento de que emancipação política era o meio de alguns se beneficiarem. A entrevistada não especifica quem eram esses “outros” que podiam tirar proveito da situação ou que tipos de proveitos eram esses. Entretanto, a sua narrativa atrai nossa atenção por tocar em um ponto interessante. Partindo do pressuposto que a criação de um município é algo que deveria trazer benefícios para todos os moradores da localidade, o realce da entrevistada nos “outros” não parece dirigir-se à população interessada, mas em um grupo menor, de políticos, por exemplo, evidenciando a existência de interesses pessoais nesse processo.

Sobre isso, lembramo-nos de Holanda (1995), quando trata da oposição entre o Estado e a família. Para ele, o Estado não é uma integração de certas vontades particularistas, mas é antes de tudo um triunfo do geral sobre o particular. Em sua narrativa, ele chama a atenção para o fato de que, ao longo de nossa história, ser possível acompanhar “o predomínio constante das vontades particulares que encontram seu ambiente próprio em círculos fechados e pouco acessíveis a uma ordenação impessoal”¹²². Ou seja, há na cultura brasileira uma tendência, observada desde tempos remotos de não se compreenderem “a distinção fundamental entre os domínios do público e do privado”¹²³. Se observarmos, Maria Soares Macedo dá conta dessa tendência, onde a emancipação política, como processo que deveria representar o impessoal e o geral, estava sendo um meio de atender interesses particularistas (HOLANDA, 1995). A entrevistada reconhece essa prática enquanto elemento compartilhado pela sociedade, evidenciando-a no contexto político como integrante da *cultura política* do estado.

Em síntese, a emancipação política de Água Branca não pode ser explicada por um conjunto de fatores, como por exemplo, por ter apresentado um desenvolvimento comercial relevante ou porque os políticos locais tinham interesse e por isso deram andamento no processo. É preciso, antes de tudo, considerar o contexto em que aconteceu, de modo que as atividades comerciais ou ações dos políticos apenas são variáveis que entraram em diálogo com outras de cunho cultural (como as representações em torno do município e os modos de fazer política) e legislativas (as garantias da Constituição de 1946).

A nossa explicação sobre a emancipação política de Água Branca leva assim, em conta, os três elementos que, de acordo com Veyne¹²⁴ (2014), constituem até o menor fato histórico humano: o *acaso*, a *matéria* e a *liberdade*. Em nossa narrativa, são respectivamente: os elementos relacionados às oportunidades que apareceram aos políticos interessados na criação do município, como acordos políticos, mudanças na legislação, etc.; os dados que constroem a realidade social e que torna as ações dos sujeitos possíveis, como as representações, a legislação, as práticas políticas, as configurações partidárias, a cultura...; e a liberdade, que se constitui do arbítrio, da

¹²² HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.146.

¹²³ _____ . **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p.146.

¹²⁴ VEYNE, Paul Marie. Como se escreve a história; **Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014, p. 86.

possibilidade de decidir o que fazer e como fazer, tendo em vista os próprios interesses ou os interesses de uma maioria.

A emancipação política de Água Branca foi, dessa forma, resultado de um contexto político-institucional favorável composto por uma legislação e um governo federal que dava oportunidade de desenvolvimento aos municípios e, mediante isso, a criação do município tornou-se atrativa. Porém, não teria sido possível sem que as negociações políticas tivessem sido suficientes para sobrepor os interesses dos moradores de Água Branca aos anseios dos políticos de São Pedro, negociações que somente foram possíveis pelo contexto político e cultural que permitia formas de diálogos baseadas em troca de favores.

3 ENCANTOS E DESENCANTOS NA ORGANIZAÇÃO DO RECÉM-INSTALADO MUNICÍPIO DE ÁGUA BRANCA

Na vasta planície surge uma colina, sobre a qual se ergue a maior parte da cidade; seus círculos, porém, se estendem por amplo espaço para além dos pés da colina, de tal modo que o diâmetro da cidade mede mais de duas milhas e seu perímetro inteiro mede sete milhas; mas como se encontra sobre uma elevação, tem muito mais habitações do que se estivesse na planície.

A cidade está dividida em sete enormes círculos, designados com os nomes dos sete planetas; cada círculo se conecta com o outro por meio de quatro estradas e quatro portas, voltadas para os quatro pontos cardeais da terra; [...] No alto do monte há um grande espaço plano, no meio do qual surge um templo de estupenda arquitetura¹²⁵.

O trecho refere-se ao livro de Tommaso Campanella (2008), intitulado *A cidade do Sol*, no qual o referido autor, a partir de uma descrição detalhada, constrói uma cidade utópica. A maior parte dela localiza-se em uma colina, mesmo havendo uma vasta planície sobre a qual ela poderia se estender. Uma interpretação possível para isso é que a sua estrutura física tenha sido pensada de modo a enaltecer a figura do “chefe de todos”, chamado Sol. Este fica no templo de “estupenda arquitetura” localizado em uma posição central e no topo da colina. A chamada Cidade do Sol, dentre outras coisas, representa a concretização do planejamento dos seus idealizadores, que a moldaram segundo seus interesses.

O planejamento de cidades não é algo distante de nossa realidade. “Brasília é um exemplo de cidade cuja concepção foi informada pela utopia”¹²⁶. Ela foi projetada visando sanar os problemas sociais que existiam no Brasil. Seus idealizadores propunham uma construção urbanística que servisse de modelo, igualitária, que não desse espaço para a segregação. Essa cidade desejada, que buscava a transformação social, melhoria de vida, longe de pairar somente nos grandes projetos arquitetônicos de grandes cidades como Brasília, tem profundos apontamentos sobre, talvez, todas as cidades. No entanto, “a construção de uma utopia urbana nunca implicou, automática e necessariamente, transformação social e cultural”¹²⁷. Brasília também teve seus percalços: se por um lado devia passar exemplos de ideais democráticos, por outro acabou gerando segregação, representada pelo surgimento das cidades satélite.

Foi nesse fluxo de cidade idealizada, onde sonhos e decepções se cruzaram constantemente que pensamos a organização do município de Água Branca como

¹²⁵ CAMPANELLA, Tommaso. *A cidade do sol*. São Paulo: Editora Escala, 2008, p. 19.

¹²⁶ RISÉRIO, Antônio. *A cidade no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2012, p. 293.

¹²⁷ _____. *A cidade no Brasil*. São Paulo: Editora 34, 2012, p. 293.

norteada por encantos – pelas possibilidades que a condição de município autônomo poderia trazer- e desencantos – pelo que, na prática, aconteceu. Fazendo uma aproximação teórica, podemos analisar essa contradição no município de Água Branca entre *Encantos* e *Desencantos* pelas categorias conceituais de *Representações* e *Práticas*, respectivamente, de Chartier (1988). Este autor define representações como o “relacionamento de uma imagem presente e de um objeto ausente, valendo aquele por este por lhe estar conforme¹²⁸”. Ou seja, ao narrar sobre o município de Água Branca, os entrevistados não tratam diretamente dele, mas da imagem deste, construída pelas subjetividades inerente a cada um. Do mesmo modo, os gestores do município ao criarem o Código de Posturas, não evocaram o município em si, mas a concretização das representações que tinham sobre ele e sobre como achavam que deveria ser o seu funcionamento, mesmo que isso significasse desconsiderar os ensejos dos demais habitantes. Os desencantos fazem parte, assim, das diversas *práticas* geradas pelas *representações* sobre a cidade.

O presente capítulo tem o objetivo de discutir como se deu a organização do município nos primeiros anos após a emancipação. Para isso, partimos de dois tipos de fontes: o código de posturas do município (conjunto de medidas que visavam alterar o espaço da cidade e normatizar o comportamento dos habitantes) discutido nas atas de 1956 a 1958 e, o segundo, as narrativas dos nossos entrevistados sobre os primeiros anos após o processo de emancipação. Por meio da fala desses sujeitos históricos podemos entender como eles perceberam as transformações geradas e assim chegar mais perto de compreender como este processo repercutiu entre eles.

3.1 A cidade, o encanto

[...] é inútil determinar se Zenóbia deva ser classificada entre as cidades felizes ou infelizes. Não faz sentido dividir as cidades nessas duas categorias, mas em outras duas: que continuam ao longo dos anos e das mutações a dar forma aos desejos e aquelas em que os desejos conseguem cancelar a cidade ou são por esta cancelados.¹²⁹

A cidade de Zenóbia é uma das cidades invisíveis de Ítalo Calvino e o que ela tem de extraordinário é o fato de se localizar em um terreno seco e, mesmo assim,

¹²⁸ CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988, p. 21.

¹²⁹ CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 36.

erguer-se sobre altíssimas palafitas. Ela nos interessa por representar, dentre outras coisas, a cidade como o lugar dos desejos, a cidade como sendo construída a partir do desejo dos moradores e que eles acreditam ser o melhor para eles. Situar-se em um local seco não é limitação para ter uma arquitetura no sentido dos ensejos de quem nela residem.

A cidade pode ser, assim, modificada constantemente pelos habitantes, mas continua dando forma aos desejos ao longo dos anos, sendo a base da qual partem para criar em sua mente expectativas melhores de vida. Um ideal de cidade pode também ser criado pela imagem concebida a partir de outras cidades: um conjunto de referências que servem de base para pensar um novo modo de vida.

Mas antes era preciso “passar a cidade”. Em Água Branca, o ideal de vida cidadina se concretizaria com criação do município. Na fala dos entrevistados havia a ideia de que o status político da localidade era sinônimo de transformações positivas. Dessa forma, criando o município, criava a cidade e abria portas para tudo que lhe fosse por direito: o direito de escolher os próprios representantes políticos, melhores alternativas de moradia, ruas calçadas, empregos, iluminação pública.

Milton Floriano Siqueira nasceu em Água Branca em 1944 (quando esta ainda era vinculada a São Pedro do Piauí). Quando aconteceu a emancipação política, Milton Floriano tinha dez anos de idade. Perguntamos de quando datavam as iniciativas para a criação do município e ele nos diz:

Rapaz quando eu vi falar, dez anos a minha lembrança para cá, aos seis anos já se falava, que ia passar a cidade. Eu lembro até que quando foi aprovada a lei que mandaram lá para a Assembleia, que foi aprovada. Houve um grande foguetório aqui. Que foi aprovado a lei da emancipação, houve muito foguete. Até eu mesmo me alegrei. *Eu disse: Eta, agora mesmo eu vou morar numa cidade!*¹³⁰

A memória do entrevistado sobre o dia em que foi aprovada a lei para a criação do município de Água Branca foi marcada pelos foguetes, cuja utilização significou a comemoração da conquista da autonomia. Mas seria possível que o Milton Floriano Siqueira, criança, fosse, àquela época, capaz de compreender que aqueles fogos representassem mais que o barulho que rompia com o silêncio de um dia qualquer? Saberá ele a diferença entre morar no *povoado* Água Branca e morar na *sede* do povoado Água Branca? Maurice Halbwachs (1990), nos ajuda a responder essas

¹³⁰ SIQUEIRA, Milton Floriano. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Maio, 2018. Água Branca. Grifo nosso.

perguntas e a entender a lembrança de nosso entrevistado. De acordo com o referido autor, “pela atitude da gente grande diante do fato que nos impressionara tão vivamente, sabíamos muito bem que ele merecia ser retido. Se nos lembramos é porque sentíamos que a nossa volta todos se preocupavam com ele”¹³¹. Para Halbwachs (1990), quando uma criança testemunha um acontecimento, este pode impressioná-la pelos detalhes que o caracterizaram e foram capazes de impressionar. Entretanto, ele permanece na memória porque a criança já participa de correntes do pensamento coletivo e é capaz de ver como os adultos à sua volta dão importância ao acontecimento. “Assim, é da própria lembrança, em torno dela, que vemos raiar seu significado histórico”¹³².

Dessa maneira, a “foguetada” da qual Milton Floriano Siqueira diz se lembrar foi percebido por ele enquanto criança, porém, a comoção social do círculo de pessoas com quem ele mantinha contato, foi suficiente para que o entrevistado percebesse que os foguetes celebravam um acontecido importante para todos os habitantes de Água Branca. E assim, em torno dessa lembrança, ele ver emergir, ainda criança¹³³, o significado histórico do episódio que assistia.

A fala de Milton Floriano Siqueira serve-nos de base para pensarmos que ideias ele tinha do que seria a cidade. A frase grifada no fragmento da entrevista que destacamos faz-nos lembrar de Pesavento (2007), quando afirma que desde cedo, o “ser cidadão, portar um *ethos* urbano, pertencer a uma cidade implicou formas, sempre renovadas ao longo do tempo, de representar essa cidade [...]”¹³⁴. O que morar num ambiente cidadão, oficialmente falando, implicaria para o entrevistado? Mudanças. Novidades. Liberdade. Crescimento. Facilidades. Status, talvez. O certo é que a forma que Milton Floriano Siqueira fala deixa soar uma *representação* positiva dessa transformação de povoado a cidade, fato percebido em outro trecho quando perguntamos o que seria melhor em morar numa cidade e ele afirma: “Rapaz, isso para mim eu achava que era melhor que povoado, passando a cidade já tinha tudo [...] se orgulhava mais de morar na cidade.”¹³⁵ Melhorias, desenvolvimento e o orgulho de ter

¹³¹ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990, p. 82.

¹³² *Ibidem*.

¹³³ Maurice Halbwachs afirma que o momento em que compreendemos o sentido de um acontecimento vem logo, quando a memória ainda está viva, p. 82.

¹³⁴ PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Bras. Hist.**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun. 2007, p. 11.

¹³⁵ SIQUEIRA, Milton Floriano. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Maio, 2018.

um *ethos* urbano são elementos que caracterizam a representação que Milton Floriano Siqueira faz da cidade de Água Branca que ainda seria instalada.

Não podemos deixar de considerar que a memória de Milton Floriano Siqueira está também permeada de valores defendidos pelas pessoas do seu círculo de convívio, mais especificamente do grupo de pessoas que defendia a criação do município em 1954. A memória de Pedro Alves dos Reis, mais velho na época da emancipação e mais envolvido nos meios políticos, nos dá conta do modo de pensar desse grupo. Quando lhe perguntamos o porquê do interesse em emancipar Água Branca, o entrevistado, que tinha 26 anos no período, diz o seguinte: “Nós queríamos emancipar Água Branca, porque nós queríamos ter o nosso próprio prefeito, nós queríamos ter os próprios vereadores, nós precisávamos ter juiz como nós temos hoje aqui, nós precisávamos ter um hospital um pouco mais forte [...]”¹³⁶. A emancipação, para o entrevistado, envolvia diretamente a autonomia, ter equipamentos e estrutura urbana próprias, que não dependessem de São Pedro do Piauí.

Reparemos que no fragmento acima, o uso do *nós* pelo entrevistado parece referir-se aos moradores de Água Branca¹³⁷. Entretanto, se considerarmos este outro fragmento “E aí *nós* botemos Raimundo Rodrigues Matos e foi ele o prefeito que foi eleito com trinta e poucos votos de maioria”¹³⁸, percebemos que seu significado pode remeter também ao grupo político que Pedro Alves dos Reis participava, pois devemos considerar que na época a que ele se refere, dois candidatos disputavam prefeitura de Água Branca. A forma como Pedro Alves dos Reis usa a linguagem remete a coisas que estão presentes, mas que não estão sendo ditas. Lembremo-nos dos ensinamentos de Paul Thompson: “[...] o que podemos esperar ganhar pela influência da psicanálise é ouvido mais perspicaz para as sutilezas da memória e da comunicação, mais do que a chave de um quarto secreto”¹³⁹ (THOMPSON, 1992).

A narrativa é dotada de um jargão político, uma aglutinação de palavras e expressões que parecem o recorte de várias partes de outros discursos. Isso pode ser resquício dos anos em que foi vereador do município de Água Branca. Em toda a

¹³⁶ REIS, Pedro Alves dos. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Abril, 2018. Água Branca.

¹³⁷ Aqui estamos dando ênfase à população que morava no povoado Água Branca. Destacamos que quando o município de Água Branca foi criado, seu território passou a ser constituído por outros povoados, como Lagoinha, Barro Duro, Olho D'água. Não conseguimos perceber o grau de pertencimento de pessoas dessas localidades com Água Branca.

¹³⁸ REIS, Pedro Alves dos. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Abril, 2018. Água Branca.

¹³⁹ THOMPSON, Paul. **A voz do passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992, p. 205.

entrevista Pedro Alves dos Reis usa a primeira pessoa do plural, “nós”, exceto quando está tratando da sua vida pessoal, ou seja, ele não está falando por ele, mas em nome de um grupo que não disse por quem era constituído, mas que está presente em suas falas.

Se, como afirma Halbwachs (1990), “nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros”¹⁴⁰ ainda que não estejam presentes, a recordação de Milton Floriano Siqueira e Pedro Alves dos Reis evidencia não apenas o posicionamento deles diante do que traria o novo município, mas também do grupo a que faziam parte. Assim, essa *representação* positiva do que seria a cidade fez-se presente também no círculo de pessoas que lhes foram contemporâneas.

Francisco Alves Catarino, que teve contato com narrativas de diversos sujeitos, moradores da localidade, quando fazia as pesquisas para o seu livro sobre o município de Água Branca, ao ser indagado sobre os motivos da emancipação ressalta que:

Era a cidade querendo ter vida própria, ser independente de São Pedro, porque tudo aqui era São Pedro: os colégios, a parte jurídica, tudo dependia de São Pedro, os cartórios, tudo era São Pedro. Já era uma cidade, já era um povoado bem desenvolvido e tinha necessidade de ter vida própria. E tinha necessidade de não depender de São Pedro para nada. Então, foi assim que eles criaram. A razão deles lutarem por essa emancipação¹⁴¹.

Francisco Alves Catarino teve a mesma conclusão que Pedro Alves dos Reis sobre o que teria motivado a criação do município. Em sua fala, coloca cidade como um lugar dotado de desenvolvimento comercial e potencial de se desenvolver mais ainda. Isso, para o entrevistado, fazia Água Branca ser uma cidade, mas com status de povoado. Era preciso libertá-la. A busca pela liberdade, ter colégios e cartórios próprios, é o que moveu a “luta” pela emancipação.

Mais uma vez, agora na fala de Francisco Alves Catarino, a *representação* sobre o que seria a cidade foi permeada de elementos positivos. Pelo visto, criar um município indicava não apenas o desmembramento de um território, mas a criação de algo novo e diferente, melhor e em oposição à situação de povoado. As representações dos entrevistados têm em comum o fato de evidenciarem expectativas sobre a nova condição que a localidade em que viviam passaria a ter. Entretanto, isso não indica que na prática, seus ensejos tenham sido concretizados.

¹⁴⁰ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990, p 30.

¹⁴¹ CATARINO, Francisco. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Abril, 2018. Água Branca.

3.2 A cidade, o desencanto

Ao lembrar-se do dia em que foi aprovada a lei para a criação do município de Água Branca, Milton Floriano Siqueira demonstra a exultação que, na época, teve ao pensar na possibilidade de morar numa cidade. Ao perguntarmos o porquê da comemoração e o que ele achava que ia ser melhor em morar numa cidade, obtivemos a seguinte resposta:

Rapaz, isso para mim eu achava que era melhor que povoado, passando a cidade já tinha tudo, é porque fazia... *tinha pouca experiência*, mas me alegrou, alegrou todo mundo, que ia ter mais desenvolvimento, que as escolas iam melhorar, *se orgulhava mais de morar na cidade*.¹⁴²

A fala de Milton Floriano Siqueira nos aponta para três caminhos. O primeiro deles, o da expectativa, no qual o entrevistado ressaltou que o município autônomo possibilitaria desenvolvimento de modo geral. No caso, ele se lembrou das melhorias nas escolas. O segundo, que não destoa do primeiro e refere-se ao orgulho gerado pelo sentimento de pertencer, de dizer que mora numa cidade. O povoado foi considerado um elemento menor em relação à cidade. Ser um povoado não denotava o orgulho que o título de cidade traria. E o terceiro caminho foi o da decepção. Milton Floriano Siqueira se lembrou de algo de quando ainda era criança e considerou que possuía pouca experiência para entender o que estava acontecendo. Nesse momento ele lançou sobre si uma avaliação do que havia pensado, deixando implícito que, com a experiência de hoje, não teria se encantado tanto pelas promessas em torno da criação do município de Água Branca.

Após a instalação do município que aconteceu em primeiro de julho de 1954 a primeira atitude foi nomear um interventor (Manoel Ferreira Bispo) que deveria gerir a municipalidade até que fosse eleito um prefeito, tal qual constava na lei de criação de município. Para o pleito eleitoral que aconteceria naquele mesmo ano, inscreveram-se dois candidatos: Raimundo Rodrigues Matos (um comerciante de Água Branca e então vereador de São Pedro) pela UDN e Francisco Soares de Macedo, conhecido como Chico Termino (então vice-prefeito de São Pedro) pelo PSD. Esses eram os dois principais partidos do Estado e já tinham uma rivalidade política histórica.

¹⁴² SIQUEIRA, Milton Floriano. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Maio, 2018. Água Branca. Grifo nosso.

Se um dos principais ensejos dos moradores era a possibilidade de poder escolher os próprios representantes políticos temos que considerar que, dentro de suas limitações, o processo eleitoral de 1954 permitiu isso aos habitantes do novo município. Desse modo, no quadro abaixo temos o resultado das eleições para prefeito, vice-prefeito e vereadores.

Figura 2 Resultado das primeiras eleições municipais – Água Branca, 1954.
Eleições 1954 - Resultado por município para Prefeito, Vice-Prefeito e Vereador

Município	Candidato	Partido	Votação	Situação
ÁGUA BRANCA				
Prefeito				
	RAIMUNDO RODRIGUES MATOS	Não Informado	1289	Eleito
	FRANCISCO MACÊDO SOARES	PSD	1222	Não Eleito
	VOTOS BRANCOS	-	118	-
	VOTOS NULOS	-	8	-
Vereador				
	VOTOS BRANCOS	-	107	-
	VOTOS NULOS	-	25	-
	NESTOR ESTEVES DE OLIVEIRA	Não Informado	0	Suplente
	FRANCISCO MACÊDO DE CARVALHO	PSD	0	Eleito
	ANTÔNIO IRINEU DE CARVALHO	PSD	0	Suplente
	JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS	PSD	0	Eleito
	OCEANIRA DE ARÉA LEÃO FONSECA	PSD	0	Suplente
	JOÃO ELÓI DE SOUSA	Não Informado	0	Eleito
	FRANCISCO TAVARES OLIVEIRA	PSD	0	Eleito
	ANTÔNIO ALEXANDRINO DE ABREU	Não Informado	0	Eleito
	JOÃO LEITE BENEVIDES	PSD	0	Suplente
	JOSÉ PEREIRA LIMA	Não Informado	0	Suplente
	GONÇALO JOSÉ BATISTA	Não Informado	0	Suplente
	ANTÔNIO BARBOSA PESSOA	Não Informado	0	Suplente
	OSCAR AIRES MATOS	Não Informado	0	Eleito
	JOSÉ FERREIRA SOBRINHO	Não Informado	0	Eleito
	RAIMUNDO ALVES SOUSA	PSD	0	Suplente
Vice Prefeito				
	ARLINDO BARBOSA LOPES	PSD	0	Não Eleito
	MANOEL AIRES DE MORAIS	Não Informado	0	Eleito

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Piauí. Disponível: < <http://www.tre-pi.jus.br/eleicoes/eleicoes-antteriores/eleicoes-1945-a-1992>> Acesso em: junho de 2018.

No recém-criado município vemos que o prefeito vencedor foi Raimundo Rodrigues Matos. Apesar de não ser informado seu partido, sabemos que ele pertencia à UDN, aliado de Joaquim Gomes Callado. Calculamos que a diferença de votos foi de apenas 47, fato que marcou a memória dos entrevistados, pois ao descreverem ressaltam o quanto a disputa foi acirrada. No caso de Pedro Alves do Reis, cujo candidato que apoiava foi o vencedor, afirma que foi “ele [Raimundo Rodrigues Matos] o prefeito

eleito com trinta e poucos votos de maioria”. Mesmo a quantidade não sendo a exata, a aproximação feita pelo entrevistado ressalta o quanto o resultado dos votos foi marcante nas primeiras eleições do município.

Apesar de o PSD não ter conseguido eleger o prefeito, conseguiu eleger três dos sete vereadores que comporiam a gestão municipal. Quanto aos demais, incluindo o vice-prefeito eleito, não conseguimos informações sobre suas legendas partidárias.

Figura 3 Políticos eleitos - Água Branca, 1954.



Fonte: Arquivo pessoal da família Alexandrino. Da esquerda para a direita: Raimundo Rodrigues Matos (prefeito, UDN), Manoel Aires de Moraes (Aurino - vice-prefeito), Antônio Alexandrino de Abreu, João Elói de Sousa (PSD), Oscar Aires Matos, José Ferreira Sobrinho (Zezinho Ferreira), Francisco Tavares Oliveira (Chico Tavares - PSD), Francisco Macêdo de Carvalho (PSD), José Pereira dos Santos (Del).

Em outro momento da entrevista, quando perguntamos a Milton Floriano Siqueira se a criação do município trouxe melhoras ele afirma que, depois da emancipação, Água Branca: “Melhorou, melhorou muito, melhorou bastante, principalmente quando foi instalada a prefeitura. Mas mesmo assim, houve muita briga...ainda houve muita briga”¹⁴³ (SIQUEIRA, 2018). As brigas a que se refere o entrevistado dizem respeito ao primeiro mandato municipal do vencedor do pleito

¹⁴³ SIQUEIRA, Milton Floriano. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca. Maio, 2018.

eleitoral de 1954, Raimundo Rodrigues Matos. Ao perguntarmos sobre o que se lembrava desse período ele diz:

Eu só lembro de confusão. Queria se impor esse Zezé Leão, ele sempre vinha na cidade aos domingos com os capangas, bebia nos bar, inclusive, no bar do Raimundo Termino, que era irmão do Chico Termino, aí fazia o que queria, surrava gente, brigava, brigava muito, atirava para cima...¹⁴⁴

A sua memória, assim como a de outros tantos moradores, acerca do primeiro governo municipal de Água Branca está associada a atos de violência, representada especialmente, na figura de Zezé Leão. Este é uma figura marcante no imaginário das pessoas da região. Na perspectiva de Francisco Atanásio ¹⁴⁵ as narrativas que criam uma dimensão imaginária sobre Zezé Leão possuem duas finalidades. A primeira é cultural e se refere às simbologias em torno de sua imagem e a segunda é de ordem social. Desse modo, a perspectiva do referido autor nos permite entender a permanência da figura de Zezé Leão nas memórias dos moradores pela força simbólica que a sua imagem possuía no período e pelo contexto sociopolítico, caracterizado por atos de violência na política.

Pedro Alves dos Reis ao ser perguntado sobre esse momento diz que

[...] naquela época Água Branca era quase como que uma Coreia, era uma luta. Se matava muita gente naquela época aqui, viu? Inclusive, aqui, justamente, os Leões daqui da região eles eram ligados ao grupo de São Pedro do Piauí, está entendendo?¹⁴⁶

A imagem de Água Branca como uma Coreia remete, provavelmente, à Guerra da Coreia que aconteceu entre 1950 e 1953 e teve repercussão mundial, devido ao instável momento da Guerra Fria em que o mundo vivia. Quando perguntamos a Milton Floriano Siqueira sobre o porquê de chamarem Água Branca de Coreia ele explica: “Porque disseram que tinha uma Coreia do Norte lá. Uma Coreia lá que matava gente todo dia, acho que ainda era por causa dessa Coreia do Norte [...]”. O contexto de violência que caracterizava a Coreia no início da década de 1950, serviu de lente comparativa para os moradores associarem ela a Água Branca nos meados dessa mesma década. O que ajuda a endossar essa visão de Pedro Alves dos Reis é, mais uma vez, Zezé Leão. O contexto de violência na cidade, provocado em grande parte, por relações

¹⁴⁴ SIQUEIRA, Milton Floriano. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca. Maio, 2018.

¹⁴⁵ ATANÁSIO, O. Francisco Chagas. Zezé Leão: violência, narrativa e mito. **Tempos Históricos**. Volume 17, p. 364-383. 2 semestre de 2013.

¹⁴⁶ REIS, Pedro Alves dos. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Abril, 2018. Água Branca.

políticas mal resolvidas, ajustam a situação vivida pela cidade ao que acontecia na Coreia. Dessa forma, a descrição dos dois entrevistados associa a violência às investidas dos “leões” (membros de uma das famílias mais tradicionais do estado). De acordo com Francisco das Chagas O. Atanásio (2013), os integrantes dessa família “ocuparam espaços de visibilidade política, criando assim um ciclo oligárquico em torno do nome Arêa Leão”.¹⁴⁷ No contexto da emancipação política de Água Branca, segundo as narrativas dos entrevistados, os membros da família Arêa Leão representavam os interesses do município de São Pedro, disputando - ao lado de Chico Termino - as eleições contra Raimundo Rodrigues Matos. Com a vitória deste último, ao invés das disputas políticas endossadas por atos de violência cessar, elas continuaram.

O que era esperado era que a criação do município apaziguasse a situação de violência e brigas que havia na cidade, especialmente, depois que os ânimos exaltados com o processo eleitoral se tranquilizaram, porém, não foi o que aconteceu. Água Branca, agora, cidade da violência (e não mais a cidade idealizada, do progresso e melhorias) não condizia com a ideia de ordem pregada pelo modo de viver urbano. A forma como esses entrevistados relataram as mudanças advindas com a criação do município exemplificam as contradições que envolveram o processo. Se por um lado representou a possibilidade de modificações na localidade, na prática elas não trouxeram o esperado.

Mas isso não tem nada de incomum. Antonio Paulo Rezende (1997), ao tratar sobre os encantos e desencantos da cidade de Recife com a modernidade na década de 1920, evidencia as contradições que perpassam a sociedade, onde o discurso de progresso e desejo de mudança que a fascinante modernidade, anunciada nos jornais e nos discursos políticos, não foram capazes de superar as desigualdades sociais ou de atender a todos os moradores da cidade.

No discurso dos sujeitos históricos, a ideia de modernidade esteve associada a capacidade crescente do homem de emancipar-se do obscurantismo, do preconceito e construir o reino da liberdade. A efetivação de uma sociedade mais justa, envolvida pela fantasia promissora do progresso. É claro que o conteúdo radical dessa modernidade apresenta concepções de mundo conflitantes e leituras diferentes quanto à maneira como o homem deve administrar as contradições sociais. Todos apostam, porém, no progresso, em um incessante desenvolvimento da capacidade humana em gerir e superar seus problemas¹⁴⁸.

¹⁴⁷ ATANÁSIO, O. Francisco Chagas. Zezé Leão: violência, narrativa e mito. **Tempos Históricos**. Volume 17, p. 364-383. 2 semestre de 2013, p.369.

¹⁴⁸ REZENDE, Antonio Paulo. **Desencantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de XX. Recife: FUNDARPE, 1997, p. 18.

Por que não aplicar essa leitura da modernidade, suas idealizações e desencantos às imaginações e desapontamentos com a criação do município de Água Branca? O discurso que lançava convicções sobre progresso e desenvolvimento no município foi usado como meio para defender a sua criação e acabou gerando expectativas que, nem sempre, foram correspondidas.

Rezende (1997) afirma que “as cidades foram os grandes cenários da modernidade”¹⁴⁹, mas também são o cenário das contradições e das questões urbanas que envolvem a criação de um município. O povoado Água Branca, sede do novo município criado, deveria ser o polo irradiador do progresso, a concretização das promessas feitas pelos discursos de emancipação.

As contradições entre o que os moradores esperavam e o que se concretizou também puderam ser evidenciados no Código de Posturas do município. E é partindo dele que poderemos perceber que os projetos dos primeiros gestores buscavam dotar o perímetro urbano da cidade dos “melhoramentos” essenciais.

O primeiro projeto da Câmara foi do Vereador João Elói de Sousa e estava relacionado aos códigos de postura e tributário. O código de posturas define uma série de comportamentos e formas de organização que devem orientar as pessoas que moram na sede do município. A prioridade dada a esse projeto pode indicar o quanto era importante impor regras às vivências no município, especialmente em sua sede. Dessa forma, durante o ano de 1955, a maioria das leis foi promulgada pelo prefeito municipal no sentido de promover a organização do espaço.

A preocupação com a cidade e, principalmente, com o seu centro é algo constante na história. Nascimento¹⁵⁰ (2015), ao tratar das transformações urbanas em Teresina entre o final da década de 1930 e o início de 1945, ressalta que o governo tinha uma proposta de intervenção modernizante à cidade construída em 1852. A cidade precisava se adequar a um dos símbolos da modernidade que era o automóvel. O Plano Saraiva, com seus problemas técnicos, como ruas estreitas e muitos cruzamentos, não era compatível com os ideais de modernidade. É nesse sentido que o projeto para a cidade dos sonhos vai ganhando concretude e é nesse mesmo rumo que as intervenções em Água Branca prosseguiram, guardando as óbvias diferenças estruturais.

¹⁴⁹ REZENDE, Antonio Paulo. **Desencantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de XX. Recife: FUNDARPE, 1997, p. 21.

¹⁵⁰ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo**: Modernização e violência policial em Teresina (1937 – 1945). Teresina: EDUFPI, 2015, p. 141.

Em junho de 1955, o poder municipal de Água Branca aprova o Código de Posturas e traz no primeiro título a divisão administrativa do município em três zonas: zona urbana, zona suburbana e zona rural. Logo em seguida as especificações acerca da localização dos terrenos:

Os terrenos urbanos ou de primeira classe, ficam compreendidos no perímetro da Cidade propriamente dita, conforme determinação do Prefeito para cobrança dos impostos respectivos. Parágrafo segundo, os terrenos suburbanos, ou de segunda classe, são os que excedem os limites do perímetro urbano, sejam continuação das ruas e praças da cidade ou esteja a margem das estradas reais. Parágrafo terceiro, os terrenos rurais ou de terceira classe, são os terrenos do patrimônio, não compreendidos nos parágrafos anteriores¹⁵¹.

Reparemos que os terrenos são hierarquizados em três classes: primeira, segunda e terceira. Os terrenos da sede municipal representam a primeira ordem. É claramente, este, escolhido como o lugar privilegiado do município, deixando os outros dois em condições inferiores. Enquanto mais se distancia da zona urbana, menos valorizados tornam-se os terrenos. O que deixa evidente quem terá acesso a esses terrenos, pessoas com poder aquisitivo maior.

Francisco Alcides do Nascimento, ao estudar os incêndios em Teresina no final da década de 1940, cita Maria Mafalda Baldoíno, para quem a elite piauiense das últimas décadas do século XIX relacionava a existência de ordenação da sociedade para que houvesse progresso. Com os ideais de avanços propostos pela criação da cidade, o espaço de Água Branca também precisava ser ordenado, processo evidentemente, excludente e que “está relacionado com o afastamento dos pobres da zona urbana”¹⁵².

A Lei nº 34 trinta e quatro, de dez de agosto de mil novecentos e cinquenta e cinco determina a urbanização de Água Branca por meio do loteamento das áreas devolutas.

Artigo primeiro. O Executivo Municipal de Água Branca fará urbanização da cidade aplicando as modificações indicadas na planta do levantamento, dentro do prazo de vinte (20) anos, a contar da vigência desta lei: Artigo segundo. As desapropriações de terreno aplicadas no plano de urbanização serão indenizadas por áreas devolutas a critério do Prefeito Municipal.¹⁵³

A medida promete a urbanização da cidade, porém, garante que haverá desapropriação. Os melhoramentos urbanos que a cidade tem a oferecer têm os seus

¹⁵¹ Lei nº 7 de junho de 1955 – **Baixa o Código de Posturas do Município**. Ata da Câmara Municipal de Água Branca sessão de 13 de agosto 1955.

¹⁵² NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: Modernização e violência policial em Teresina (1937 – 1945)**. Teresina: EDUFPI, 2015, p. 220.

¹⁵³ Ata da Câmara Municipal de Água Branca, sessão de 10 de agosto de 1955.

sacrifícios. Dessa forma, pela Lei nº 35, promulgada em 10 dez de agosto de 1955, é concedido o direito da Prefeitura incorporar as áreas de domínio privado encravadas na sede do Patrimônio Municipal:

Artigo primeiro: Ficam desapropriados sem ônus para a Prefeitura Municipal de Água Branca todos os terrenos contidos dentro do perímetro constante da aquisição feita em 22 de Agosto de 1955, ao senhor Jesuíno Barbosa Monteiro com a área aproximadamente de 127 (cento e vinte e sete hectares). Artigo segundo: Fica assegurado o direito de posse dos proprietários mediante a substituição dos títulos de propriedade pelas respectivas cartas de aforamento sem ônus por parte dos mesmos. Parágrafo primeiro: No ato da substituição do título de propriedade pela Carta de Aforamento, serão demarcados os respectivos terrenos, cabendo ao proprietário pagar as taxas de demarcação e urbanização.¹⁵⁴

Das determinações desta lei destacamos o poder dado à prefeitura de se apropriar das terras já ocupadas por moradores, sem receber nenhum prejuízo por isso. Caso o proprietário quisesse ficar com a propriedade, ele deveria se submeter às medidas de aforamento e apesar de dizer que ele não teria que pagar nada por isso, logo em seguida, é destacado que ele deveria arcar com os gastos com taxas de demarcação e urbanização.

Mas que cidade era essa que tanto prometeu mudanças e agora excluiu boa parte da população dos espaços mais privilegiados com melhoramentos urbanos como calçamento, iluminação e abastecimento de água? Por decisão municipal ficou estabelecido que as terras devolutas da sede municipais seriam concedidas por aforamento para quem se interessasse. Assim são definidos os detalhes que as construções deveriam ter: “com frente mínima de 10 metros para a via pública e áreas de 150 a 400 metros quadrados, pagáveis em 20 prestações mensais de igual valor a ser fixada em tabela especial baixada pela Câmara Municipal”¹⁵⁵. A questão que se coloca novamente é: todos que se interessassem teriam condições de arcar com os valores estabelecidos?

O poder público também estabelecia o valor das taxas a serem pagas.

I) Zona Norte (ao norte da Avenida José Miguel) Conversões de terreno foreiro a Cr\$ 1.50 um cruzeiro cinquenta centavos, o metro quadrado. II: Zona Sul, ao Sul da Avenida na Zona suburbana. Cr\$ 1.50 um cruzeiro e cinquenta centavos, o metro quadrado. III – Zona sul, ao sul da Avenida José Miguel, zona Suburbana ao sul da Avenida Getúlio Vargas, Cr\$ 1.20 um cruzeiro e vinte centavos, o metro quadrado. IV – Taxa de demarcação Cr\$ 1.00, um cruzeiro por metro linear de perímetro pago por cada confrontante a Prefeitura Municipal. V- Taxa de urbanização Cr\$ 0,20 vinte centavos por

¹⁵⁴ Ata da Câmara Municipal de Água Branca, sessão de 10 de Agosto de 1955.

¹⁵⁵ _____, sessão de 10 de Agosto de 1955.

metro quadrado para a taxa norte-sul, e zona sul urbana, e, Cr\$ 0.10 dez centavos por metros quadrado para zona suburbana. VI – Taxa de foro anual para a zona norte e zona urbana sul, Cr\$ 0,02 dois centavos por metros quadrado, e, para a zona suburbana, Cr\$ 0,01 um centavo por metro quadrado¹⁵⁶.

O ponto de referência era a Avenida José Miguel. De Norte a Sul dessa avenida o preço do aforamento era de 1,50 cruzeiros. Na medida em que se distanciava dessa avenida, indo rumo à Avenida Getúlio Vargas o preço caía para 1,20 cruzeiros, denotando claramente a segregação espacial e reforçando que seria mais difícil para a população adquirir terrenos na sede municipal. Dessa maneira, o objetivo era usar o valor das taxas para melhorar a sede do município, loteando terras devolutas para aforamento de modo desenvolver a cidade. O poder público estabelece medidas que deviam ser seguidas para a realização das obras. Estipulava um valor e taxas a serem pagas, e prazos a serem seguidos. Mas não é evidenciada nenhuma medida que garanta à população condições para se enquadrar nessas regras sancionadas.

Artigo sete: todas as pessoas que aforarem terrenos para construção de casas na zona urbana, serão obrigadas a começar o serviço dentro do prazo de seis meses, a contar da data de concessão, devendo concluir o serviço no prazo de dezoito meses, a contar da mesma data. Parágrafo primeiro: entende-se por começo de edificação levantamento de alicerces e por conclusão o revestimento do prédio respectivo, calçadas. Parágrafo segundo: os infratores incorrerão a multa de cento e cinquenta a oitenta cruzeiros e dobrados em reincidência. Parágrafo terceiro: Todas as construções novas ou reconstruções não poderão ter menos de quatro metros de altura na frente¹⁵⁷.

É proposto, assim, um ordenamento do espaço de forma autoritária, a população não tinha garantias caso se recusasse a ceder um terreno. E caso desobedecesse alguma das restrições havia penalidades a serem pagas. Francisco Alcides do Nascimento trata de algo semelhante ao estudar a cidade de Teresina. Segundo ele, a prefeitura desta cidade obrigou os proprietários de imóveis a recuarem seus edifícios “para que as ruas ganhassem dimensões mais largas, e permitindo, também, criar mais espaço para a arborização”¹⁵⁸ (NASCIMENTO, 2015).

Como era ao prefeito permitido a desapropriação de estabelecimentos, sempre que achasse necessário, o poder público poderia tirar casas para alargar ou abrir ruas, praças e construir estabelecimentos, com a justificativa de estar fazendo isso para o bem

¹⁵⁶ _____, sessão de 10 de Agosto de 1955.

¹⁵⁷ Ata da Câmara Municipal de Água Branca, sessão de 10 de Agosto de 1955.

¹⁵⁸ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: Modernização e violência policial em Teresina (1937 – 1945)**. Teresina: EDUFPI, 2015, p. 144.

geral do município. As ruas não poderiam ser feitas de qualquer jeito. Parte do código de posturas¹⁵⁹ que trata dos logradouros públicos define a largura para as ruas de 10 metros. A disposição das ruas é pensada levando em conta o embelezamento, a ventilação, a salubridade e a higiene, para o conforto e bem estar dos cidadãos. Era com base nesses argumentos que o poder público justificava suas ações dentro do espaço da cidade. É em nome do embelezamento, por exemplo, que as pessoas podiam ser removidas das suas casas para dar lugar a ruas ou à construção de um estabelecimento. Uma clara expressão da existência, na cidade, de “uma dimensão pública de vida coletiva, a ser organizada”¹⁶⁰.

A “todo proprietário é obrigatório a reconstruir e conservar o seu passeio de modo a não prejudicar a estética e o asseio da cidade e não dificultar o trânsito público”¹⁶¹. As calçadas eram assim de responsabilidade dos moradores das casas. Morar na cidade exigia responsabilidades.

A arborização ficava por conta da prefeitura, porém, “ninguém poderá cortar ou danificar as árvores plantadas pela Prefeitura, nas ruas e praças desta cidade. E o prefeito poderá mandar cortar as árvores que não esteja dentro do alinhamento ou então que sua conservação se torne inconveniente por qualquer motivo”¹⁶². A cada responsabilidade, uma obrigação e a legitimação do seu poder. Da mesma forma que a “nova Teresina de linhas retas e ruas arborizadas não comportavam atividades que pudessem se contrapor à cidade desejada”¹⁶³ a nova Água Branca, emancipada, não poderia admitir práticas que fossem opostas à ideia de urbano. Algumas práticas seriam ordenadas: a matança de gado, caprinos e suínos só poderá ser feita no matadouro público, a não ser que o prefeito autorizasse o contrário. E outras foram proibidas:

Fica expressamente proibido a criação de gado, caprino, suíno, lombigeso¹⁶⁴ e vacum na zona urbana e suburbana da cidade, bem como cães na parte urbana. Artigo 52: Sem licença do Prefeito, ninguém poderá armar barracas, quiosques, pavilhões ou qualquer outra construção deste gênero, nas ruas ou praças desta cidade¹⁶⁵.

¹⁵⁹ Ata da Câmara Municipal de Água Branca, sessão de 04 de junho de 1955.

¹⁶⁰ ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 20.

¹⁶¹ Ata da Câmara Municipal de Água Branca, sessão de 04 de junho de 1955.

¹⁶² _____, sessão de 04 de junho de 1955.

¹⁶³ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: Modernização e violência policial em Teresina (1937 – 1945)**. Teresina: EDUFPI, 2015, p. 159.

¹⁶⁴ Esta palavra foi grafada dessa maneira na ata, mas não conseguimos identificar o seu significado.

¹⁶⁵ Ata da Câmara Municipal de Água Branca, sessão de 10 de Agosto de 1955.

As decisões do código de postura se estendiam para fora da cidade, impondo normas sobre o corte de árvores nas beiras de olhos d'água ou de reservatório de água permanente. Também incidirá sobre o mercado público da cidade. Dessa forma, vemos no município o poder público agindo, definindo normas de comportamento, as leis e regras a serem seguidas para organizar o espaço urbano. Essa ideia de que há a necessidade de um poder que gerencie a cidade, representando os desejos de todos os habitantes nos permite pensar o código de postura como uma *representação* dos gestores públicos acerca do que deveria ser a cidade.

Na perspectiva de Chartier (1998), “as representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam.”¹⁶⁶. As normas impostas se justificavam por argumentos racionais como embelezamento, ventilação e circulação das pessoas, mas isso não indicava explicitamente quem poderia ser prejudicado.

Sendo assim, na concepção do referido autor, é importante relacionar o discurso com a posição de quem o utiliza. No caso analisado, o conjunto de normas que constitui o código de posturas de Água Branca é proferido nos meios oficiais e dá prioridade aos interesses do grupo que estava no poder. Isso ajuda a explicar o porquê de favorecer grupos com maior poder aquisitivo, excluindo boa parte da população que não fosse capaz de se adequar financeiramente às suas normas. É interessante mencionar que nem por isso suas medidas foram necessariamente concretizadas ou totalmente obedecidas pela população.

Por meio das narrativas dos entrevistados, percebemos que o código de posturas do município não foi marcante na memória dos entrevistados. Ao tratarmos das mudanças após a criação do município ele não é mencionado, nem mesmo projetos de alargamento de ruas ou remoção de casas para construção de novas estradas. Quando perguntamos diretamente sobre as desapropriações que ocorreram na cidade o entrevistado Milton Floriano Siqueira não as associa ao governo de Raimundo Rodrigues Matos, mas ao do prefeito Callado Neto, na década de 1970. A sua memória o leva ao projeto de ampliação da parede do açude de Água Branca para a criação de peixes. Para o narrador, o prefeito desapropriou parte do quintal da casa das pessoas que moravam nas proximidades do açude, gerando insatisfações, já que o gestor municipal não indenizou os moradores.

¹⁶⁶ CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988, p. 17.

Quanto a desapropriações totais do terreno para construção pública, Milton Floriano Siqueira lembra um caso que também não remete aos primeiros anos após a emancipação política:

Desapropriação de casa para demolir foi só ali na praça, um comércio que tinha ali na praça primeiro de julho, era até uma bomba de gasolina e um prédio muito bonito e um bar que tinha de dois pavimentos. Queria melhorar a praça e não tinha como com aquele prédio ali. Aí ele tentou negociar e nunca conseguiu e mandou demolir e deu outro terreno, onde é o Posto Maratá¹⁶⁷.

No caso lembrado pelo entrevistado ressaltamos dois elementos: o interesse da gestão municipal em realizar a ampliação da praça e a resistência do proprietário do prédio em ceder o terreno. Os ensejos díspares dos dois sujeitos envolvidos se resolveram com a demolição do prédio e a doação de outro terreno para o dono. A divergência de modos de visão dos dois envolvidos pode ser mais uma vez compreendida dentro da noção de representação de Chartier (1988). De acordo com este autor, a “investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrência e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação”¹⁶⁸. Se o código de posturas é uma *representação* sobre como deveria ser a cidade, a resistência do proprietário do prédio também pode ser vista como tal. Desse modo, temos uma luta de representações, onde dois modos de ler o mundo entram em divergência.

Outro episódio descrito por Milton Floriano Siqueira nos permite refletir sobre as questões urbanas no novo município instalado. Estamos nos referindo à existência de um curral, que se localizava no centro da cidade. De acordo com o entrevistado, o dono do curral entrou em conflito com vários prefeitos, “logo ele vivia de vender leite. Ele não queria mudar o cercado e passou foi tempo essa desavença com muitos prefeitos. Até que o progresso foi fazendo ele mudar. Ele nem mudou, acabou com o curral.”¹⁶⁹ Considerando que o governo municipal fundamentava a existência da urbe com a ausência de elementos que remetessem ao rural, o curral em questão era uma ameaça às ideias e normas que estava tentando impor. Mesmo que o seu proprietário precisasse

¹⁶⁷ SIQUEIRA, Milton Floriano. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca. Novembro, 2018.

¹⁶⁸ CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988, p. 17.

¹⁶⁹ SIQUEIRA, Milton Floriano. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca. Novembro, 2018.

dele para sobreviver, a relação estabelecida entre cidade e progresso exigia o afastamento de práticas desse tipo do centro da cidade.

A permanência do cercado por vários anos (“entrou em conflito com vários prefeitos”) pode ser pensada conforme a noção de *estratégia* e *tática* de Michael de Certeau: a estratégia “postula um lugar capaz de ser circunscrito como um *próprio* e portanto, capaz de servir de base a uma gestão de suas relações com uma exterioridade distinta” enquanto que a tática “só tem por lugar o do outro. [...] a sua síntese intelectual tem por forma não um discurso, mas a própria decisão, ato e maneira de aproveitar a ‘ocasião’”¹⁷⁰.

Do mesmo modo, no caso analisado, a estratégia pode ser associada aos gestores municipais, que tem como lugar *próprio* o município. É dele que tiram forças para estender suas relações à exterioridade que é o restante da população. Nesse meio, percebemos a existência de táticas, ou, de modos de sobrevivência. Práticas que encontram seu jeito de ser não no que é estabelecido nos discursos do município, mas nas possibilidades que os habitantes encontram para manter práticas divergentes. O dono do curral consegue preservar o seu estabelecimento em meio à coação de vários prefeitos. Uma das possibilidades de explicação dessa “proeza” é justamente a definição de Certeau (2008), de que a tática, por não ter um lugar próprio, “depende do tempo, vigiando para ‘captar no voo’ possibilidades de ganho”. Assim, acreditamos que a permanência desse curral em meio às exigências do poder público se deveu às *táticas* do seu dono para com as oportunidades que surgiam.

O que nos permitiu pensar assim foi a narrativa de Milton Floriano Siqueira¹⁷¹ sobre o Código de Posturas. Segundo ele,

Os vereadores criaram o código de posturas e proibiam os animais de [...] aí tinha as pessoas que ficavam colhendo os animais que pegavam nas ruas e mandavam para a nova Brasília. Botavam num curral e pagavam uma taxa para retirar e com a obrigação de não deixar voltar mais. Muita gente achou ruim - a população. Porque todo mundo tinha um porco, um cachorro, um jumento, um boi. Aí muita gente ficou desgostosa com isso. É tanto que depois de um tempo ele se candidatou novamente e não conseguiu se reeleger
– Virgílio Ferreira Soares.

¹⁷⁰ CERTEAU, Michel de. Introdução geral. In: _____ A invenção do cotidiano: 1. **Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 47.

¹⁷¹ SIQUEIRA, Milton Floriano. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca. Novembro, 2018.

Virgílio Ferreira Soares foi prefeito em Água Branca de 1967 a 1971. Na narrativa do entrevistado percebemos que os animais eram tirados da cidade e enviados para Nova Brasília, na zona rural do município. A atitude do gestor vem no sentido de cumprir o estabelecido pelo código de posturas, impedindo que no centro da urbe circulassem animais. Entretanto, criar animais no quintal das casas (“todo mundo tinha”), na concepção de Milton Floriano Siqueira, fazia parte da vida dos moradores. Retirá-los deixou-os insatisfeitos. A consequência foi política. O prefeito não conseguiu se reeleger e o entrevistado associou essa adversidade às suas investidas em prol do código de posturas. O que é mais significativo nessa narrativa é o entendimento do entrevistado de que se contrapor às práticas tradicionais dos habitantes é um risco à força política dos candidatos. Considerando a noção de *táticas*, o dono do curral pode ter se utilizado desse aspecto da *cultura popular* e da *cultura política*, mesmo que inconscientemente, para burlar as medidas do código. Ou, nas palavras de Michel de Certeau “jogar com os acontecimentos para os transformar em ‘ocasiões’”¹⁷².

3.3 Mudanças na cidade a partir das atas e da memória dos entrevistados

Rolnik (2004) ressalta que se hoje a presença do Estado na cidade é tão grande isso é em decorrência das transformações sociais, políticas e econômicas advindas com o surgimento do capitalismo. Dentro dessa lógica capitalista as propostas de organização do espaço urbano visam à máxima rentabilidade.

Desde logo, assim se define a forma de ocupação da terra urbana: dividida em lotes geométricos, facilmente mensuráveis para que a eles se possa atribuir o preço. A lógica capitalista passa a ser então um parâmetro essencial na condução de uma política de ocupação da cidade, que se expressa também na intervenção do Estado¹⁷³.

Dessa forma, organização do espaço urbano proposta pelo Código de Posturas de Água Branca e pela legislação de aforamento, segue, evidentemente, a lógica capitalista, estabelecendo preços às terras, comercializando, investindo e, principalmente, excluindo, pois, o retorno dos investimentos, longe de agregar a todos, restringe-se a pequenos grupos.

¹⁷² CERTEAU, Michel de. Introdução geral. In: _____ A invenção do cotidiano: 1. **Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008, p. 47.

¹⁷³ ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 55.

A Cidade do Sol, uma utopia, foi imaginada aplicando ideais de igualdade e justiça. Seu espaço foi bem definido e estruturado. Politicamente seus habitantes possuíam oportunidades iguais. Cidades como essas não viraram realidade, mas como aponta Rolnik (2004), elas expressam aspectos da intervenção do Estado que ainda estão presentes na atualidade.

O primeiro é a leitura mecânica de cidade – a cidade como circulação de fluxos -, de pedestres, de veículos, de tropas, de cargas ou de ventos. O segundo é a ideia de ordenação matemática – a regularidade e a repetição - como base da racionalidade na produção do espaço. Ainda um terceiro pressuposto é ideia de que uma cidade planejada é uma cidade sem males, utopia que até hoje seduz os defensores no planejamento urbano. E, finalmente, nas utopias está esboçada a possibilidade de o Estado poder controlar a cidade, através do esquadramento e domínio de seus espaços¹⁷⁴.

Esses ideais de cidade, tão explicitados pelos utopistas e que permearam a mente dos homens desde a Antiguidade puderam ser notados no corpo de leis que visava organizar o município. As ruas largas que os gestores de Água Branca pensaram consideraram o fluxo de pessoas e veículos, as medidas específicas que as construções deviam seguir e o desejo de tornar tudo mais bonito e sem males. É possível perceber isso em, praticamente todas as cidades do mundo, de Paris a Teresina.

A cidade é, assim, um elemento que está em constante modificação. Neste ponto, em especial, estamos em concordância com Rezende (1997), quando este afirma que

[...] as mesmas cidades, nos mesmos momentos, têm esconderijos que só serão descobertos, quando as mesmas perguntas forem exaustivamente repetidas. Nem elas, as cidades, nem eles, os esconderijos, permanecem estáticos, não importam em que tempo estejam¹⁷⁵.

Nesta passagem, Rezende (1997) chama a atenção para o fato de as cidades serem temas inesgotáveis para o trabalho do historiador e para o fato delas estarem sempre se metamorfoseando, o que não é algo novo na historiografia sobre cidades.

Os estudos historiográficos sobre cidades brasileiras retratam as constantes transformações pelas quais elas passam. Ao estudar São Paulo no que ele chama de frementes anos 20, Sevckenko (1992), por exemplo, narra as intensas alterações sofridas por esta cidade no período e como elas alteraram os tradicionais costumes da sociedade

¹⁷⁴ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 2004, p. 59.

¹⁷⁵REZENDE, Antônio Paulo. **Desencantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de XX. Recife: FUNDARPE, 1997, p. 23.

paulista. Estas mudanças puderam ser notadas, principalmente, na escrita dos cronistas, que deixavam claro que “havia algo de novo no ar, algo especial, algo de diferente”¹⁷⁶ naquela metrópole brasileira.

Do mesmo modo, Antônio Paulo Rezende em sua obra publicada em 1997, *Desencantos Modernos: histórias da cidade do Recife na década de XX* trata das transformações que as invenções modernas trouxeram para essa cidade, na referida década, acarretando mudanças nas mentalidades da população e no espaço físico da cidade.

Em Fortaleza, Sebastião Rogério Ponte dá conta de que as exportações de algodão na segunda metade do século XIX propiciaram um momento favorável para alterações na malha urbana dessa cidade e que estas se intensificariam mais ainda nas primeiras décadas do século XX. O autor relata, inclusive, uma “onda remodeladora [que] acabou por conferir à zona central da cidade um harmonioso conjunto urbano, complementada com a edificação de mansões, prédios públicos e dois grandes cinemas [...]”¹⁷⁷.

Nesta mesma linha, ao tratar sobre a modernização de Teresina, também em meados do século XX, Francisco Alcides do Nascimento¹⁷⁸ discorre sobre as transformações pelas quais a capital do Piauí passou para atender ao desejo de criar a cidade dos sonhos e de como a população pobre foi excluída dos benefícios trazidos por esta modernização.

Em Água Branca, a primeira gestão municipal também iniciou modificações na cidade, com reformas e construções em vários espaços da urbe. Uma das prioridades parece ter sido a reforma do Mercado Público. Lembremos que Água Branca era conhecida pela sua prosperidade econômica, especialmente como foco de atração de pessoas de outras localidades, daí a importância do seu mercado.

Em junho de 1955, João Eloi apresenta um projeto para aquisição de crédito para a pavimentação interna do mercado e do terreno que compõe a sua praça. Em agosto do mesmo ano, o prefeito solicita do Poder Legislativo autorização para desapropriar o mercado público alegando que foi por utilidade pública. A utilidade pública a que o prefeito se refere era reforma que veio posteriormente. Dias depois, foi solicitado

¹⁷⁶ SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.25.

¹⁷⁷ PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque**: reformas urbanas e controle social (1860-1930). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha/Multigraf Editora Ltda., 1993, p. 19.

¹⁷⁸ NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo**: modernização e violência policial em Teresina (1937 – 1945). 2. Ed. Teresina: EDUFPI, 2015.

crédito para a reforma completa do teto, serviço de remodelação de parede, consertos, retoques, revestimento, grades e portões. Era o mercado público, um dos símbolos do comércio de Água Branca, sendo enquadrado nas novas normas da cidade criada. A instituição do cargo fiscal no estabelecimento, feita nesse período, pode demonstrar a preocupação com a higienização do local e com o cumprimento das normas de funcionamento exigidos no código de posturas.

É desse período também a lei que concede auxílio para a construção da Igreja Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, padroeira de Água Branca: vinte mil cruzeiros para a construção do templo, que será retirado das taxas sobre mercado e feiras, predial e taxa de saúde e ensino¹⁷⁹.

Chamou nossa atenção a grande quantidade de projetos que transitaram na Câmara Municipal de Água Branca entre 1955 e 1958 solicitando a construção de estabelecimentos de ensino em várias partes do município. Na sessão de 04 de agosto de 1955 foi solicitado crédito para a construção de um prédio destinado ao ensino primário no povoado Olho D'água. Pouco tempo depois, na sessão de 15 de Agosto de 1955 é promulgada a seguinte lei:

Artigo primeiro: Fica o Chefe do Executivo Municipal autorizado a fazer doação ao Estado do Piauí por intermédio da Secretaria de Educação e Saúde de uma área de terra com 10.000 metros quadrados, encravada nesta cidade, limitando-se ao norte, com a Avenida José Miguel; ao Sul com a Avenida Getúlio Vargas; ao Nascente com a Rua Anísio de Abreu; na zona Sul, Gleba (A), cuja área cedida servirá para a construção de um Grupo Escolar; Artigo segundo: Fica o prefeito Municipal com a obrigação de dar cercado com arame a citada área acima e abrir também um poço para o abastecimento d'água.¹⁸⁰

Reparemos que ao prefeito do município cabe a responsabilidade de dar condições para que se instale o Grupo Escolar. O terreno é detalhadamente localizado e destaca-se que ele faz parte da “cidade”, porém, nesse espaço não há água encanada, sendo necessária a escavação de um poço. Isso mostra que a zona urbana da cidade de Água Branca ainda carecia de um sistema de água encanada.

Em 16 de abril de 1956, consta um projeto de lei criando uma verba de vinte mil cruzeiros para a construção de um prédio escolar no lugar Santo Antônio, deste município¹⁸¹. Em 1 de maio de 1956, solicita-se a criação de duas escolas no distrito Barro Duro: uma no lugar São José e outra no lugar Riacho Seco. Posteriormente, é

¹⁷⁹ Câmara Municipal de Água Branca, sessão de 08 de agosto de 1955.

¹⁸⁰ _____, sessão de 15 de agosto de 1955.

¹⁸¹ _____, sessão de 16 de abril de 1956.

aprovada a Lei número 52, na sessão de 20 de maio de 1956, por unanimidade de votos, segundo a qual:

Ficam criadas (6) seis Escolas Municipais em diversos lugares deste Município, com os respectivos nomes: Baixão do Coco – Eurípedes Aguiar, Lagoa da Rosa – Mercedes Silva, Estrada do Barreiros – Aurélio Macêdo, Unha de Gato – Acrísio Sampaio, Barreiros – Veras de Olanda, Burity – Celso Pinheiro.¹⁸²

No ano seguinte, na sessão de 01 de Agosto de 1957, é solicitado crédito para a aquisição de cinco escolas de rápida alfabetização, “[...] serão lotadas em lugares de escolha de Chefe do Executivo, onde melhor possa beneficiar o ensino. Artigo segundo, essas escolas são facultadas aos ensinos noturnos e suas despesas ocorrerão por conta da Cota Federal e do Imposto de Rendas”¹⁸³.

É uma quantidade relativamente grande de estabelecimentos de ensino em um curto período de três anos. Água Branca era tida como um povoado próspero, mas pelo visto as escolas que possuía não atendiam à demanda. Nesse caso, a emancipação política possibilitou que mais investimentos fossem concentrados na infraestrutura educacional. Catarino (2018) escreve que “até 1940, não havia escola fixa em Água Branca. Os pais contratavam professores particulares para ensinar os filhos a ler, escrever e fazer as quatro operações de contas”¹⁸⁴. Em sessão de 04 de agosto de 1955, consta de um projeto de lei solicitando subvenção de duzentos cruzeiros mensais “ao Colégio Nossa Senhora de Fátima desta cidade, dirigido pela professora Benedita de Andrade”¹⁸⁵. E na sessão de 16 de abril de 1956, outro projeto que solicitava subvenção, agora para o Colégio Santa Teresinha, dirigido pela professora Maria Pessoa Lima¹⁸⁶. O que demonstra que já existiam escolas antes da emancipação.

A sessão de 04 de fevereiro de 1958 constou de um ofício do prefeito Raimundo Rodrigues Matos: “submetendo à aprovação dos dignos membros desta Câmara, pois se trata de crédito para construção de uma obra incomum numa cidade nova, em cooperação com o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos – Ministério da Educação”¹⁸⁷. Não encontramos nas atas informações sobre a execução desse projeto, mas destacamos que ele faz parte de mais um projeto que visava à educação na cidade.

¹⁸² _____, sessão de 20 de maio de 1956.

¹⁸³ Ata da Câmara Municipal de Água Branca, sessão de 01 de agosto de 1957.

¹⁸⁴ CATARINO, Francisco. **A História de Água Branca**. Teresina: Gráfica Tergraph, 2013, p. 95.

¹⁸⁵ Ata da Câmara Municipal de Água Branca, sessão de 04 de agosto de 1955.

¹⁸⁶ _____, sessão de 16 de abril de 1956.

¹⁸⁷ _____, sessão de 04 de fevereiro de 1958.

Percebamos que o prefeito municipal ressalta que a obra não é comum numa cidade nova como Água Branca.

O melhoramento dos estabelecimentos de ensino era um dos desejos dos nossos entrevistados. Provavelmente, as escolas mais próximas ficavam em São Pedro. E pela quantidade de projetos solicitando a construção de prédios escolares, pode demonstrar que havia demanda, uma demanda negada pelo governo municipal de São Pedro. Esse município pode ter tido problemas para gerir todos os povoados que compunham seu território, especialmente os que se localizam mais longe da sua sede. Tanto é que, os projetos solicitando escolas não se restringiam à sede do município de Água Branca apenas, mas também às demais localidades que o constituíam, como Olho D'água e Barro Duro.

Na medida em que novas escolas eram solicitadas, alguns vereadores também encaminhavam para votação projetos para melhoramentos urbanos. Na sessão de 13 de agosto de 1955, a lei número 37 “autoriza ao senhor prefeito municipal construir (2) dois poços tubulares na sede deste município e cria a necessária de verba”¹⁸⁸. E, na mesma sessão, empréstimo para aquisição de um motor para fornecimento de energia elétrica também na sede do município, incluindo, revisão e prolongamento da rede e aquisição dos respectivos materiais necessários. Na sessão de 16 de abril de 1956, é solicitada uma “verba de três mil cruzeiros mensais, a favor de um médico, a fim de fazer seus serviços profissionais aos sábados em Barro Duro e aos domingos nesta cidade”¹⁸⁹.

A cidade de Água Branca ia assim adquirindo o melhoramento urbano que tanto almejava. Os projetos mencionados anteriormente nos dão uma noção de que, mesmo sendo um “próspero povoado”, na visão dos seus moradores, carecia de serviços básicos, como água canalizada, iluminação e atendimento de saúde. Quando possuía era precário. Esses problemas não parecem ser exclusivos de Água Branca, mas também de municípios criados anteriormente. É essa contradição, entre a prosperidade comercial e a decepção com a assistência do município da qual fazia parte, que ajuda a entender o porquê de os moradores associarem a criação do município com o progresso, com o melhoramento, com a liberdade.

No discurso de Juscelino Kubitschek, já mencionado aqui, na sessão solene inaugural do IV Congresso de Municípios, o presidente ressaltou o constante cuidado

¹⁸⁸ Ata da Câmara Municipal de Água Branca, sessão de 13 de agosto de 1955.

¹⁸⁹ Ata da Câmara Municipal de Água Branca, sessão de 16 de abril de 1956.

que o seu governo estava tendo com os problemas que mais interessavam aos municípios: o abastecimento de água e de energia elétrica. Logo em seguida acrescentou que, depois de solucionar esses dois impasses, o próximo alvo era o problema das redes de esgotos. “Com a solução dessas obras fundamentais, melhorará consideravelmente o índice sanitário das populações do interior, e os orçamentos estadual e federal ficarão sensivelmente aliviados no setor da saúde”¹⁹⁰. O município de Água Branca não fugiu a essa realidade.

Ao tratar das mudanças advindas com a emancipação política, a energia elétrica foi um dos elementos que se destacou na fala dos entrevistados. Milton Floriano Siqueira descreve em detalhes como era a energia antes que o município fosse criado

Assim que passou a cidade, fortificaram a energia elétrica, aumentou a energia elétrica, e eu lembro que essa luz elétrica só acendia as seis horas da manhã e ela se apagava as dez horas. Antes de apagar ela anunciava, ela dava três sinais. Nove horas dava sinal, nove e meia, dava outro sinal e dez horas dava outro sinal, que era o definitivo. Para todo mundo se recolher, ir para casa, dar tempo para vir no claro.

E que a luz só era primeiramente, poucas casas tinham energia. Pouquíssimas mesmo, só ali no centro. O resto era na lamparina. O pessoal estava nas ruas, brincando nas praças, e tal ali eles davam o sinal para dar tempo das pessoas chegarem em casa no claro...¹⁹¹

Vejamos que antes da emancipação a energia era fraca, restringindo-se ao centro. Posteriormente ela é fortificada. A energia elétrica é um elemento que faz o entrevistado lembrar-se de algumas práticas dos habitantes nas noites em Água Branca: a ida das pessoas às praças. Essa prática parecia ser controlada pela fragilidade iluminação pública, de modo que eles precisavam ir para casa antes que a luz acabasse, se não quisessem ir na escuridão. O sinal, descrito pelo entrevistado em outro trecho da entrevista, era que às nove horas a luz apagava e acendia. Às nove e meia, mais uma vez. E, finalmente, “às dez horas apagava e pronto”.

Por sua vez, ao falar das mudanças que a emancipação política trouxe, Pedro Alves dos Reis ressalta:

O que mudou aqui, eu acho o seguinte, viu? É que, na realidade, a visão de Água Branca era uma visão que se pode notar de uma cidade que iria ser. O que Água Branca vai ser ainda, né? Porque ela está apenas com esses poucos anos de emancipação política e social. Ela está conquistando cada dia mais o

¹⁹⁰ Discurso do presidente Juscelino Kubitschek proferido na sessão solene inaugura do IV Congresso de Municípios em 28 de abril de 1957. Disponível no site da Presidência da República: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/discursos/1957>>. Acesso em: Junho de 2018.

¹⁹¹ SIQUEIRA, Milton Floriano. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca. Maio, 2018.

seu espaço e que podemos até dizer o seguinte, que devido o crescimento de Água Branca porque na gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma esses dois presidentes que houve aqui do Brasil, eles fortaleceram muito o Nordeste. E Água Branca recebeu uma porção muito grande, porque aqui nós ainda tivemos uma progressão nesses 8 anos de Lula e quatro anos da Dilma, que não chegou aos 8 porque tomaram [...].¹⁹²

O entrevistado liga a pergunta feita ao contexto político atual, do ano de 2018. Pollak (1992), ao tratar das memórias subterrâneas¹⁹³, ressalta que existem conjunturas favoráveis para que certas lembranças sejam evocadas. Com esse argumento, o autor reforça a ação do presente em colorir o passado. Dessa forma, a lembrança de Pedro Alves dos Reis sobre a emancipação política ganha um tom diferenciado ao ser relacionado com a conjuntura política do período em que a entrevista foi realizada. É que “há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido”¹⁹⁴. As inquietações atuais vividas pelo entrevistado longe de isolarem-se no momento de lembrar, invadem a sua memória e emergem como uma reivindicação ao desagrado que os rumos políticos do país estavam tomando.

Observamos que a resposta sobre as mudanças trazidas com a emancipação política não são percebidas pelo entrevistado em curto prazo, mas localizam-se num tempo mais longo, associando-se diretamente aos governos presidenciais posteriores aos anos 2000. Para o entrevistado a experiência de Água Branca como município ainda é curta, o que o faz afirmar que ela ainda está mudando, “conquistando o seu espaço”. Essa forma de ver as mudanças trazidas pela emancipação se torna mais interessante quando percebemos que ela não é única desse entrevistado.

Quando perguntamos a Maria Soares Macedo se para ela a emancipação política trouxe melhorias, sem hesitação ela responde:

Ave Maria! E muito. Ave Maria! Aqui era ... tudo o que queria era em Teresina, e passando a cidade veio as estradas, *melhoraram, mas custou*. A estrada, tu sabes quando veio melhorar, o asfalto de Estaca Zero para Água Branca, em 1971, 72, foi quando veio este asfalto, *mas era piçarra*¹⁹⁵.

¹⁹² REIS, Pedro Alves dos. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Abril, 2018.

¹⁹³ Memórias que habitam a zona do “não dito” e dos silêncios, que sobrevivem por muito tempo e que emergem em um momento de ameaça para colocar em questionamento as ideias de grupos sociais ou instituições.

¹⁹⁴ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989, p. 9.

¹⁹⁵ MACEDO, Maria Soares. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Novembro 2018. Grifo nosso.

A lembrança sobre a emancipação política é constituída da citação de um elemento positivo seguido de um negativo: “Melhoraram, mas custou”. O benefício da criação do município não é negado, entretanto a demora não deixou de ser mencionada pela entrevistada, já que a criação do município aconteceu em 1954 e o asfalto, segundo ela, no início da década de 1970. Narrar sobre os benefícios da emancipação política também levaram Maria Soares Macedo a lembrar-se da instalação do Banco do Brasil na cidade, que aconteceu somente em meados de 1970.

São os fragmentos dessas entrevistas que nos permitem perceber que emancipação política envolveu contradições, pois ao lado dos discursos políticos que a caracterizavam como chave do progresso temos as dificuldades, falhas e permanências. A violência, especialmente nos meios políticos era uma realidade comum no Estado e em Água Branca era traduzida pela figura do Zezé Leão, conhecido no imaginário popular como pessoa valente e violenta. A criação do município envolvia a expectativa de acabar com a violência.

José Alves Teixeira fala que, com a criação do município, as ordens mudaram. Para ele a “mudança que teve era porque Água Branca era muito grosseira, tinha muita briga. E ela aliviou muito. Quase todos os domingos eles estavam fazendo baderna”¹⁹⁶. Apesar desse entrevistado associar o abrandamento da violência à emancipação política, percebemos que ele não aconteceu nos primeiros anos. O governo de Raimundo Rodrigues Matos foi caracterizado pela intensa briga e violência, dessa forma, a memória de José Alves Teixeira também aponta para mudanças em longo prazo, pois nos primeiros anos após a lei de criação da cidade, a violência permanece como um elemento de continuidade a caracterizar as relações políticas.

Por que todas as melhorias que aconteceram na cidade de Água Branca, de 1954 até a atualidade, foram associadas ao processo político que resultou em sua emancipação do município de São Pedro? O que podemos aprender com a forma como os entrevistados narraram as mudanças? Por que, mesmo com os desencantos (desvantagens), os entrevistados realçaram os encantos (benefícios) advindos com a emancipação?

Todos os anos, a prefeitura comemora o aniversário da cidade no dia em que o município foi instalado, enaltecendo o acontecimento como algo marcante e essencialmente importante para a localidade e para seus habitantes. Sendo assim, seria

¹⁹⁶ TEIXEIRA, José Alves. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Novembro 2018.

suficiente afirmarmos que isso acontece pelo fato de as pessoas se submeterem à memória oficial que celebra, anualmente, a criação do município como o nascimento de um tempo de prosperidade? A resposta é não.

Para explicarmos essa forma dos entrevistados de conceberem as mudanças advindas com emancipação política precisamos em consonância com Verena Alberti (2005), ajustar o foco para a especificidade da história oral: “sua grande riqueza está em ser um terreno propício para o estudo da subjetividade e das representações do passado tomados como dados objetivos [...]”¹⁹⁷. Assim, é necessário levarmos em conta a relação entre fato e representação ou, entre emancipação política e as subjetividades dela oriundas.

Parafrazeando Alberti (2005), o fato de os entrevistados dirigirem para o acontecimento político de 1954 as transformações que aconteceram posteriormente em Água Branca não significam em absoluto que estejam repetindo o que prega a história oficial. É preciso que o fato (emancipação política e toda a memória celebrativa em seu entorno) e as representações (a forma como os moradores o conceberam) sejam tomados juntos. Observamos que a emancipação política fez muito mais sucesso quando passou a se reverter em estabilidade e bem-estar social e econômico, do que quando foi predominantemente política¹⁹⁸.

É o que Pollak (1992) chama de *transferência*: quando o significado histórico de determinado acontecimento é transferido para outro momento pela atuação da memória das pessoas. Assim, podemos dizer que a “memória pode ‘ganhar’ da cronologia oficial”¹⁹⁹, pois, por mais que o poder público exalte o dia 1 de julho de 1954, para os entrevistados, o verdadeiro significado da emancipação política encontra-se nas mudanças – matéria prima de suas expectativas - que ocorreram tempos depois. Pelo menos é o que podemos inferir das suas falas.

Para pensarmos assim devemos ainda considerar que não teria como a prefeitura recém-instalada ter condições de gestar transformações tão rápidas e profundas no município. Pedro Alves dos Reis em um momento da entrevista relata as dificuldades financeiras da gestão municipal: “[...] eu ainda hoje me lembro, aqui na prefeitura tinha o prefeito, o vice-prefeito, um diretor e um tesoureiro. Era um negócio assim, não tinha nada não. A cota Federal como era chamada naquele tempo vinha uma vez por ano, não

¹⁹⁷ ABERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 42.

¹⁹⁸ Ibidem.

¹⁹⁹ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 203.

tinha dinheiro não, podia botar funcionário não”. A sua lembrança incide sobre a dificuldade orçamentária do novo município, que naqueles primeiros anos, pela quantidade de verbas, ainda não possuía condições de aumentar o corpo de funcionários ou de realizar tantos feitos. A recordação do entrevistado é mais significativa para nós quando a consideramos junto com o que lemos nas atas da Câmara Municipal, onde os projetos para execução de obras básicas como calçamento, iluminação e abastecimento de água aconteceram a passos lentos.

Então, podemos perceber que a Constituição de 1946, bem como os discursos municipalistas, foram formas políticas de representar o mundo naquele momento. Formas que foram apropriadas pelos segmentos políticos locais e foram postas em sociedade, gerando novas representações, em geral, positivas sobre a criação de municípios. Assim, percebemos que nossos entrevistados associaram a criação de Água Branca com o progresso, com melhoramento e com autonomia. Depositaram na criação da cidade esperança de uma vida melhor, porém, se por um lado melhorou, por outro, muitos dos problemas pelos quais os habitantes passavam permaneceram. É inegável que a emancipação política representou mudanças, entretanto, estas não aconteceram de modo imediato e foram acompanhadas por continuidades. No capítulo seguinte, podemos ter uma noção de como esse processo contraditório – que gerou expectativas por um lado e decepções por outro - repercutiu entre os habitantes.

4 MEMÓRIAS E SIGNIFICADOS DA EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE ÁGUA BRANCA

A emancipação política de Água Branca repercutiu de forma intensa em todos os moradores? Foi um acontecimento restrito apenas aos meios políticos? Como pessoas que não eram militantes desse processo o representaram? Quais os seus significados para os entrevistados? No capítulo anterior vimos a organização do município como ressonâncias do processo de emancipação política, de modo que as representações dos moradores e dos gestores públicos acerca desse episódio permearam suas práticas na cidade, estando presente nas mudanças realizadas e no modo como foram concebidas. Nesse capítulo nos ateremos mais às memórias dos entrevistados, meio pelo qual percebemos os significados que a criação do município teve (e ainda tem) para eles. Tais significados –substâncias que permeiam suas memórias- são ainda elementos que nos permitem entender como tal acontecimento político repercutiu entre eles.

Em nossa análise é importante dizermos também que o testemunho oral de nossos entrevistados foi tomado em concordância com Portelli (1993), destaca que

pode ser encarado como um evento em si mesmo e, como tal, submetido a uma análise independente que permitia recuperar não apenas os aspectos materiais do sucedido como também a atitude do narrador em relação a eventos, à subjetividade, à imaginação e ao desejo, que cada indivíduo investe em sua relação com a história.²⁰⁰

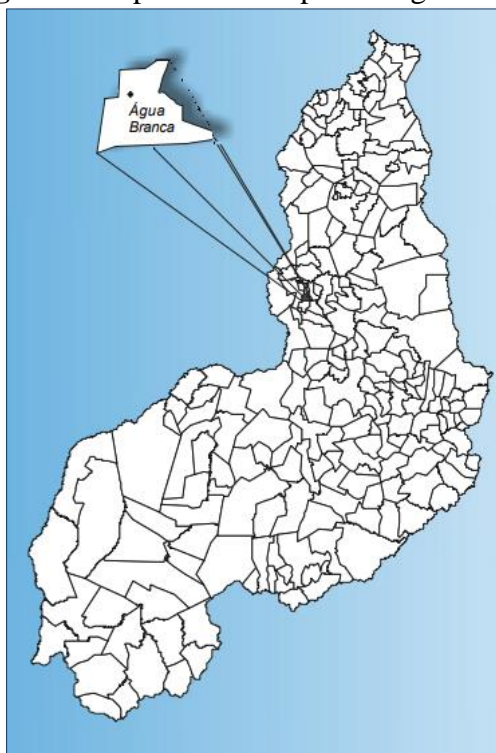
Desse modo, a narrativa dos entrevistados nos serviu não apenas como fonte de informação sobre a criação do município de Água Branca, mas também como meio de estudarmos as subjetividades em torno deste acontecimento. Assim, pudemos realizar o objetivo deste capítulo: entender quais os significados da emancipação política de Água Branca para os moradores.

²⁰⁰ PORTELLI, Alessandro. **Sonhos ucrônicos**: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. Projeto História, São Paulo, 1993, p.41.

4.1 Representações da cidade e construção de identidades nas memórias sobre a emancipação política de Água Branca

Ao entrevistar moradores de Água Branca sobre a criação do município, percebemos que o cerne das suas narrativas para explicar o processo emancipatório era o fato de Água Branca, desde o início, ser potencialmente propícia ao desenvolvimento comercial. Os argumentos, comuns às narrativas colhidas, tinham por base, principalmente, fatores econômicos e geográficos, e todos eles convergiam para criar uma imagem de *prosperidade* para a cidade. O que explicaria tal semelhança nas falas dos entrevistados? Para responder essa questão, selecionamos três entrevistas - a de Francisco Alves Catarino (romancista que escreveu um livro sobre Água Branca, sintetizando em sua narrativa elementos das falas dos sujeitos que entrevistou), Pedro Alves dos Reis e Milton Floriano Siqueira - e analisamos as recorrências em suas falas a partir dos estudos de Michael Pollak, para quem “a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletiva”²⁰¹.

Figura 4 Mapa do município de Água Branca



Fonte: <http://rigeo.cprm.gov.br/xmlui/bitstream/handle/doc/15710/Rel_AguaBranca.pdf?sequence=2>
Acesso em: Jan 2019

²⁰¹ POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 204.

Indo para Água Branca pela BR 343, no sentido Floriano, chegamos a um ponto do caminho que nos oferece duas opções: seguir pela direita, na estrada larga; ou seguir pela esquerda, pela estrada estreita. Ambas levam à cidade, porém nos mostram faces diferentes. Pela direita, a visão que destacamos é o Açude, localizado à esquerda e a poucos metros da BR 343. Nas proximidades desse manancial encontra-se o local da cacimba, no qual os quatro cearenses – José Miguel, Antônio Miguel, Joaquim Floriano e João Ferreira de Sousa, fugidos da seca, cavaram e viram minar água branca e leitosa, que deu nome à localidade. Conta-se que, em 1877, esses irmãos chegaram às propriedades do Major Antônio Pereira Lopes, num local chamado “Lagoa da vida”, onde trabalharam até 1886, quando puderam adquirir terras desse referido Major. Denominaram o novo local de Lagoa do Gato, pela presença de uma lagoa que atraía “várias espécies de felinos”²⁰². A água, porém, era imprópria para o consumo humano, motivando, assim, a escavação de cacimbas.²⁰³

Essa face da cidade não é explícita. Os viajantes que por ali passam não saberiam que a origem daquela localidade tem suas bases ali e, provavelmente, nem teriam tanto tempo para se questionar: o caminho da estrada larga é mais um corredor de passagem para quem pretende apenas atravessar Água Branca mais rapidamente.

Figura 5 Açude de Água Branca (Margem próxima à BR 343)



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2019.

²⁰² Informação retirada no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

²⁰³ CATARINO, Francisco. **A História de Água Branca**. Teresina: Gráfica Tergraph, p. 16.

Figura 6 Acesso a Água Branca pela BR 343



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2019.

Pelo outro caminho, chegaremos ao centro comercial da cidade pela Avenida Principal, a Neco Teixeira²⁰⁴ Local movimentado, com pessoas indo e vindo, a pé, de carro, moto, ônibus... Logo à esquerda está a Igreja Matriz da cidade, templo da Padroeira Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, difícil passar despercebida. Na frente do templo há uma praça, ocupada por ambulantes, transeuntes e pessoas que esperam ônibus por ali.

À direita, uma das escolas mais antigas, a Unidade Escolar Monsenhor Boson. Seguindo pela Avenida, penetramos na área comercial, onde do lado esquerdo e direito encontram-se bancos, sapatarias, lojas de roupas, de construção, de variedades. A estreita avenida é disputada por carros, motos, ônibus e pedestres que atravessam de um lado a outro. É uma confusão de movimentos, cores, sons e de pessoas, que, com toda a certeza, não são apenas de Água Branca, são de Lagoinha, Olho D'água, Barro Duro, São Pedro, isso para citar as cidades mais próximas. O visitante que tem a oportunidade de andar por qualquer uma daquelas cidades, provavelmente, constatará que centro de Água Branca é o mais movimentado.

²⁰⁴ De acordo com populares, Neco Teixeira foi um dos primeiros moradores do caminho que, posteriormente, se tornaria a avenida.

Figura 7 Avenida Neco Teixeira



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2019

Figura 8 Igreja de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro (padroeira da cidade)



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2019.

Figura 9 Centro Educacional Monsenhor Boson

Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2019.

No quadro a seguir, temos o cálculo do produto interno bruto, feito a preço de mercado que mede a atividade econômica de determinada localidade, aí incluídos a venda, o consumo e investimentos.

Quadro 4 Produto Interno Bruto dos Municípios - 2015

Água Branca	São Pedro	Barro Duro	Agricolândia	Lagoinha	Olho D'água	
153.369,81	97.558,68	55.232,70	28.525,22	17.078,28	16.222,29	(X1000) R\$

Fonte: IBGE

As cidades referidas no quadro localizam-se próximas umas das outras e estabelecem relações variadas entre si. Reparemos que Água Branca possui o maior PIB, ganhando inclusive de São Pedro Piauí, município a que esteve vinculada até 1954. Não é à toa que, no site²⁰⁵ da Prefeitura Municipal de Água Branca, esta cidade é referida como a capital econômica da região.

Francisco Catarino, um piauiense nascido em Água Branca e conhecido por escrever e estudar os municípios da região²⁰⁶ publicou em 2013, um livro intitulado *A História de Água Branca*, escrito por um romancista e não por um historiador, como o autor destaca na apresentação. A obra é resultado de pesquisas em documentos da

²⁰⁵ Disponível em: <http://www.aguabranca.pi.gov.br/>.

²⁰⁶ Estamos nos referindo ao grupo de municípios próximos.

Câmara Municipal, diagnóstico econômico do município e principalmente nos relatos dos que primeiro chegaram às terras que se tornaria o município.

Catarino (2013) toma como marco a emancipação política do município, indo assim do momento em que, segundo suas pesquisas teria sido a chegada dos primeiros moradores 1877 e terminando com o município nos dias atuais, no caso no ano de 2013. O parágrafo seguinte é um fragmento da primeira parte do livro, em que Catarino trata de Água Branca antes da emancipação.

Água Branca nasceu em um ponto estratégico, bem centralizado, na região do Médio Parnaíba. Esse é um dos principais motivos que contribuíram para o seu acelerado desenvolvimento, dentre outros. Sua localização favoreceu a atração de imigrantes, que queriam terras férteis para suas lavouras; outros focaram o comércio, e alguns se dedicaram à criação de animais. Essas atividades foram determinantes para o aumento rápido da população. Nesse sentido, os imigrantes impulsionaram o desenvolvimento do comércio, geraram muitos empregos e “agilizaram” o progresso político.²⁰⁷

O que mais chama a atenção no raciocínio do autor é o fato dele considerar que Água Branca, desde o seu nascimento, foi propícia ao desenvolvimento. Elenca um conjunto de características que justificam isso: localização geográfica, terras férteis e atuação dos imigrantes. Em sua narrativa, o nascimento de Água Branca já define o seu destino, é como se ela tivesse nascido para o inexorável desenvolvimento.

Para além das características geográficas, os imigrantes teriam também influência decisiva, mas cuja ação só foi possível por uma característica nata da cidade: “se caracteriza pela miscigenação (mistura de raça) que acolhe a todos, dando oportunidade para aqueles que querem crescer; é uma cidade que recebe bem os imigrantes, sem qualquer “chauvinismo”²⁰⁸. O termo miscigenação parece fugir do sentido de cruzamento de raças, para indicar o encontro entre pessoas diferentes, que vinham de lugares diferentes em busca de sobrevivência. Catarino (2013), anota mais: Água Branca “recebeu imigrantes cheios de entusiasmo e ávidos pelas oportunidades, cujo resultado foi o surgimento de um comércio arrojado”²⁰⁹. Se os habitantes de Água Branca eram acolhedores por um lado, por outro não eram tão dedicados às atividades produtivas. A característica do imigrante como alguém que está mais disposto ao trabalho que as pessoas da terra são, segundo o dito autor, característica indispensável para o desenvolvimento do comércio.

²⁰⁷ CATARINO, Francisco. **A História de Água Branca**. Teresina: Gráfica Tergraph, 2013, p. 20.

²⁰⁸ *Ibidem*.

²⁰⁹ *Ibidem*.

Em entrevista com Francisco Catarino (2013), ao questionarmos a diferença estabelecida por ele, no livro que escreveu sobre a cidade, entre comerciantes locais e os que vinham de fora, o entrevistado constrói o seguinte argumento:

É porque os comerciantes daqui se conformavam com a pequena venda, botavam uma vendazinha pequeninha e o outro já vinha com ideia muito maior de fazer um comércio maior, de oferecer mais produtos, oferecer mais facilidades e diversidade de produtos. Aqui tinha produtos aqueles que eram consumidos na época que era só coisas simples demais e depois é que começou a vir outros produtos que tinham nas grandes cidades e esses imigrantes traziam eles para cá. Daí a razão do desenvolvimento.²¹⁰

Pela fala do entrevistado podemos inferir que se Água Branca tinha todo o potencial natural para se desenvolver, os seus primeiros moradores não tinham. Seu crescimento só foi possível pela ação de pessoas vindas de fora, que não se conformavam com uma venda pequena, mas procuravam variar e ampliar o seu comércio. Foram, inclusive, eles que “agilizaram o progresso político”. Todo o desenvolvimento de Água Branca, no “nascimento” à chegada dos imigrantes e incremento do comércio culmina com o “progresso político”, em outras palavras, desemboca na emancipação política. A origem da cidade justifica o desenvolvimento e o desenvolvimento justifica a emancipação.

A narrativa de Catarino (2013), tanto do livro quanto da entrevista concedida para esta pesquisa, agrega elementos da história e da memória da cidade de Água Branca, que a define como *próspera* economicamente, característica explicada por uma tríade de fatores: comércio, polo de atração e pessoas acolhedoras. Esses três elementos aparecem de maneira diferenciada na narrativa de outros entrevistados.

Pedro Alves dos Reis foi morar em Água Branca em 1954. Foi vereador de 1967 a 1970 e ao ser indagado sobre a emancipação de Água Branca relata:

Diante, justamente, porque Água Branca sempre foi um garimpo que assediou²¹¹ muitas pessoas de fora, nós assediamos pessoas de Pernambuco, pessoas da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Ceará e tudo porque, justamente, aí formava um grupo muito grande. Porque quando Água Branca foi emancipada do município já se tornar... já se via a projeção de Água Branca, o que é que ela iria ser, né? Porque na realidade, hoje nós temos uma integração visto Água Branca ser o centro, nós temos 13 municípios que, justamente, se integra a esse polo, aqui. É muito forte esse polo aqui. É bem pequeno Água Branca, é bem pequeno, mas ela é bem grande pelo polo que acredita em Água Branca, por fim, aí o comércio se projetou de uma forma diferente que vem diminuindo a projeção de São Pedro. Até mesmo São

²¹⁰ CATARINO, Francisco. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Abril, 2018.

²¹¹ O contexto explica o significado da palavra: dar abrigo, dar condições de moradia e trabalho.

Pedro hoje não é quase nada visto o que, justamente, Água Branca tem conquistado.²¹²

O primeiro aspecto que destacamos é a metáfora usada pelo entrevistado: Água Branca é um garimpo. Com essa metáfora Pedro Reis coloca a cidade como um local dotado de potencialidades que precisavam ser achadas, exploradas pelos seus administradores. Foi, ainda, o fato de ser um local propício a gerar riquezas que atraiu pessoas de diversos estados, fugindo da seca e encontrando na localidade condições de sobrevivência. Observamos em sua fala a ideia de *prosperidade* da cidade, justificada por ele pelo fato de ser uma localidade dotada de riquezas e por ter sido lugar de *atração* de pessoas vindas de fora, isto é, constituiu-se de uma *população acolhedora*.

Milton Floriano Siqueira, neto de um dos “fundadores”²¹³ do atual município, aposentado que mora na avenida central da cidade, ao ser perguntado sobre processo de emancipação política ressalta que representantes de São Pedro não concordavam com a criação do município e justifica que

Água Branca despontava assim, com um desenvolvimento mais rápido do que São Pedro, devido à situação geográfica, e a região também era menor, aglomerava mais pessoas, assim. E São Pedro era... o município, era muito longe, as cidades, as vilas, os povoados, era muito distante da sede e aqui todo lugar era pertinho, morava muita gente na zona rural e todos os dias estavam aqui, principalmente aos domingos²¹⁴.

Da sua argumentação podemos inferir que mesmo que representantes do município de São Pedro do Piauí não querendo a emancipação política, Água Branca tinha as condições necessárias, pois despontava com um desenvolvimento mais rápido que o território a que estava vinculada e é, exatamente, nesse trecho que podemos ver a ideia de *prosperidade* da localidade sendo evidenciada. Seguida dela, podemos visualizar que o povoado era também *acolhedor* e *atrativo*, porque “aglomerava mais pessoas”, mesmo sendo uma “região” menor.

Observar a semelhança nos argumentos utilizados pelos entrevistados para justificar o desenvolvimento comercial de Água Branca permite-nos pensar que essa argumentação não faz parte de uma reflexão individual, e sim de uma representação coletiva sobre a cidade. De acordo com Pollak (1992), “Se podemos dizer que, em todos

²¹² REIS, Pedro Alves dos. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Abril, 2018. Água Branca.

²¹³ Seu avô paterno foi Floriano José de Siqueira, um dos cearenses elencados na história oficial da cidade como um dos primeiros moradores.

²¹⁴ SIQUEIRA, Milton Floriano. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Maio, 2018. Água Branca.

os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata de memória herdada, podemos também dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade,”²¹⁵ nesse sentido, em concordância com o raciocínio deste autor, percebemos a memória dos nossos entrevistados como uma construção, uma organização de elementos que evidenciam as suas identificações com a cidade de Água Branca.

Tomando o conceito de identidade, no mesmo sentido de Pollak (1992), como “a imagem que ela [a pessoa] constrói e apresenta aos outros e a si própria, para acreditar na sua representação, mas também para ser percebida da maneira como quer ser percebida pelos outros”²¹⁶ podemos argumentar que a identidade dos entrevistados se constrói por meio de três elementos: o espaço físico (a localidade Água Branca), a continuidade no tempo (a cidade ainda é conhecida pelas atividades comerciais) e pelo sentimento de coerência, isto é, as características dos indivíduos são unificadas (os habitantes, mesmo vindos de locais diferentes, são considerados um corpo único: os moradores da localidade).

Sobre esse último aspecto cabe destacar que, apesar de não termos encontrado informações sobre a origem dos habitantes mais antigos, nas narrativas sobre a origem da cidade, os primeiros moradores são cearenses, que vieram fugindo da seca, procurando água e terras férteis. Essa narrativa de origem cria para a cidade a imagem de *acolhedora*, reforçando a ideia aqui desenvolvida de que o “ser de fora” é componente importante na construção da identidade dos moradores de Água Branca.

Pedro Alves dos Reis – que nasceu em Castelo do Piauí e que diz ter vindo para Água Branca, na década de 1950, atraído pelas potencialidades agrícolas que a localidade oferecia – ressaltou, em um trecho da entrevista, fazer parte de um grupo de estrangeiros: “Quando foi desmembrado aí ficou, aqui era uma coisa terrível, a luta é muito grande, *nós que chegamos de fora*, que apoiava Rodrigues Matos e Joaquim Gomes Callado, nós nunca intervimos [...]”²¹⁷. O entrevistado estava falando sobre o primeiro pleito eleitoral. Como Raimundo Rodrigues Matos e Joaquim Gomes Callado também eram de fora, podemos perceber que esses “imigrantes” possuíram papel de

²¹⁵ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 204.

²¹⁶ *Ibidem*.

²¹⁷ REIS, Pedro Alves dos. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Abril, 2018. Água Branca. Grifo nosso.

destaque na história do município: esse último, deputado estadual, foi o autor do projeto de criação do município e o outro, foi o primeiro prefeito municipal.

Pollak (1992) afirma ainda que “a construção da identidade é um fenômeno que se produz em referência aos outros, em referência aos critérios de aceitabilidade, de admissibilidade, de credibilidade, e que se faz por meio de negociação direta com outros”.²¹⁸ Nesse ponto não podemos deixar de notar que as imagens de Água Branca ressaltadas nas narrativas que estamos analisando foram criadas em ligação com um “outro”, no caso o município de São Pedro do Piauí, que era o território ao qual Água Branca encontrou-se vinculada até 1954. Se voltarmos aos fragmentos das entrevistas de Milton Floriano Siqueira e Pedro Alves dos Reis é possível perceber que em seus argumentos a comparação de Água Branca com São Pedro é constante.

A situação econômica de São Pedro ressaltada nas atas de 1953 não deixa transparecer uma imagem boa nesse período, ocasionada pela seca²¹⁹ e pela chegada de imigrantes. Na Sessão de 14 de Março de 1953, chega à Câmara de Vereadores de São Pedro um telegrama da Comissão Parlamentar dos Estudos sobre Seca para saber (aqui relacionando as informações exigidas de forma geral), a situação do Município de São Pedro do Piauí sobre o abastecimento de água potável, sobre água para o abastecimento dos rebanhos, estoques alimentícios e respectivos preços, possibilidade da safra do ano em curso, quais as condições, qual o estado sanitário dos rebanhos e se lavradores estavam abandonando o município.

A resposta dada ao telegrama fora lida na mesma sessão e redigida pelo vereador Esmeraldino de Sousa Ramalho. Primeiro, ele escreveu que a maior parte do município era abastecida pela água de cacimbões pequenos e barragens pouco salubres. Relatou que a escassez do inverno tornou a água insuficiente para os rebanhos, mas logo em seguida, ressaltou que estavam em bom estado sanitário. De acordo com a avaliação do vereador, os gêneros alimentícios também estavam escassos. Ao listar alguns produtos e definir os seus preços na localidade, como arroz, farinha, milho, polvilho, feijão e rapadura, destacou pequena redução de preços, mesmo “para compras a grosso”.²²⁰

²¹⁸ POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 204.

²¹⁹ Não obtivemos informações sobre a falta de chuvas em São Pedro nesse período. Mas, consoante com Manoel Domingos Neto, a seca não é um problema apenas da falta de chuvas, é também social. Os problemas associados à seca no Piauí vinham de fora, ocasionados pela insuficiência dos recursos municipais em sustentar a massa de imigrantes que chegavam de outros estados como o Ceará. DOMINGOS NETO, Manoel. Seca seculorum, flagelo e mito na economia rural piauiense. Teresina, Fundação CEPRO, 1987.

²²⁰ Câmara Municipal de São Pedro do Piauí. Ata da 3ª sessão de 14 de março de 1953.

Sobre os plantios do ano de 1953, diz que os de “dezembro [foram] totalmente prejudicados [por] pragas [de] lagartas e cupins. O segundo plantio [foi] reduzido cerca de 50 por cento com ameaça [de] perda total, visto que as chuvas continuarem escassas [...]”. Destacou, em seguida, que o município estava “recebendo levas de imigrantes [de] outros estados”.²²¹

A situação de São Pedro do Piauí relatada na mensagem deu conta de que o povo do município passava por uma situação aflitiva. Vejamos que a descrição de Esmeraldino de Sousa Ramalho centrou sua descrição nos elementos relacionados à agricultura. Em certa medida, isso pode ser um indício de que, diferente de Água Branca, em que os entrevistados ressaltaram seu potencial comercial, São Pedro era eminentemente agrícola. E ainda, se para Água Branca até então os imigrantes foram vistos como elementos essenciais para o desenvolvimento, o outro município os considera um problema, por minar os poucos recursos de que dispõe.

A situação de São Pedro ajuda a complementar a visão de prosperidade econômica vivida por Água Branca (“Água Branca despontava assim, com um desenvolvimento mais rápido do que São Pedro”)²²². É uma imagem constituída a partir da diferença, não se ressaltou apenas o desenvolvimento econômico, mas ele foi destacado em comparação a outra localidade.

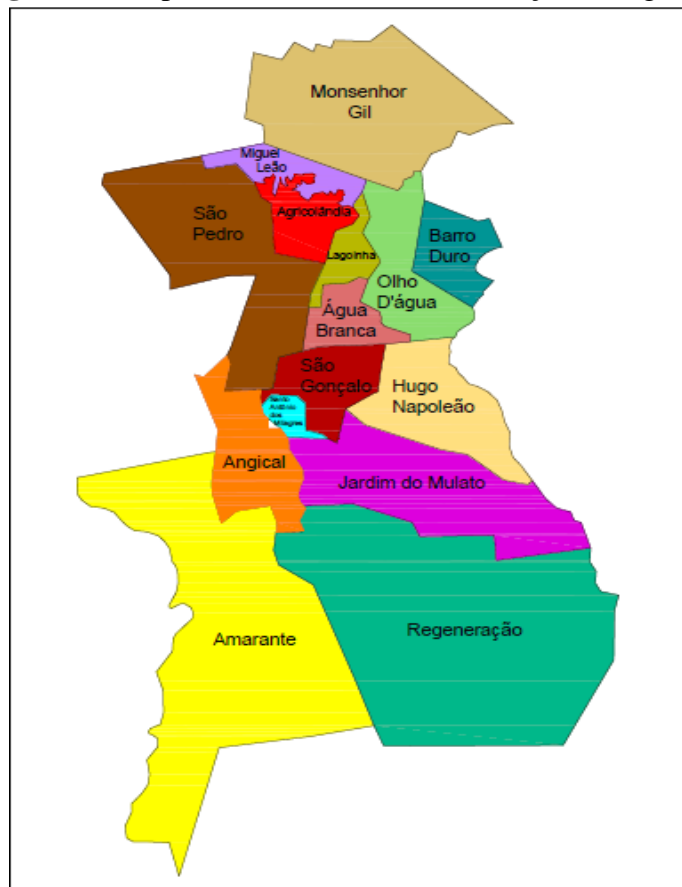
A localização geográfica também foi usada pelos entrevistados para explicar o desenvolvimento comercial de Água Branca. Pedro Alves dos Reis afirma: “[...] hoje nós temos uma integração visto Água Branca ser o *centro*, nós temos 13 *municípios* que se integra a esse polo, aqui. [...] *É bem pequeno Água Branca, é bem pequeno, mas ela é bem grande pelo polo que acredita em Água Branca*”²²³.

²²¹ Câmara Municipal de São Pedro do Piauí. Ata da 3ª sessão de 14 de março de 1953.

²²² SIQUEIRA, Milton Floriano. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Maio, 2018. Água Branca.

²²³ REIS, Pedro Alves dos. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Abril, 2018. Água Branca. Grifo nosso.

Figura 10 Mapa demonstrativo da localização de Água Branca



Fonte: Arquivo pessoal de Gabriel Alexandrino.

No mapa, o território de Água é bem pequeno se comparado com São Pedro. Vejamos ainda que o município em questão é circundado por vários outros, mantendo em relação a eles uma posição central. A interação destes com Água Branca é, sobretudo comercial o que, para o entrevistado, torna grande a cidade e assim, o tamanho territorial não seria algo relevante. Ressaltamos que no ano de 1954, quando o município de Água Branca foi desmembrado de São Pedro do Piauí, a área que corresponde aos municípios de Lagoinha, Olho D'Água e Barro Duro pertenciam ao território de Água Branca.

Outra imagem de Água Branca que agrega muitos dos elementos que já mencionamos foi evidenciada na fala do juiz João Lopes. Pedro Reis fala desse juiz no momento em que foi perguntado sobre quem nomeou o primeiro prefeito de Água Branca.

Quem nomeou ele foi... eu acho que foi a justiça. Naquela época eu era bastante novo. A justiça porque quando o tribunal eleitoral, chegava a ser desmembrado Água Branca de São Pedro do Piauí, porque o João Lopes, que

foi o juiz que veio aqui, dizer o nascimento de Água Branca: “*assim como nascia o sol, nascia também Água Branca*”, naquela hora, o então juiz, que era o juiz eleitoral, decretava uma intervenção e como interventor era o Manoel Ferreira Bispo [...]”²²⁴.

Reparamos que emancipação política foi ressaltada como marco zero da cidade, foi quando ela nasceu. Por mais que o povoado já existisse, o seu desmembramento representou o grande momento de início de outro período. O nascimento de Água Branca foi comparado ao do Sol, uma estrela cujo brilho aquece, ilumina e é essencial. Estaria Pedro Alves dos Reis, ao mencionar o “polo que acredita em Água Branca” comparando-a com o Sol e os demais municípios com os planetas que orbitam ao seu redor? Teria o juiz se baseado na posição geográfica central e no destaque econômico de Água Branca para produzir seu discurso? O certo é que todas as imagens discursivas convergem para criar uma imagem rica, proveitosa e brilhante de Água Branca.

“Você sabe melhor do que ninguém, sábio Kublai, que jamais se deve confundir uma cidade com o discurso que a descreve. Contudo, existe uma ligação entre eles.”²²⁵ Se, por um lado, tal como nos lembra Ítalo Calvino ao evidenciar o diálogo entre Marco Polo e Kublai Khan, não podemos confundir uma cidade com o discurso que a descreve, por outro não devemos negar a ligação que existe entre eles. Os moradores de Água Branca a descrevem como uma cidade em que se resalta a prosperidade econômica. Entretanto, não podemos confundir a cidade com esse discurso feito sobre ela.

Então, é necessário que busquemos entender como esse discurso se firmou ou pelo menos localizar alguns rastros que ajudem a explicar a sua constituição. Janaína Amado ao tratar da relação entre história oral e veracidade do narrado, resalta que além de ser fonte de informação, as entrevistas possuem uma dimensão simbólica que não pode ser ignorada pelos historiadores.

A dimensão simbólica das entrevistas não lança luz diretamente sobre os fatos, mas permite aos historiadores rastrear as trajetórias inconscientes das lembranças e associações de lembranças; permite, portanto, compreender os diversos significados que os indivíduos e grupos sociais conferem às experiências que têm.

Desse modo, quando perguntamos sobre a emancipação política de Água Branca as justificativas usadas pelos entrevistados criam uma imagem da cidade que não se

²²⁴ REIS, Pedro Alves dos. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Abril, 2018. Água Branca. Grifo nosso.

²²⁵ CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 59.

explica apenas por elementos concretos como o PIB, as terras férteis, o intenso comércio ou a constituição da população, do período atual ou de um período mais remoto, mas também pelo significado que os sujeitos históricos deram a esses elementos. Como adverte Ítalo Calvino, “a mentira não está no discurso, mas nas coisas”. Os moradores partem das coisas que lhe são concretas, coisas que fazem parte da sua experiência, tanto pessoal como passada a partir dos símbolos da cidade ou da tradição oral. Assim, acreditamos que esse discurso possui a historicidade dele, onde podemos encontrar as referências concretas que o constituem. Por exemplo, não podemos deixar de notar que a fala de Pedro Alves dos Reis sobre Água Branca ser um garimpo é semelhante ao discurso de JK quando afirma ser o município um local cheio de potencialidades a ser explorado.

Como já mencionamos no capítulo anterior, um dos critérios exigidos pela Constituição Estadual para o desmembramento de um município era possuir uma determinada renda anual. Não tivemos acesso a este valor com relação à Água Branca, entretanto os entrevistados mencionam em suas narrativas o forte potencial econômico que ela possuía em relação aos demais municípios. Em nossa concepção, ressaltar essa característica na localidade era uma forma de demonstrar que Água Branca deveria ser emancipada. Assim, podemos perceber fios que ligam esse discurso ao contexto em que o município foi criado, especialmente a constante comparação em relação a São Pedro.

Rastros dessa visão sobre Água Branca foi visualizada em um jornal de Teresina. A matéria foi publicada após a aprovação da Lei que criou o município de Água Branca (junho de 1954), no jornal *Opinião*, com o título *Mais Uma Cidade Piauiense*, de autoria de J. P. Lopes.

Na qualidade de filho de Água Branca, sinto-me verdadeiramente satisfeito com a sua elevação à categoria de Cidade. Na verdade, Água Branca como simples povoado do Município de São Pedro do Piauí, sentia a necessidade de sua emancipação para melhor expandir-se no seu surto de progresso que é, sem nenhum favor, um dos mais promissores no nosso Estado. Localizada em pleno coração de nossas matas, um dos maiores centros produtores do Piauí, Água Branca, agora com sua independência, está fadada a ser dentro de poucos anos, um grande município piauiense, desde que os seus dirigentes saibam colocar acima dos interesses pessoais os interesses da coletividade. Será um grande município, não em território, mas no seu valor como centro de produção e arrecadação. Os seus principais produtos, o arroz, a mandioca, o milho, a mamona, o algodão, etc., pesarão na balança financeira do Estado, desde que os seus lavradores sejam enxergados pelos poderes públicos com auxílios indispensáveis no sentido de melhorar a lavoura, mecanizando-a e incentivando o nosso agricultor. Deixo, portanto consignado aqui, na qualidade de um aguabranquense, meu voto de louvor aos ilustres Deputados, pela justa aprovação do projeto de lei que elevou Água Branca à categoria de cidade, e muito especialmente ao nobre Deputado Joaquim Gomes Callado,

autor do projeto e grande batalhador que sempre foi e continua a ser pelo engrandecimento do meu torrão²²⁶.

O texto, cujo autor fez questão de mencionar que era filho de Água Branca, tem a clara intenção de elogiar a ação da Assembleia Legislativa em autorizar a autonomia do município. J. P. Lopes louva os “ilustres deputados” que aprovaram o projeto, especialmente, ao deputado Joaquim Gomes Callado, “autor do projeto e grande batalhador que sempre foi e continuará a ser pelo engrandecimento do meu ‘torrão’”. Isso não é por acaso. Depois das eleições de 1946 cada jornal passou a representar um partido político, assim, o jornal Opinião representa o partido da UDN, agremiação a qual era filiado Joaquim Gomes Callado. O redator intenta registrar na história a imagem do deputado na emancipação política de Água Branca. Inclusive, o referido deputado aparece, junto com o nome de Manoel Evangelista de Sousa, no histórico do município feito pelo IBGE como os primeiros comerciantes a se estabelecerem na localidade e como os iniciadores do movimento visando a sua emancipação política. A ligação entre este deputado e criação do município de Água Branca pode ser percebida no próprio espaço da cidade, onde há um busto ressaltando os seus feitos.

Figura 11 Busto de Joaquim Gomes Callado



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2019.

Na placa: JOAQUIM GOMES CALLADO. Nasceu em Picos em 10.09.1905. Faleceu em Água Branca em 14.06.1985. Autodidata. Agrimensor. Advogado provisionado. Delegado do SAPS (COBAL). Inspetor Estadual de Ensino Público. Prefeito Municipal de Água Branca. Deputado Estadual por três legislaturas. Povoador e construtor da cidade. Autor da lei de emancipação de Água Branca em 1º de julho de 1954. “Nosso reconhecimento àquele que fez e é a nossa história”. Povo aguabranquense. 01 de julho de 2010.

²²⁶ LOPES, J. P. Mais uma cidade piauiense. **Jornal Opinião**. Teresina, 27 de junho de 1954.

O busto de Joaquim Gomes Callado fica localizado na praça de mesmo nome, no centro da cidade de Água Branca. Vemos que o monumento é um lugar de memória²²⁷, que visa legitimar a imagem desse político como um sujeito de suma importância para a história da cidade. Dentre os seus feitos, está a apresentação do projeto propondo a autonomia política do município de Água Branca.

Voltando ao redator da notícia, este constrói a imagem de Água Branca como um simples povoado, mas que a emancipação lhe tiraria desse estado simplório, expandindo o seu surto de progresso. Ressalte-se que a simplicidade do povoado não significava pobreza, pois o autor destaca que o território já tinha um surto de progresso que, no entanto, era barrado pela situação jurídica em relação a São Pedro do Piauí. “Água Branca, agora com sua independência, está fadada a ser dentro de poucos anos, um grande município piauiense”, ou seja, a ferramenta para o progresso era a emancipação. Porém, ainda é necessário que os dirigentes da recém-criada cidade soubessem manejar essa ferramenta. O povoado já era um centro de produção de vários produtos, porém era preciso aperfeiçoar a sua produção e mecanizá-la, o que só era possível se o estado enxergasse os lavradores, incentivando-os.

O papel essencial dado à ação dos dirigentes públicos para a realização desse objetivo não é nenhuma novidade. Porém, pode apontar para dois sentidos: o primeiro, convergindo para os discursos jornalísticos da época. De acordo com Elson Rabelo, os enunciados jornalísticos do Piauí de final dos anos 1950 e início dos anos de 1960, “buscavam definir e compreender o Piauí, denunciando os desmandos da administração estadual, o desinteresse dos representantes piauienses em defender nacionalmente seu Estado e a desatenção federal”.²²⁸ Ou, num segundo sentido, pode ser um caminho para ligar o deputado Joaquim Gomes Callado como possuidor das habilidades necessárias para conduzir Água Branca ao progresso, já que ele é, segundo o articulista, um “grande batalhador que sempre foi e continua a ser pelo engrandecimento” do seu torrão.

Dessa forma, as palavras de J. P. Lopes acerca de Água Branca a colocam como uma localidade promissora economicamente, visão que pode ser notada em notícia datada de um ano antes. Ela é de agosto de 1953, publicada pelo jornal Piauí, e recebeu o título de *Água Branca terá luz elétrica*:

²²⁷ NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p.7-28, dez. 1993.

²²⁸ RABELO, Elson de Assis. Rumores da miséria, ecos da história: a emergência do estereótipo da pobreza piauiense nos anos 1950 e 1960. **Revista de História e Estudos Culturais**. Vol. 6, ano VI nº1, p. 15.

O PRÓSPERO povoado de Água Branca, do município de São Pedro do Piauí, será servido, de luz elétrica, a partir do dia 5 do próximo, que é a data marcada para a inauguração da sua usina. Melhoramento que já tardava, em face da importância econômico-social da localidade, vem ao encontro das mais legítimas aspirações dos seus habitantes, que são ciosos do progresso da sua terra. E por isso, o advento da instalação dos novos serviços será comemorado festiva e dignamente²²⁹.

É interessante perceber o destaque feito pelo jornal para a palavra “próspero”, de modo que mesmo sendo um povoado e, como tal, submetido a outra instância municipal possui importância não só econômica, mas também social. Nesse artigo o que representa o progresso é a luz elétrica, símbolo que não deveria faltar em um povoado com as promissoras características de Água Branca e com uma população que já era ciosa pelo progresso em sua terra. Vemos assim que Água Branca já era, na década de 1950, reconhecida por suas características comerciais.

É baseado no critério econômico que o jornal O Dia, em 1962, em uma coluna sobre a criação de municípios afirmou,

Com exceção de três municípios criados depois de 1950 – Itainópolis, Elesbão Veloso e Água Branca - , que receberam iniciativa de progresso, todas as outras comunas têm vida decepcionante, sem renda própria para manutenção da sua autonomia e sem serviços que correspondem ao volume das quotas federais recebidas.²³⁰

Apesar de 1962 já ser outra década, percebemos que a relação entre emancipação política e potencial econômico continua próxima. Podemos inferir da matéria que, para ser digno de ser emancipado, um município precisava ter renda própria, para manter sua autonomia e gerar lucros para a união e para o Estado. A possibilidade de progresso é o fator aceitável para se criar um município e a falta dele é uma das principais críticas. Reiteramos assim, que em um contexto em que se valorizava o quesito econômico como fator justificável da criação de um município, ressaltá-lo em certa localidade era um meio de reafirmar que possuía os critérios essenciais de emancipação.

Isso nos faz lembrar mais uma vez de Pollak (1989). Para ele, “estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função”²³¹. No nosso caso, a função da memória

²²⁹ Jornal Piauí ANOLXIII. Teresina Domingo, 30 de agosto de 1953 NUM 865.

²³⁰ Jornal O Dia ANO XII – Teresina Piauí, 9 de dezembro de 1962 NUM 1054.

²³¹ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989, p. 09.

acerca da cidade vista nos discursos de nossos entrevistados localiza-se na década de 1950, quando pareceu conveniente ao poder público organizar uma memória que reforçasse os sentimentos de pertencimentos da população, diferenciando a localidade das demais e que garantisse a criação do novo município.

Com isso queremos ressaltar que o engrandecimento de Água Branca frente a São Pedro e as cidades vizinhas não se devem apenas a um passado promissor ou a um presente de intenso desenvolvimento comercial, mas também à construção de uma memória oficial que legitimasse Água Branca, realçando a necessidade de emancipá-la, especialmente, quando, como afirmam os entrevistados, havia divergências políticas sobre a aceitação ou não da emancipação política.

Destacamos que as representações da cidade de Água Branca, emergidas nas memórias dos entrevistados, remetem ao período em que o município foi criado, apontando para a construção de uma identidade local, que atestava a sua propensão à emancipação política. Essas representações ainda permanecem na atualidade, demonstrando a sua pertinência para a identificação dos moradores com a cidade. Mediante o que já foi abordado até aqui podemos, então, afirmar que a emancipação política significou também a construção de uma identidade.

4.2 Memórias da emancipação política

Para analisar como os entrevistados construíam suas memórias em torno da emancipação política de Água Branca e termos uma noção de como repercutiu entre a população, escolhemos a entrevista de quatro moradores da localidade que, à época da emancipação, se diferenciavam um do outro pelas atividades que executavam no seu dia a dia, para então observarmos como a criação do município os atingiu: Pedro Alves dos Reis (militante político), Milton Floriano Siqueira (vivenciou a emancipação política enquanto criança), Maria Soares Macedo (professora e contadora) e José Alves Teixeira (comerciante). Para analisar essas narrativas consideramos, a partir de Maurice Halbwachs (1990), o caráter coletivo da memória e, na perspectiva de Michael Pollak (1989), o trabalho psicológico do indivíduo em atenuar “as contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais”²³². E, sem fugir às noções desses dois

²³² POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989, p. 12.

autores, as pesquisas de Eclea Bosi, sobre memórias de velho e as de Verena Alberti (2005), sobre história oral, onde ressalta que esta é um terreno propício para analisarmos as representações e subjetividades do passado como dados objetivos.

4.2.1 A memória política de Pedro Alves dos Reis

Eu quero em primeiro lugar dizer aqui, gravar aqui, o seguinte, meu nome é Pedro Alves dos Reis, nascido em Castelo do Piauí, no dia 10 de janeiro de 1928, filho legítimo de João Alves dos Reis e Maria Alves de Lima. Cheguei na cidade de Água Branca em 1950. Era, justamente, povoado de São Pedro do Piauí. Quando foi em 1954 Água Branca nascia na sua emancipação política e social. Vi, Água Branca nascer. [...] Então, como eleitor de Água Branca, que participei justamente do primeiro pleito político de Água Branca desde 54 até 2018 [...] Ajudei a criar alguma coisa, entre elas, a Prefeitura Municipal de Água Branca. Votei. Votei para comprar o terreno aonde é chamado Cemitério Novo, Cemitério Santo Antônio e continuava Água Branca assim. Então eu quero dizer aqui, a você, uma coisa é que mesmo eu tendo trabalhado 4 anos para Água Branca de graça como vereador, mas me sinto muito honrado [...] Quero dizer também uma coisa: eu tenho quatro irmãos já sepultados aqui em Água Branca, tudo isso que foi emigrado lá de Castelo do Piauí até aqui. Mamãe é sepultada aqui no cemitério. Minha ex-mulher é sepultada aqui. Depois casei, está aqui minha querida esposa [refere-se à senhora sentada quase à sua frente], justamente, Gonçala Ferreira da Silva Vitalina tem quatro filhos e três netos e, finalmente, vivo muito bem com ela graças a Deus. Esse é o meu testemunho!

Falando como quem se dirige à posteridade (“eu quero [...] gravar aqui”) Pedro Alves dos Reis, aposentado, ao ser perguntado sobre a criação da cidade de Água Branca narrou, em um resumo linear e que parecia decorado, a sua trajetória de vida: o seu nascimento em Castelo do Piauí, a ida para Água Branca, a época em que foi vereador, a perda da primeira esposa e o segundo casamento. O entrevistado selecionou os fatos da sua vida que desejava ressaltar, convertendo em palavras mais de nove décadas de experiência. De acordo Michael Pollak (1989), ao relatar sua história de vida, o sujeito tende a organizar a narrativa de forma coerente (definindo uma relação lógica entre os acontecimentos) e contínua (obedecendo uma ordem cronológica) acreditando que esses elementos sejam garantias da veracidade do que está sendo contado.

Figura 12 Pedro Alves dos Reis e sua esposa Gonçala Ferreira da Silva Vitalina



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2018.

Mais que um conjunto de fatos, esse resumo deve ser considerado, tal qual aponta o já referido autor, “como instrumentos de reconstrução da identidade”²³³. Pedro Alves dos Reis enquadró suas informações pessoais na história política do município criando a imagem de alguém que participou ativamente dela: “Vi Água Branca nascer”, “particpei do primeiro pleito político”, “Votei para comprar o terreno”, “eu tenho quatro irmãos já sepultados aqui”. Esses são elementos que reforçam a sua conexão com o município, atestando para os seus ouvintes a importância e consistência do seu testemunho. Acreditamos que a entrevista em si, que representa a possibilidade de salvaguardar o que está sendo dito, foi algo que ajudou a definir a forma como o entrevistado nos apresentou a sua narrativa. Para Pollak (1989), o contexto em que uma história de vida é relatada pode influenciar na maneira como ela é apresentada²³⁴. Assim, é interessante atentarmos para a possibilidade de a gravação da entrevista poder ser vista pelo entrevistado como um meio eternizar os feitos e comunicá-los a outros. É um trabalho de reconstrução de si e nos interessa na medida em que é, através dele, que o indivíduo define o seu lugar social e suas relações com os outros²³⁵.

²³³ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989, p. 13.

²³⁴ Ibidem.

²³⁵ Ibidem.

Essa relação com o social foi pertinente, pois nos ajudou a entender a partir de que lugar o indivíduo formou seu ponto de vista sobre algo. Quando perguntamos a Pedro Alves dos Reis o que tinha em Água Branca quando ele se mudou para lá, o entrevistado centrou sua resposta nos ofícios por ele executados desde quando veio morar na nova localidade. A memória sobre seus trabalhos se expressou no início pela especificação da função e da potencialidade das máquinas em que trabalhou. Parte de uma memória grupal, já que é usado o “nós” e muda de foco para a descrição de uma experiência particular, relatando que mudou de profissão algumas vezes. Ele diz

Naquela época, que eu cheguei em Água Branca, aqui nós chegamos a ter uma base de 12 máquinas Zacarias de Pilar arroz. Tinha Máquina Zacarias que pilava 12 sacos, por hora, quer dizer, 120 sacos de arroz em 10 horas. Eu trabalhei em máquinas Zacarias aqui, montei máquina Zacarias. Cheguei ao ponto de ser comprador de arroz. Mudei de comprador de arroz para motorista de Praça. Fui o primeiro motorista a botar um carro e esperar para trabalhar e ganhar, e trabalhei na região todinha²³⁶.

Para compreender essa forma de lembrar do entrevistado consideramos pertinente a análise de Bosi (1994), sobre a memória do trabalho dos sujeitos que entrevistou em sua pesquisa acerca de memórias de velhos. Segundo a referida autora, precisamos considerar duas significações do trabalho: “sua repercussão no tempo subjetivo do entrevistado e sua realidade objetiva no interior da estrutura capitalista”²³⁷.

A primeira dimensão se refere à penetração da atividade na vida psicológica do indivíduo, no seu cotidiano. Segundo a autora “todo e qualquer trabalho, manual ou verbal, [...] acaba-se incorporando na sensibilidade, no sistema nervoso do trabalhador; este, ao recordá-lo na velhice, investirá na sua arte uma carga de significação e de valor talvez mais forte do que a atribuída no tempo da ação”²³⁸. Pedro Alves dos Reis trata dos seus ofícios com orgulho, pois ressaltou, em outro momento da entrevista, a importância deles na época em que os executava: “Fui o primeiro motorista a botar um carro e esperar para trabalhar e ganhar, e trabalhei na região todinha [...] Então, eu fui o motorista que cuidei muito de pessoas, porque naquela época não tinha ambulância em Água Branca, está entendendo?”²³⁹

A segunda dimensão nos permite pensar que esses trabalhos, além de uma fonte de rendas para Pedro Alves dos Reis, significaram a sua inserção no sistema capitalista:

²³⁶ REIS, Pedro Alves dos. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Abril, 2018. Água Branca.

²³⁷ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças dos velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 471.

²³⁸ Ibidem, p. 480.

²³⁹ REIS, Pedro Alves dos. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Abril, 2018.

“Ele [o trabalho] é um *emprego*, não só como fonte salarial, mas também como lugar na hierarquia de uma sociedade feita de classes e grupos de *status*.”²⁴⁰ Mais que uma descrição, a fala do entrevistado demonstra que ele fazia parte de um grupo com poder aquisitivo suficiente para adquirir máquinas de descascar arroz: “nós chegamos a ter uma base de 12 máquinas”.

Acreditamos que esse grupo seja o que esteve envolvido no processo de emancipação política de Água Branca e o mesmo que apoiou o candidato Raimundo Rodrigues Matos nas primeiras eleições municipais que se seguiram: “[...] São Pedro tinha um chefe que era Francisco José de Carvalho que administrava a região todinha antes da emancipação [...]. Naquele período então que nós lutamos para a criação do município [...]”²⁴¹. Desse modo, o entrevistado se coloca como membro da ala que lutou contra a influência do líder político de São Pedro e, posteriormente, contra o outro candidato que disputava as eleições: Francisco Soares Macedo, conhecido como Chico Termino. Este último tinha o apoio dos políticos são pedrenses. Para Pedro Alves dos Reis e, provavelmente, o grupo todo, a vitória dele não significaria a independência de Água Branca: “o que eles prometiam lá, nós não queríamos aqui, que era, justamente, Água Branca ficar [...] subvencionado a São Pedro do Piauí, nós queríamos nossa libertação completa [...]”²⁴². Isso indica que a recordação do entrevistado é feita com base no ponto de vista da coletividade da qual ele fazia parte²⁴³.

A memória de Pedro Alves dos Reis sobre seus trabalhos também se relaciona com a sua atuação política como vereador do município de Água Branca em 1967. De acordo com ele, o fato de não ter condições de ajudar seus eleitores foi o que lhe motivou a mudar de trabalho, diz ele: “Porque naquela época, como vereador que não ganhava nada, o eleitor sempre vem atrás do político que ele votou para receber algum benefício”²⁴⁴. Ou seja, essa justificativa é o modo que, na época, o grupo da qual ele fazia parte via as relações entre político e eleitor. Essa visão permanece quando o entrevistado se põe a lembrar. Halbwachs (1990) chama a atenção para o fato de que um grande número de lembranças reaparecerem pela ação de outros, mesmo que eles não estejam presentes: “Esse tipo de atitude mental só existe em alguém que faça ou tenha

²⁴⁰ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 471.

²⁴¹ REIS, Pedro Alves dos. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Abril, 2018.

²⁴² _____. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Abril, 2018.

²⁴³ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

²⁴⁴ REIS, Pedro Alves dos. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Abril, 2018.

feito parte de um grupo e porque, pelo menos à distância, essa pessoa ainda recebe sua influência”²⁴⁵. Mesmo não atuando atualmente como político, Pedro Alves dos Reis demonstrou, durante a entrevista, uma grande interação com assuntos da política nacional e local, posicionando-se como alguém ainda preocupado com os destinos do município.

Nesse sentido, as suas memórias sobre a emancipação de Água Branca é de quem teve participação nos assuntos políticos da localidade, fato que norteou suas explicações acerca desse acontecimento: “Quando nós criamos o município de Água Branca [...]”, “Nós queríamos emancipar Água Branca porque nós queríamos ter nosso próprio prefeito [...]”. Ele lembra como representante de um grupo político, mesmo que já não tenha uma atuação direta.

Então, percebemos que a narrativa de Pedro Alves dos Reis é pautada pelo viés político. Ele vivenciou esse momento de perto, como integrante do grupo de pessoas que estava mais envolvido com os trâmites do processo. Desta maneira, os fatos relacionados à sua vida pessoal associam-se aos eventos políticos da localidade, sem deixar que os primeiros se sobrepusessem a estes últimos em grau de importância. O entrevistado ressaltou sua atuação no município e até fatos que poderiam se justificar por causas pessoais como a mudança de trabalho é justificada pela função de vereador desempenhada no município.

²⁴⁵ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990, p. 42.

4.2.2 A memória de infância de Milton Floriano Siqueira

Figura 13 Milton Floriano Siqueira



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2019.

Milton Floriano Siqueira nasceu em Água Branca, em 1944, quando esta ainda era subordinada a São Pedro do Piauí. Aposentado pela prefeitura do município que seria criado posteriormente, esse entrevistado apresentou, desde o início da sua narração, familiaridade com os assuntos políticos municipais, discorrendo detalhadamente episódios que dataram de quando ele ainda era criança. A emancipação política de Água Branca aconteceu em 1954, quando ele tinha 10 anos de idade, no entanto ele diz recorda-se de um episódio que aconteceu antes disso.

Lembro de um comício que o candidato era Cleanto Jales de Carvalho, candidato a prefeito de São Pedro e prometeu botar luz, botar luz elétrica no povoado. E o Raimundo Rodrigues Matos que era pretense a ser prefeito daqui de Água Branca não acreditou e disse: se ele colocasse luz aqui em Água Branca ele vestiria saia e esta promessa ele cumpriu e o Raimundo Matos não vestiu a saia. Das lembranças que eu tenho aqui como povoado, aqui era povoado na época... campanha política era de São Pedro do Piauí.²⁴⁶

²⁴⁶ SIQUEIRA, Milton Floriano. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca. Maio, 2018.

Como seria possível que Milton Floriano Siqueira, com a idade que possuía, fosse capaz de lembrar com exatidão de acontecimentos políticos e mais, ser capaz de discernir os grupos que disputaram as propostas e formas de pensamento que julgamos serem muito difíceis de acompanhar com aquela idade? Maurice Halbwachs (1990), e a ideia de que lembramos a partir de um contexto social mais uma vez nos ajudou a pensar essa memória. Ao refletir sobre as lembranças de infância o referido autor afirma que “uma corrente de pensamento social normalmente é tão invisível quanto a atmosfera que respiramos”, realçando que por mais que achemos que uma lembrança mais profunda esteja imune aos quadros sociais, o que acontece é que estamos tão ligados a ela que não percebemos a sua existência.

A título de exemplo, o referido autor cita o caso de Charles Blondel. Este diz que, na época de criança, quando estava explorando uma casa abandonada afundou metade do corpo em um buraco. O sujeito que recorda, reforça que lembrou sozinho, pois não estava com os pais e nem contou para eles sobre esse acidente. Entretanto, ressalta Maurice Halbwachs (1990), “ele pensava nos seus e estava sozinho apenas em aparência [...] É o pensamento da família ausente que fornece o contexto [...]”²⁴⁷ e assim a criança não precisa reconstituir o ambiente da lembrança, porque já se apresenta nesse mesmo contexto. O que Maurice Halbwachs quer chamar a atenção é para o motivo que fez essa lembrança ser conservada, o que teria feito Charles Blondel lembrar esse episódio. E a resposta está na própria família, ou melhor, na ausência dela. O ambiente diferente, o susto de estar num lugar não familiar, o medo e a insegurança de estar longe dos pais é o que lhe fez lembrar.

Isto também se aplica à lembrança de Floriano Siqueira. Ele não lembra sozinho, mas de dentro do ponto de vista de outros grupos. “A família é o grupo do qual a criança participa mais intimamente nessa época de sua vida e está sempre à sua volta”²⁴⁸; por mais que o entrevistado não mencione seus pais ou parentes, podemos sugerir que a sua recordação foi construída pelo contato dele com o círculo de pessoas adultas em seu entorno (pais, avós, amigos, vizinhos, etc.). É, assim, uma memória coletiva porque ela aglutina o posicionamento das pessoas com quem Milton Floriano Siqueira convivia, sendo construída também pelo que ele ouvia e observava.

²⁴⁷ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990, p. 46.

²⁴⁸ *Ibidem*.

O episódio lembrado por Milton Floriano Siqueira evidencia a rivalidade política entre dois sujeitos, o candidato de São Pedro (Cleanto Jales de Carvalho) e o pretense candidato de Água Branca (Raimundo Rodrigues Matos). Pelo visto, as disputas políticas entre os grupos que representavam se faziam por meio de zombarias. Raimundo Matos tenta desmerecer a imagem do seu adversário por meio de uma chacota, demonstrando que estava tão certo de que o Cleanto Jales não teria condições de colocar energia elétrica no povoado, que ele estaria disposto a expor-se ao ridículo, vestindo saia, ação que representava uma ofensa aos padrões de virilidade da época.

Na narrativa, o entrevistado destaca o fato de Raimundo Rodrigues Matos não ter vestido a saia, mesmo que o candidato de São Pedro tenha cumprido o que prometeu e colocado energia elétrica no povoado. Aqui, tal qual sugeriu Halbwachs (1990), nos interessa os motivos que teriam levado essa lembrança ter se conservado sendo evocada quando Milton Floriano Siqueira é incitado a falar sobre a época em que Água Branca era subordinada a São Pedro. Energia elétrica era uma realidade distante em boa parte do país, então a sua instalação tornou-se um marco na memória dos moradores da localidade. Dessa forma, a suposta provocação de Raimundo Rodrigues Matos a Cleanto Jales de Carvalho deve ter sido muito comentada entre apoiadores deste último, representando uma vitória sobre o adversário.

Ter lembrado desse acontecimento pode ser entendido ainda como a maneira de Milton Floriano Siqueira definir seu lugar na história do município:

Na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica ‘neutra’. Ele quer também julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da história, e reafirmando sua posição ou matizando-a.²⁴⁹

O entrevistado parece, assim, marcar o seu posicionamento e o deixa mais claro quando se propõe a falar sobre a campanha política entre Raimundo Rodrigues Matos e Chico Termino, assunto que ele diz lembrar-se perfeitamente.

A campanha era o Raimundo Rodrigues Matos, da UDN, antiga UDN, e o Chico Termino, Francisco Macedo Soares. Eu torcia até pelo Chico Termino, pelo Francisco Macedo Soares, e tinha muita rixa, puxava o revólver, brigava, num chegaram foi a matar ninguém, mas era muito concorrido. O Chico Termino era de São Pedro, quer dizer, morava aqui em Água Branca, mas era apoiado pelo Prefeito de São Pedro, Chico José, foi muito acirrada a campanha, acirradíssima.²⁵⁰

²⁴⁹ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

²⁵⁰ SIQUEIRA, Milton Floriano. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca. Maio, 2018.

Esses foram os dois grupos que disputaram as eleições de Água Branca em 1954. Milton Floriano Siqueira deixou evidente que “torcia” pela vitória do candidato apoiado pelo prefeito de São Pedro. Assim, a memória que ele constituiu a respeito da política de Água Branca nesse período é sobre o ponto de vista da coletividade que ele fazia parte, no caso, adversária da de Pedro Alves dos Reis que, como outrora evidenciamos, apoiava Raimundo Rodrigues Matos, situando nossos dois entrevistados em grupos com visões diferenciadas sobre o destino do município recém-criado.

O modo como construíram sua narrativa também é diferente, entretanto o que nos importa não é a diferença em si, mas o que ela pode significar. Quando perguntamos aos dois entrevistados sobre as propostas dos candidatos, obtemos respostas divergentes. Milton Floriano Siqueira cita, pontualmente, um conjunto de empreendimentos que os candidatos Chico Termino e Raimundo Rodrigues Matos se propunham a realizar: melhorar a agricultura, dar oportunidade a todos de “botar roça”, adquirir trator, caminhonete, carro, construir escolas e pavimentar as ruas.

Por outro lado, Pedro Alves dos Reis, respondendo a mesma pergunta argumenta que:

Tanto o Francisco Macedo Soares que era colocado pelo prefeito de lá de São Pedro do Piauí, que era, Francisco José de Carvalho, eles prometiam. Mas o que eles prometiam lá nós não queríamos aqui que era Água Branca ficar... [...] subvencionado a São Pedro do Piauí. Nós queríamos nossa libertação completa e por isso que foi, justamente, nós elegemos Raimundo Rodrigues Matos [...] ²⁵¹

O que nos chama atenção nessa memória não é a intenção do candidato Francisco Soares Macedo (Chico Termino) em manter, ainda que de modo informal, o vínculo entre Água Branca e São Pedro, o que não temos como afirmar ou negar, mas o porquê da lembrança do argumento ter sido conservada e enfatizada por Pedro Alves dos Reis. Ele não elencou propostas, atestou que elas existiram, entretanto reforçou o argumento de que se o candidato apoiado por São Pedro vencesse, Água Branca não estaria emancipada por completo. A sua memória é marcada pela utilização do “nós”. Mais do que o indício de uma memória grupal, a sua maneira de narrar nos aponta para alguém que não está se ocupando do passado como algo distante dos afazeres do dia a dia, mas como algo que faz parte das suas preocupações diárias. Em sua fala, o passado

²⁵¹ REIS, Pedro Alves dos. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Abril, 2018.

tem sido evocado de forma mais vívida e subjetiva, como se ele ocupasse longamente o seu cotidiano.

Ao mencionar a rivalidade entre o “sim” e o “não”, Pedro Alves dos Reis diz: “Nós aqui, apoiava o sim, o sistema de libertar Água Branca da administração de São Pedro”²⁵². Nesse trecho ele estabelece um elo de continuidade entre passado e presente, reafirmando o seu posicionamento enquanto integrante do grupo. Por outro lado, Milton Floriano Siqueira, ao falar do mesmo assunto narra em terceira pessoa: “O “não” falavam que São Pedro era mais estruturado, que aqui só tinha o mercado, tinha poucos comércios, tinha o cemitério [...]Os que votavam no sim votavam favorável porque aqui era mais movimentado”.²⁵³ O seu posicionamento é de quem analisa os acontecimentos com certo distanciamento, reforçando a separação entre presente e passado. Essa diferenciação entre as duas formas de narrar os fatos lembrados entre os dois entrevistados pode ser vista à luz de Bosi (2003), que, amparada nos estudos de Halbwachs (1990), sobre memória, afirma que

O que se poderia, no entanto, verificar, na sociedade em que vivemos, é a hipótese mais geral de que o homem ativo (independentemente de sua idade) se ocupa menos em lembrar, exerce menos frequentemente a atividade da memória, ao passo que o homem já afastado dos afazeres mais prementes do cotidiano se dá mais habitualmente à refacção do seu passado²⁵⁴.

Milton Floriano seria o que ainda participa mais ativamente da vida em sociedade, cujas atividades cotidianas inibem a evocação das “imagens de outro tempo”²⁵⁵. E Pedro Reis o que se dedica mais à refacção do seu passado. Mas este é apenas o nosso pretexto para entendermos as memórias de Milton Floriano Siqueira sobre a emancipação política de Água Branca. A sua memória pode ainda ser pensada com o auxílio de Halbwachs (1990), que afirma que

[...] Ainda que seja possível evocar de maneira tão direta algumas lembranças, é impossível distinguir os casos em que assim procedemos e aqueles em que imaginamos o que teria acontecido. Assim, podemos chamar de lembranças muitas representações que, pelo menos parcialmente, se baseiam em testemunhos e deduções.²⁵⁶

²⁵² REIS, Pedro Alves dos. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Abril, 2018.

²⁵³ SIQUEIRA, Milton Floriano. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Maio, 2018.

²⁵⁴ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 63.

²⁵⁵ *Ibidem*, p. 81.

²⁵⁶ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990, p. 91.

Os fatos relacionados à emancipação política de Água Branca foram um contexto do qual Milton Floriano Siqueira participou, mas que a sua mente de criança não compreendeu por completo, entretanto, ficaram gravados em sua memória pela importância dada a eles pelas pessoas com quem convivia²⁵⁷. Quando cresceu, o entrevistado passou a refletir mais sobre o assunto²⁵⁸. O contato com outras pessoas que vivenciaram os mesmos acontecimentos, as leituras, as conversas e opiniões de outros se fundiram às suas lembranças pessoais contribuindo para enriquecê-las com mais informações: “É assim que a memória se enriquece com as contribuições de fora que, depois de tomarem raízes e depois de terem encontrado seu lugar, não se distinguem mais de outras lembranças.”²⁵⁹

Lembremos ainda que “em medida muito grande, a lembrança é uma reconstrução do passado com a ajuda de dados tomados de empréstimo do presente e preparados por outras reconstruções feitas em épocas anteriores [...]”.²⁶⁰ A narrativa de Milton Floriano Siqueira é assim, constituída com base em uma interação entre suas lembranças pessoais, suas representações de crianças, as representações dos seus familiares e grupos de contato e das suas reflexões feitas no momento presente. O resultado é o acréscimo de mais informações, podendo ocasionar ou não alterações nas suas lembranças pessoais²⁶¹. Não é que a memória de Pedro Alves dos Reis não traga em sua constituição aspectos do presente, o caso é que em sua narrativa o vínculo com outra época parece mais forte, como se o alento para significar a sua vida atual estivesse lá.²⁶²

A narrativa de Milton Floriano Siqueira é dessa forma, fundamentada em suas memórias de infância, entretanto, como vimos, estas não se dissociaram das suas experiências posteriores. A descrição do processo de emancipação política é feita de modo distante, evidenciando que o processo foi visto com certo distanciamento, o que

²⁵⁷ Ao tratar sobre memória de infância, Halbwachs afirma que “Se nos lembramos, é porque sentíamos que a nossa volta todos se preocupavam com ele. Mais tarde compreenderemos melhor por quê”. (HALBWACHS, 1990, p. 83).

²⁵⁸ “Ao crescer, especialmente quando se torna adulta, a criança participa de modo mais distinto e mais refletido com relação à vida e ao pensamento desses grupos de que fazia parte, no início quase sem perceber” (HALBWACHS, 1990, p. 91).

²⁵⁹ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990, p. 98.

²⁶⁰ *Ibidem*, p. 91.

²⁶¹ Sobre isso, Halbwachs diz ainda: “Para que a memória dos outros venha assim a reforçar e completar a nossa, como dizíamos, é preciso que as lembranças desses grupos não deixem de ter alguma relação com os acontecimentos que constituem meu passado” (HALBWACHS, 1990, p.98).

²⁶² BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças dos velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 82.

não impediu que a descrição fosse dotada de detalhes, estes oriundos do contexto social no qual o entrevistado se inseria.

4.2.3 Professora e contadora: a memória de Maria Soares Macedo

Figura 14 Maria Soares Macedo



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2019.

Foi escolha da senhora Maria Macedo ser fotografada com a Constituição Brasileira, presente recém-adquirido de um conhecido político.

Maria Soares Macedo nasceu em 1929, em Independência no Ceará. Veio morar em Água Branca em 1952. Narra que seu irmão Chico Termino, que era vice-prefeito de São Pedro do Piauí foi ao Ceará e convenceu seu pai de vir para Água Branca, argumentando que lá havia mais facilidades para o seu filho menor, fruto de um segundo casamento, estudar. A primeira atuação como professora em Água Branca que ela lembra foi na fazenda de seu irmão Chico Termino, quando deu aulas particulares para preparar as pessoas para votar:

Meu irmão tinha uma propriedade chamada Sossego [...] aí eu fui morar lá para ensinar a noite e tudo. Estavam querendo fazer daqui cidade e queriam preparar o povo para votar. [...] Muita gente não tinha estudado nem nada, eu fui contratada para ensinar o povo, eu ensinava a noite, o povo ia trabalhar de

dia nas roças e a noite tinha um salão lá e eu era professora deste povo velho, casados e tudo.²⁶³

Nesse fragmento de sua narrativa podemos observar que a função de professora esteve associada a uma função política. Mas além de professora era também contadora. Essa dupla formação foi para ela o motivo que lhe fazia ser requisitada pelos prefeitos de cidades vizinhas para trabalhar com eles.

Era querida do povo. Todo mundo me queria. Era professora, mas tinha o curso de contabilidade aí eu sabia um pouco de prefeitura. E aí fiquei, desde 1971 pra cá trabalhei com esses prefeitos tudinho, Joaquim Callado, Joel, Toinho, Dedino, trabalhei com Callado Neto e aí de lá pra cá tou plantada aqui, morando aqui vizinha de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro. Aposentada, num quero nem saber, eu e a Santa²⁶⁴ aliviada de tanto trabalho.”

Maria Soares Macedo fala de um tempo que não é abstrato, mas subjetivo e cheio de conteúdo, fundamentado em sua vivência pessoal e social. Esse tempo abarca as suas lembranças e podemos perceber que a sua apreensão depende da ação passada e da ação presente²⁶⁵. Essa separação temporal fica evidente pela utilização dos termos “De lá” e “Para cá”. O primeiro se refere a quando a entrevistada trabalhava e era muito requisitada tanto para dar aula como para ser contadora nas prefeituras, momento em que teve que se mudar algumas vezes. O segundo refere-se à atualidade. É quando está aposentada, aliviada “de tanto trabalho”. Ressaltamos ainda que a palavra “plantada” pode representar, em sua fala, o fim de uma fase ativa para outra de maior repouso, significando uma oposição entre o tempo que se deslocava entre as localidades vizinhas e o agora, quando reside próximo da Igreja que frequenta.

Assim como os entrevistados de Bosi (1994), cuja memória vem acompanhada de uma valorização do trabalho e de uma crítica, Maria Soares Macedo em sua memória também deixa evidente a valorização das atividades que fazia, especialmente quando destaca que era reconhecida pela qualificação que possuía, era professora e tinha o curso de contabilidade: “eu era querida de todo mundo” e, em outro trecho, de um estranhamento ao modo como se dão as coisas atualmente: “Hoje a dificuldade no aluno e no profissional eu vou lhe dizer qual é, antigamente, nós aprendíamos a colocar nossa inteligência em funcionamento. Hoje você não coloca mais, você tem a máquina”.

²⁶³ MACEDO, Maria Soares. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Nov 2018.

²⁶⁴ A entrevistada refere-se a uma amiga que estava sentada à sua frente no momento da entrevista: Maria Madalena da Paz Lima.

²⁶⁵ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças dos velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 422.

Nesse trecho, Maria Soares Macedo coloca em evidência as duas profissões que exerceu: a de professora (quando se refere ao aluno) e a de contadora (quando se refere ao profissional). Ela admite a existência de problemas na atuação desses dois grupos e aponta que é a utilização da máquina. Como contadora, provavelmente fazia os cálculos de balancetes na prefeitura manualmente, o que exigia trabalho mais árduo do que os que hoje têm disponíveis máquinas de calcular. O esforço mental que o cálculo manual requer é o que tornaria melhor o aluno e profissional da época que ela fala. Entendemos a argumentação da entrevistada em consonância com Ecléa Bosi (1994): não se trata de um saudosismo, mas sim de passar como um valor, a outra geração, “aquilo que se viu e se conheceu bem, aquilo que custou anos de aprendizado e que, afinal, sustentou uma existência²⁶⁶”.

Lembremos novamente de Michael Pollak²⁶⁷ (1989). A trajetória de vida de um indivíduo é construída de forma coerente e linear e, para além dos fatos, denotam um esforço de reconstituir os fatos que considera mais importante em sua vida, de forma a torná-los inteligíveis ao ouvinte e de modo a construir uma identidade. Se na narrativa de Pedro Alves dos Reis as ações políticas são os principais elementos realçados por ele para constituir sua identidade, na de Maria Soares Macedo a sua atuação enquanto contadora e professora é o que lhe dá orgulho de falar é, enfim, o fio que guia a sua narração, enfatizando a sua ação individual e deixando de lado outros fatores que, porventura, poderiam ter contribuído para ser tão requisitada em outras localidades, como por exemplo, a influência política do irmão.

A marcação temporal na narrativa de Maria Soares Macedo também nos chama a atenção no fragmento a seguir.

Aí faz ano, ano, quando foi em 1954 foi criado a Lei que passava aqui cidade, aqui é de 1954, [...] quando foi em 1956 eu fui convidada pelo prefeito de Regeneração para tomar conta de um Grupo Escolar que ele tinha feito num lugarejo, povoado... [...] Eu fiquei assim, imaginando como era que eu ia me socar num interior [...] mas para ganhar dinheiro a gente fazia tudo, não é? Eu sei que eu aceitei e fui. Aqui passou a cidade em 1954, passei 1955, quando foi em 1956 eu fui, no povoado Baixa do Coco, aí fui morar lá. [...]1964 lá passou a cidade. Fizeram de lá São Gonçalo do Piauí. [...] Em 1964 entrou a ditadura [...] ai cassaram o prefeito de Água Branca, o seu Luís Padre, o vice era o João Leite ²⁶⁸[...] e convidou: “Maria saia de São Gonçalo, venha me

²⁶⁶ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças dos velhos. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 481.

²⁶⁷ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

²⁶⁸ Filho de cearenses, João Leite Benevides nasceu em 24 de julho de 1920. Veio para São Pedro fugindo da seca de 1936. Seu primeiro emprego foi como classificador de produtos animais e vegetais no posto Estaca Zero, junto à Secretaria de Fazenda. Tornou-se vendedor ambulante nas feiras de Água Branca,

ajudar aqui”. Eu trabalhava com o João Leite, passei dois anos. Ai quando teve a eleição e o prefeito de São Gonçalo veio me buscar para mim ir para lá. Professor Valmir Cruz, e eu voltei.²⁶⁹

Dessa vez, a marcação do tempo se faz por meio de datas e sua posterior relação com aspectos da vida pessoal, profissional ou política. 1954 é referenciado como o ano da emancipação política de Água Branca. 1956 teve a marca profissional (pois foi quando foi convidada para trabalhar fora) e pessoal (que se refere à insegurança de mudar-se para um lugar distante e desconhecido). 1964 é marcado por três acontecimentos externos (a ditadura militar, a emancipação política de São Gonçalo do Piauí e a cassação do prefeito de Água Branca) e por um pessoal (a sua volta para Água Branca a convite de João Leite). Esses deslocamentos tornaram-se marcos onde a significação da sua vida se concentrou²⁷⁰, servindo de referência para organizar sua narrativa.

Entretanto, mais que isso essas marcações permitem pensarmos o significado que a emancipação política de Água Branca teve para a entrevistada. Diferente das demais datas, a descrição do ano de 1954 não foi acompanhada de um elemento relevante em sua vida pessoal ou profissional. Se “Cada geração tem, de sua cidade, a memória de acontecimentos que permanecem como pontos de demarcação em sua história”²⁷¹, para Maria Soares Macedo a emancipação política de Água Branca não parece ter tido mais significado que a emancipação de São Gonçalo do Piauí, cuja menção deixa transparecer um sentido político distante de suas vivências.

Quando perguntamos sobre o que Maria Soares Macedo lembrava de quando Água Branca passou a cidade ela diz: “Eu lembro que foi muita dificuldade, os deputados querendo fazer a Lei para criar aqui o município, fazer a emancipação, era de São Pedro do Piauí, uns queriam e outros não queriam, mas aí contando que a Lei falou mais alto. Foi criado mesmo”. A recordação da entrevistada toca na disputa entre os que eram favoráveis e os que não eram à criação do município, e coloca como carro chefe do processo a ação dos deputados em criar a lei desmembraria Água Branca do território são pedrense. Tal como Milton Floriano Siqueira, o modo como fala denota um certo distanciamento, entretanto Maria Soares Macedo não se atém a detalhes desta disputa,

São Pedro e Barro Duro e posteriormente tabelião de notas no cartório de Água Branca. Em 1951 elegeu-se vereador de São Pedro. Foi eleito vice-prefeito de Água Branca duas vezes: em 1964 e 1972. Faleceu em três de março de 2015.

²⁶⁹ MACEDO, Maria Soares. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Nov 2018.

²⁷⁰ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças dos velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 415.

²⁷¹ *Ibidem*, p. 418.

pois mesmo quando perguntamos o que alegavam os contra, ela diz apenas: “Alegavam que não tinham condição, deixar passar mais tempo e outros achavam bom porque estavam tirando algum proveito da situação. Assim existe né?”

A sua memória sobre a emancipação não parece ser “participativa” como a de Pedro Alves dos Reis e nem tão detalhista quanto a de Milton Floriano Siqueira, e sim concentrada mais em sua vida profissional. Seu irmão, Chico Termino, como já mencionamos, foi candidato a prefeito de Água Branca em 1954 e a entrevistada diz ter participado da campanha eleitoral do irmão. Pelo seu parentesco e relação com as prefeituras pelo trabalho de contadora era de se esperar que ela narrasse com detalhes e proximidade os acontecimentos públicos, como a emancipação política e a campanha eleitoral. Entretanto, não o fez. Isso nos permite afirmar que a disputa entre Chico Termino e Raimundo Rodrigues Matos marcou a memória de todos os entrevistados, mas “não tem para todos o mesmo significado²⁷²”. Se para Pedro Alves dos Reis e Milton Floriano Siqueira representou um conflito ideológico entre o lado que defendiam pela afinidade política, para Maria Soares Macedo o que marcou foi o seu empenho em ajudar o irmão.

Particpei. Particpei aqui. Naquele tempo dava as coisas. Eu ficava num escritório. O Gayoso era o Governador. O general Gayoso aí mandava. Era a UDN e o PSD, era só dois. Era muito melhor. Aí mandavam aquele horror de saco de leite para distribuir e mandava aquele fardo. Não era pecado não. Davam chapéus, davam sapatos, davam tudo. Esse meu irmão era do lado do General Gayoso. Aí mandavam aquelas coisas. Quando era de noite eu estava com meus braços doídos de medir pano para dar ao povo. Mas ele perdeu a eleição com 33 votos. Não queria nem se conformar, mas foi o jeito.²⁷³

Esse fragmento demonstra as relações políticas estabelecidas entre o governador do estado, o candidato a prefeito e os eleitores, evidenciando um elemento da *cultura política* do Piauí que são as trocas de favores. Observamos que a entrevistada considera que essa prática era normal na época, fazia parte dos modos de fazer política. É perceptível o entendimento de que o eleitor retribuiria com votos os produtos recebidos. Desse modo, percebemos que a lembrança de Maria Soares Macedo sobre a campanha de Chico Termino remete ao intenso trabalho que teve em distribuir o grande número de sacos de leite e de medir tecidos para dar às pessoas.

²⁷² BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 465

²⁷³ MACEDO, Maria Soares. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Novembro 2018.

Considerando o exposto, podemos afirmar que a memória de Maria Soares Macedo sobre os assuntos políticos do município, nos quais a emancipação se insere é significada mais pelos laços familiares que por uma afinidade ideológica e militante com as questões municipais. Ressaltamos que isso pode ser em virtude do fato de ser mulher, condição que, na época, pode tê-la afastado dos assuntos políticos. Por mais que ela tenha sido solicitada por políticos para trabalhar nas prefeituras, para dar aulas ou que tenha trabalhado num escritório para seu irmão, é importante percebermos que os elementos que marcam sua memória são os referentes às funções que desempenhava e não à luta política.

4.2.4 Memória e mudanças na narrativa de José Alves Teixeira

Figura 15 José Alves Teixeira



Fonte: Arquivo pessoal do autor, 2019.

José Alves Teixeira nasceu em 1931 em Palmeirais. Veio morar em 1945 no Baixão do Coco dos Carlos, povoado pertencente a São Pedro do Piauí. A relação desse entrevistado com Água Branca se fez pela atividade de comerciante que exerceu na localidade por muitos anos: José Alves Teixeira tinha um açougue e vendia carne no mercado, deslocava-se todos os dias para lá até se mudar efetivamente em 1966.

Em toda a entrevista de José Alves Teixeira foi marcante as comparações entre o que era o comércio quando ele era açougueiro e o hoje, quando está aposentado. O cerne dessa sua memória comparativa é a atenção que dá as mudanças pelas quais Água Branca passou ao longo do tempo, especialmente relacionada aos locais onde se realizavam trocas comerciais. Ao ser perguntado sobre como eram as feiras em Água Branca ele diz:

Aqui a feira de primeiro, a gente começava a noite, de madrugada e ia até de tardezinha. A gente andava de jumento, de cavalo. Era boa a feira. Quando era de tarde, essa hora tinha gente bêbada. Hoje a feira tudo acaba 8 horas. Não tem mais feira, tudo no supermercado, compra carne, verdura e vai embora. Acabou as feiras.²⁷⁴

O fragmento anterior deixa transparecer a noção de mudança que José Alves Teixeira percebe. Sua observação se faz em dois tempos: um tempo anterior, delimitado pela expressão “de primeiro” e o tempo atual, definido pela palavra “hoje”. A duração da feira quando ele ainda era vendedor é o que parece ao entrevistado ser o critério que a definia como boa, ao passo que o surgimento dos supermercados é um elemento que, na sua concepção, serve para explicar o fato de a feira durar menos. Quando ele diz que “acabou as feiras” não quer dizer que elas não existem mais, pois sabemos que elas ainda acontecem todos os domingos, entretanto, em seu pensamento elas não têm mais a intensidade e importância que tinham anteriormente.

Mais uma vez podemos perceber que a memória do trabalho vem acompanhada de uma crítica (“Era boa a feira) e uma valorização do ofício realizado em outra época (“a gente começava a noite, de madrugada e ia até de tardezinha”). Nas palavras de Ecléa Bosi (1994), “A memória do trabalho é o sentido, é a justificação de toda uma biografia”²⁷⁵. Para José Alves Teixeira as atividades que garantiam o seu sustento e a família é o que justificaram a sua vida e deixa isso evidente quando diz: “E aí eu fiquei trabalhando em meu açougue o tempo todo e na roça, criei a família, 7 filhos, tudo trabalhando na roça”.²⁷⁶

Mas será que essa mudança evidenciada por José Alves Teixeira é restrita a uma inquietação individual? Ou será que a sua memória sobre o comércio realizado nas

²⁷⁴ TEIXEIRA, José Alves. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca. Novembro. 2018.

²⁷⁵ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças dos velhos**. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p. 481.

²⁷⁶ TEIXEIRA, José Alves. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Novembro 2018.

feiras apresenta um incômodo coletivo? Para pensar essa questão voltemos a Halbwachs (1990). De acordo com esse autor, grupos de indivíduos estabelecem vínculos estreitos com o espaço dos quais fazem parte. Esses espaços modificam-se com o tempo e os indivíduos podem não adaptar-se a essas mudanças. Entretanto, essas inquietações não têm consequências porque não tocam uma coletividade. Para o autor, um grupo não se contenta apenas em manifestar sua indignação com as mudanças, “ele resiste com toda a força de suas tradições e essa resistência tem consequências”²⁷⁷.

José Alves Teixeira foi um comerciante de carnes que vendia nas feiras de Água Branca. As mudanças evidenciadas por ele tocam uma coletividade, pois elas não dizem respeito somente a ele, mas aos demais comerciantes que tiveram experiência de venda semelhante à sua. O espaço que unia essas pessoas era o antigo mercado de Água Branca. Era onde aconteciam as feiras. Atualmente, o mercado e as feiras localizam-se em outro lugar, entretanto a tradição que o antigo local representa mantém a sua imagem conservada na memória dos habitantes. Ao lembrar-se desse antigo local o entrevistado diz: “Ali no mercado velho era só aquela roda, aí foi estirando por aqui, estirando, quando pensa que não estava estourado”. Essa lembrança é a de alguém que viu o crescimento das vendas ali. O termo utilizado “mercado velho” mais do que uma simples referência representa a persistência de uma configuração espacial na memória dos comerciantes que trabalhavam lá.

As memórias de José Alves Teixeira como já mencionadas dão conta de mudanças no comércio de Água Branca. É inegável que nos últimos anos Água Branca tenha tido em sua área urbana o acréscimo de muitos supermercados, disponibilizando em único estabelecimento e, diariamente, uma variedade de produtos. Essa nova configuração na cidade pode até ser um fator que tenha diminuído a procura por produtos nas feiras aos domingos. Entretanto, não foi suficiente para extingui-la.

Isso acontece principalmente com os ofícios, os negócios e todos os modos de atividades um pouco antigas, que não tem mais lugar nas cidades modernas. Eles subsistem em virtude de uma força adquirida e certamente teriam desaparecido, se não se prendessem teimosamente aos lugares que outrora lhes eram reservados. Encontramos pequenos pontos de comércio que só conseguem uma freguesia porque há tempos imemoriais se confundem com um local que chama a atenção do público para eles.²⁷⁸

²⁷⁷ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990, p. 164.

²⁷⁸ *Ibidem*, p. 165.

A força da tradição faz com que elementos de outrora coexistam com os recentemente construídos. O Mercado Público, mesmo tendo sido transferido para um prédio novo, carrega consigo toda uma tradição de vendas entre comerciantes e clientes que faz com essa prática persista em meio aos novos estabelecimentos comerciais instalados. Não é que estejamos reduzindo a isso a motivação das pessoas de irem às feiras, o que queremos ressaltar é que podemos ver a existência das feiras como uma resistência e é justamente esta que nos permite dizer que as mudanças relatadas por José Alves Teixeira remetem a uma coletividade. E mais “[...] essa resistência permite entender melhor a que ponto nesse tipo de grupo a memória coletiva se apoia nas imagens espaciais”.²⁷⁹

Quando perguntamos as lembranças que José Alves Teixeira tem da emancipação política de Água Branca ele associa o acontecimento político à sua atividade comercial. “Quando passou a cidade eu já estava trabalhando em meu açougue há muito tempo. Em 1954 eu já tinha 25 anos”. Tal qual a memória de Maria Soares Macedo sobre a emancipação política a de José Alves Teixeira não se atém a detalhes. Isso nos remete a Halbwachs (1990), quando diz que

Temos de levar em conta o fato de que os habitantes são levados a prestar uma atenção muito desigual ao que chamamos de aspecto material da cidade, mas que a maior parte certamente se sentiria bem mais sensibilizada com o desaparecimento dessa rua, desse prédio, daquela casa, do que pelos acontecimentos nacionais, religiosos, políticos mais sérios²⁸⁰

O autor referido chama a atenção para o fato de que mudanças no espaço físico podem sensibilizar os indivíduos de um determinado lugar muito mais do que acontecimentos políticos, especialmente se estes últimos não alterarem o ambiente em que ele constrói sua vida. Essa reflexão nos é útil para pensarmos a memória de José Alves Teixeira sobre a criação do município de Água Branca. Como um acontecimento em primeiro lugar político, seus efeitos não foram sentidos de modo imediato pelo entrevistado, provavelmente ocupado com a família e com o trabalho no comércio. A mudança de status de povoado para cidade de Água Branca não trouxe transformações marcantes para a memória do entrevistado e que lhe fizesse associar esse momento com a sua vida. Reparamos que ele deu mais atenção a modificações nos espaços de comércio e no modo como era realizado na cidade.

²⁷⁹ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990, p. 162.

²⁸⁰ *Ibidem*, p. 161.

Quando lhe perguntamos o que a emancipação política mudou em sua vida ele nos responde: “Não, a minha vida mudou porque ficou mais liberto, apareceu mais movimento para a gente trabalhar, para pegar em dinheiro que não tinha”. A negação no início da frase transpareceu para nós como uma modificação de sentido. A pergunta feita ao entrevistado era sobre sua vida pessoal, mas ele transfere na resposta o sentido pessoal para o geral, como se as modificações do processo político que desmembrou Água Branca de São Pedro não tivessem uma incidência direta sobre ele, atingindo-o apenas com o reflexo das mudanças que proporcionou a outras áreas.

Essa falta de interesse com uma realidade distante do círculo de vivências do entrevistado também foi atestado durante uma conversa informal com outro comerciante de Água Branca. Quando lhe pedimos para falar sobre a emancipação política de Água Branca ele nos diz que não conhecia muito o assunto por estar ocupado com o trabalho na roça e não com “as coisas da cidade”. Em nossa opinião, esse distanciamento existente entre as pessoas e a criação do município demonstra que esse processo marcou mais a memória dos que estavam mais inseridos no meio político, distanciando-se do cotidiano da maior parte dos moradores.

Assim, podemos perceber que a memória de José Alves Teixeira enfatiza aspectos relacionados a mudanças no espaço da cidade. Descrições detalhadas sobre o processo político parecem ficar em segundo plano, ofuscadas pela atividade no comércio e na agricultura que o entrevistado desempenhava, o que evidencia a emancipação política enquanto acontecimento que não foi tão marcante em sua vida.

Os quatro sujeitos entrevistados, a partir das suas especificidades, nos permitem perceber que a criação do município perpassou a vida dos entrevistados de modo diferente. Pedro Reis e Milton Floriano, como estiveram mais envolvidos nos meios políticos, sabem falar mais em detalhes sobre o processo, deixando a impressão de familiaridade, seja pela participação direta, como parte dos grupos envolvidos, seja pela participação indireta, por meio do contato com os círculos sociais. Maria Macedo e José Teixeira, por sua vez, demonstraram certo distanciamento. Para a primeira, a criação do município parece ter tido um significado mais pessoal ao passo que, para o segundo, o processo parece não ter sido mais relevante que as atividades necessárias à sua vida. Essas duas maneiras de conceber a emancipação do município demonstra que esta não marcou os entrevistados da mesma maneira, evidenciando-a como um processo político cuja importância não foi a mesma para os diversos grupos sociais.

4.2.5 As memórias sobre a emancipação política: interações entre memória celebrativa e memórias individuais

Desse modo, nos colocamos diante de dois tipos de memória: a memória dos militantes (Pedro Alves dos Reis e Milton Floriano Siqueira), no sentido de terem participado ou convivido de maneira mais intensa com a cena política e não militante (Maria Soares Macedo e José Alves Teixeira), que vivenciaram mais como espectadores, com um certo grau de distanciamento dos acontecimentos políticos. Como já atestamos anteriormente, o que diferencia essas memórias é o caráter detalhista de uma e mais genérico de outra. Aqui, tomemos emprestado a indagação de Ecléa Bosi (1994), ao tratar da memória consciência e memória estereótipo. “O contraste, que salta à primeira leitura (espectador *versus* participante), distinguirá significativamente a qualidade da lembrança política dos dois grupos”²⁸¹ A resposta da referida autora é negativa, pois, segundo ela, o fato dos entrevistados terem participado de perto dos acontecimentos não os livra de terem cedido à narração oficial.

Ainda segundo a referida autora

A experiência política, enquanto partidária, necessariamente vai modelando, com o tempo, formas de discurso valorativo, convencional, ‘ideológico’, que podem esconder o teor mais objetivo da fala testemunhal; formas que vão ficando cada vez mais parecidas com as da crônica oficial, geralmente, celebrativa.²⁸²

Entretanto, reforçamos que a tendência à convencionalização não acontece apenas com os entrevistados que vivenciaram de perto os acontecimentos políticos. Os nossos entrevistados (participantes ou espectadores) dão ao processo de emancipação política um caráter celebrativo, considerando, tal qual a memória oficial, um acontecimento divisor de águas na história do município.

Pedro Alves dos Reis usa o termo “nascer”, evidenciando o surgimento de algo novo. “Era povoado de São Pedro do Piauí. Quando foi em 1954, Água Branca nascia na sua emancipação política e social. Vi Água Branca nascer”.²⁸³ Maria Soares Macedo, quando perguntamos se melhorou algo na localidade após a emancipação política ela exclama: “Ave Maria! E muito. Ave Maria! [...] tudo o que queria era em Teresina, e

²⁸¹ BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: Lembranças dos velhos**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994, p.457.

²⁸² *Ibidem*, p. 458.

²⁸³ REIS, Pedro Alves dos. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Abril, 2018.

passando a cidade veio as estradas, melhoraram, mas custou”.²⁸⁴ Milton Floriano Siqueira diz algo parecido. Para ele, com a emancipação a cidade “Melhorou, melhorou muito, melhorou bastante, principalmente quando foi instalada a prefeitura. Mas mesmo assim, houve muita briga...ainda houve muita briga”²⁸⁵.

Observamos que os entrevistados não disseram que o processo de emancipação política foi ruim. Mesmo que em suas falas utilizem algum advérbio de negação para dizer que foi bom, mas teve algo que não agradou. Em nenhum momento os problemas ou elementos que ficaram a desejar são colocados em primeira importância. Avaliamos que isso não deva ser visto como indício de que a emancipação política foi um processo cujos benefícios se sobrepuseram às suas faltas, mas sim como um apontamento para a existência de uma memória coletiva oficial, celebrativa, que busca apagar as dificuldades e os problemas da localidade que o processo não foi capaz de sanar.

À luz de Pollak (1989), podemos evidenciar um processo de enquadramento da memória onde, visando “manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum”, é criado um quadro de referências para organizar as interpretações que se tem do passado da cidade. Os rastros²⁸⁶ desse enquadramento puderam ser percebidos quando ainda estávamos selecionando os sujeitos que iríamos entrevistar.

Definimos como critério inicial para escolha dos entrevistados aqueles que lembrassem de Água Branca na época em que aconteceu a emancipação política, o que nos levou para alguns nomes de pessoas consideradas como as que “sabiam de muita coisa”. Eram, em geral, aquelas envolvidas nos meios políticos e que não tinham vivenciado o momento da criação do município. Estas reproduziam história da cidade já consagrada nos meios oficiais, de modo que muitos dos que conversamos antes de realizar as entrevistas apontavam esses nomes por não se considerarem apropriadas para discutir sobre o assunto: “O trabalho de enquadramento da memória tem seus atores profissionalizados”²⁸⁷, responsáveis por reconstruir os fatos de maneira objetiva, selecionando os que são considerados mais importantes.

²⁸⁴ MACEDO, Maria Soares. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Novembro 2018.

²⁸⁵ SIQUEIRA, Milton Floriano. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Maio, 2018.

²⁸⁶ Para Pollak (1989, p. 10), “Além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas etc”.

²⁸⁷ POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989, p. 10.

Estes sujeitos, “testemunhas autorizadas”, embasavam seu discurso em materiais fornecidos pela história como a citação dos nomes dos primeiros moradores (os quatro cearenses que vieram fugindo da seca), da lei de 30 de abril de 1954 que criou o município em 1 de Julho do mesmo ano, pelo nome dos prefeitos e obras que realizaram na cidade, além dos lugares de memória²⁸⁸, como as ruas e os estabelecimentos públicos que foram nomeados de acordo com quem o poder oficial desejava fixar na memória da população. Esses elementos apareceram fixos de formas diferenciadas nas narrativas dos entrevistados servindo não apenas como pontos essenciais, mas também como pontos de referência que organizaram a memória sobre os acontecimentos que marcaram a história da cidade.

A nossa intenção não é entender como essa memória oficial foi construída, mas como alguns dos seus elementos interagiram com as lembranças pessoais dos nossos entrevistados. Neste ponto, colocamos outro questionamento que é: qual o caráter da adesão dos indivíduos que entrevistamos a essa interpretação oficial do passado, coercitivo ou afetivo? Pollak (1989) ressalta o quanto a memória coletiva pode ser impositiva, levando os indivíduos, por razões diversas, a se submeterem a ela. É com base nesse raciocínio que podemos entender que mais que um desejo unânime de todos os habitantes pela emancipação política de Água Branca, a frase de Milton Floriano Siqueira “[...] eram todos favoráveis, quem morava aqui era todo mundo favorável. Eles sonhavam em Água Branca ser cidade”,²⁸⁹ representa a adequação à memória oficial.

Em uma cidade, onde a emancipação política é festejada todos os anos, onde a data em que aconteceu a instalação do município é celebrada como um feriado pelo significado histórico que possui. Não ser a favor ou considerar que houvesse pessoas que não quisessem a emancipação pode ser visto como um desamor à cidade e até mesmo um desrespeito àqueles que “lutaram” a favor. Pollak (1992) fala da necessidade de encontrar um *modus vivendi*, ou seja, se adequar à memória celebrativa oficial é também uma forma de reforçar os laços de pertencimento com a coletividade. Nesse sentido, o silêncio sobre os desagradados com a emancipação política é o melhor meio de evitar mal entendidos e permanecer vivendo em harmonia com memória dominante. É esse um dos elementos que nos ajudaram a explicar o porquê dos aspectos positivos da emancipação política de Água Branca serem reforçados pela memória individual.

²⁸⁸ NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p.7-28, dez. 1993.

²⁸⁹ SIQUEIRA, Milton Floriano. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca. Novembro, 2018.

Essa relação entre memória oficial e as memórias dos entrevistados não poderia ter outro caráter senão o coercitivo? Afinal, [...] “o que impede que uma memória oficial também seja transmitida pelos laços de afetividade, ou pela participação dos indivíduos em determinados grupos?”²⁹⁰ Voltemos a Halbwachs (1990),

“[...] Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados ou de noções comuns que esteja em nosso espírito e também no dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte de uma mesma sociedade, de um mesmo grupo”²⁹¹.

O raciocínio do referido autor nos interessa na medida em que realça o caráter afetivo entre a memória coletiva e as memórias individuais. Para ele, não basta que um acontecimento seja reconstruído pedaço a pedaço, ele precisa significar algo para as pessoas. Do mesmo modo, ao analisar nossas entrevistas percebemos que uma noção comum de pertencimento fez os entrevistados identificarem-se com a memória coletiva oficial. O melhor exemplo que temos sobre é um fragmento da fala de Milton Floriano Siqueira ao lembrar-se do período em que estavam “lutando” pela emancipação política, quando havia o grupo que era a favor e o que era contra ao processo. Ele diz: “Houve uma época que até os moradores daqui do povoado era rixado com o pessoal de São Pedro: - Onde tu vai? - Não, eu vou para São Pedro. Aí o caba pega na canela: -Ai, ai! [Risos]”²⁹²

A lembrança do entrevistado demonstra a época em que havia uma disputa entre os que eram favoráveis à emancipação e os que não eram. Mas também uma competitividade entre os moradores de São Pedro e os de Água Branca, representada aí como uma brincadeira que provavelmente esteve presente no cotidiano dos moradores da localidade e marcou a memória de Milton Floriano Siqueira. O que isso contribui à nossa análise é a ideia de que a emancipação política deixava em evidência as fronteiras que separavam os habitantes das duas localidades, fortalecendo o sentimento grupal de pertencimento a Água Branca.

²⁹⁰ OLIVEIRA, Marylu Alves de. **A cruzada antivermelha - democracia, Deus e terra contra a força comunista**: representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí da década de 1960. Teresina, 2008. (Dissertação de Mestrado).

²⁹¹ HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990, p. 39.

²⁹² SIQUEIRA, Milton Floriano. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca. Maio, 2018.

Desse modo, não podemos falar da existência de uma memória oficial (celebrativa) em contraposição a uma memória popular (memórias particulares) em Água Branca, pois a situação é mais complexa que isso. Nesse sentido, consideramos seguindo a orientação de Alberti (2005), que a melhor alternativa para evitarmos a polarização entre memória dominante e dominada é levar em conta a possibilidade de existência de “uma multiplicidade de memórias em disputa²⁹³”. Há sim uma memória coletiva oficial, entretanto longe de uma total divergência, ela interage com as várias memórias individuais. Entender as memórias sobre a emancipação política em seu caráter múltiplo nos permite compreender que esse acontecimento repercutiu de modo diferenciado entre os moradores. A criação do município foi significada de formas variadas, resultado das diferentes vivências dos moradores. Mesmo havendo uma memória oficial, esta não foi capaz de apagar as impressões pessoais.

Entender o processo de emancipação política é ir além das mudanças concretas que ele proporcionou, portanto é evidenciar que significados elas tiveram para a população. A mudança no status político que pode ter sido essencial para determinado grupo de pessoas ingressarem em cargos políticos, pode não ter sido importante para o agricultor ou para o morador da zona rural que não obteve melhoras em seu cotidiano. Desta maneira, em virtude das especificidades das pessoas ou dos grupos, seja pela posição social ou pela ocupação, a emancipação tem sentidos diversos, podendo ter desde significados identitários num sentido coletivo até significados de cunho mais particulares.

²⁹³ ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004, p. 39.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela presente pesquisa, observamos que a criação de municípios no Estado do Piauí, durante o ano de 1954, fez parte das estratégias dos políticos para vencer as eleições municipais, atestando a força que as municipalidades possuíam dentro do estado. Essa relação só pode ser entendida levando-se em conta a *cultura política local*, que justificava as ações dos deputados e demais políticos, pois estes acreditavam que as populações dos municípios a serem criados criariam vínculos pela sua atitude em fazer um “favor” a elas, recompensando-se com o voto nas eleições.

Porém, a criação de municípios não poderia ter sido tão explorada no meio político se não houvesse um contexto político, cultural e legislativo que não só lhe desse as condições, como também fosse capaz de significá-la, justificá-la, permitindo que se tornasse parte das jogadas dos candidatos. Percebemos que o texto legislativo de 1946 e os discursos políticos convergiram para criar representações positivas sobre os municípios, enfatizando sua função na nação como promotor do crescimento. Observamos que essa maneira de ver o município teve ressonância social, podendo ser verificado nas justificativas utilizadas pelos políticos para criá-los, na maneira como os gestores públicos pensaram a organização das novas unidades instaladas e pelas expectativas que os moradores depositavam na possibilidade de terem sua localidade elevada à categoria de cidade.

Em face dessas considerações que atestam a existência de um contexto específico para a criação de municípios na década de 1950, entendemos a emancipação política de Água Branca como um processo que se situou dentro desse contexto. Percebemos que os políticos que estiveram à frente compartilhavam o entendimento de que a criação do município poderia ser usada com fins eleitoreiros e vimos que os problemas políticos eram resolvidos à base de atos de violência.

Quando o município de Água Branca foi instalado, as ideias de progresso, crescimento comercial e melhoras passadas pelas representações da época acerca dos municípios não se concretizaram em sua totalidade. A continuidade de práticas como a violência e de problemas estruturais, como falta de calçamentos e água foi um elemento que não deixou de ser visualizado nas narrativas e nas atas. O Código de Posturas que prometia normatizar os hábitos dos moradores da localidade, trazendo benefícios para a toda a população foi excludente em suas linhas mais gerais, dando privilégios a quem possuísse maior condição financeira. Apesar de seu caráter normativo, o código não foi

obedecido na íntegra, demonstrando a sobrevivência de práticas para além das exigências do poder público, como a permanência de currais na zona urbana.

Notamos que os entrevistados, ao lembrarem-se das mudanças que ocorreram após a emancipação política, mencionam ações que foram acontecendo em curto prazo, como a instalação de escolas e o fortalecimento da energia elétrica, mas também realçam obras que aconteceram muito tempo depois, como se o processo de emancipação política tivesse sido o responsável por sua ocorrência. Consideramos esse entendimento como o indício de que a criação do município representou para os moradores mais do que o evento político de primeiro de julho de 1954, mas meios práticos de melhorar a vida na localidade. O acontecimento teve mais relevância para eles quando se converteu em obras concretas.

Constamos a existência de uma memória coletiva sobre a emancipação política, de caráter oficial (organizada pelo poder público) e celebrativa (todos os anos no dia da instalação do município são realizados eventos festivos). Averiguamos que a base dessa memória foi construída durante a década de 1950, com elementos que ajudavam a criar laços de pertencimento dos moradores com a localidade e reforçando a imagem da cidade como dotada de potencialidade. Esse último aspecto pode ser explicado ainda pelo contexto da época, quando o potencial econômico parecia ser uma justificativa inquestionável para exigir a emancipação política.

Percebemos que os moradores entrevistados enfatizavam em suas narrativas o caráter positivo da emancipação política. No entanto, a melhoria que esta trazia era muitas vezes acompanhada da descrição de uma desvantagem, evidenciando que o processo não agradou totalmente. Associamos a primazia dada pelos entrevistados aos aspectos positivos do município ao domínio da memória oficial/celebrativa. Ainda assim, isso não indicou a passividade dos sujeitos históricos, mas atestou que estes, baseados em suas experiências pessoais, construíam suas narrativas dialogando com essa memória oficial, significando os elementos que lhes eram convenientes.

Esta pesquisa constituiu-se de uma das formas possíveis pelas quais a emancipação política de Água Branca pode ser explicada. Enfatizamos não causas específicas e isoladas, como a política, a econômica ou interesse em recursos federais, mas ao contexto específico do período, elemento que, em nossa opinião, é o que chegou mais próximo de dar conta da complexidade em que se deu esse processo.

REFERÊNCIAS

Artigos, capítulos de Livros e Revistas

ABRUCIO, Fernando Luiz. Os barões da federação. In: **Lua Nova**. 1994, n.33, p.165-183. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-64451994000200012&script=sci_abstract&tlng=pt > Acesso em: Jan/2018.

AFFONSO, Rui. Os municípios e os desafios da federação no Brasil. In: **Revista da Fundação Seade: São Paulo em perspectiva**. V. 10, N. 3. P. 3-10. Disponível em: < http://docplayer.com.br/2535729-Os-municipios-e-os-desafios-da-federacao-no-brasil.html#show_full_text>. Acesso em: Out 2016.

AMADO, Janaína. A culpa nossa de cada dia. **Projeto História**, São Paulo, abril, 1997.

_____. O grande mentiroso: tradição, veracidade e imaginação em história oral. **História**, São Paulo, v. 14, p. 125-136, 1995.

ATANÁSIO, O. Francisco Chagas. Zezé Leão: violência, narrativa e mito. **Tempos Históricos**. Volume 17, p. 364-383. 2 semestre de 2013.

BECKER, Jean-Jacques. O handicap do a posteriori. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BÉDARIDA, François. Tempo presente e presença da história. In: AMADO, Janaína. FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BERSTEIN, Serge. Cultura Política. In: RIOUX, Jean-Pierre; SIRINELLI, Jean-François. **Para uma História Cultural**. Lisboa; Estampa, 1998, p. 349-366.

_____. Os partidos. In: RÉMOND, René (org). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1996.

BREMAEKER, François E. J. de. **Limites à criação de novos municípios: A Emenda Constitucional nº 15, p. 3.** Disponível em: <http://www.oim.tmunicipal.org.br/abre_documento.cfm?arquivo=_repositorio/_oim/_documentos/C314274B-EDAF-D8DD-A34AAA8D3595BA1A18032015103846.pdf&i=2723> Acesso em: Dez. 2018.

_____. A evolução do FPM: a principal fonte de recursos dos municípios. **Revista de Administração Municipal**. Rio de Janeiro. V. 40, n. 209, p. 77-90, out./dez. 1993. In: TeleIbam, Rio de Janeiro: IBAM, 1996.

CERTEAU, Michel de. Fazer com: usos e táticas. In: _____ **A invenção do cotidiano: 1. Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.

_____. Introdução geral. In: _____ A invenção do cotidiano: 1. **Artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 2008.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

CIGOLINI, A. A.; CACHATORI, T. L. Análise do Processo de criação de municípios no Brasil. In: **XII Colóquio Internacional de Geocrítica: Las independências y construcción de estados nacionales: poder, territorialización y socialización, siglos XIX – XX**. Bogotá, 7 al 11 de Mayo, 2012, Actas... Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/11-A-Cigolini.pdf>>. Acesso em: Out 2016.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. Partidos Políticos e frentes parlamentares: Projetos, desafios e conflitos na democracia. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 127 - 154.

DOMINGOS NETO, Manoel. **Seca seculorum, flagelo e mito na economia rural piauiense**. Teresina, Fundação CEPRO, 1987.

DOSSE, François. A imputação causal. In: _____ **A História**. Bauru, SP: EDUSC, 2003, p. 47 – 100.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um paradigma indiciário. In: _____ **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

LORDELLO DE MELLO, Diogo. A multiplicação dos municípios no Brasil. **Revista de Administração Municipal**. Rio de Janeiro. V. 39, n. 203, p. 23-28, abr/jun. 1992. In: [www/ TeleIbam](http://www/TeleIbam), Rio de Janeiro: IBAM, 1996.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes históricas**. 2. Ed. São Paulo: Contexto, 2008, p. 139.

MAGALHÃES, João Carlos. **Emancipação político-administrativa de municípios no Brasil**. Disponível em:<http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/Capitulo1_30.pdf> Acesso em: Out 2017.

MOREIRA, Vânia Maria Losado. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 157 - 194.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: _____ (org.). **Culturas políticas na história: novos estudos**. Belo Horizonte, MG : Argvementvm, 2009, 13- 80.

NORA, Pierre. Entre a memória e a história: a problemática dos lugares. **Projeto História**, São Paulo, n. 10, p.7-28, dez. 1993.

PAMUK, Orhan. Discurso da cerimônia de entrega do prêmio Nobel de literatura de 2007. In: _____ **A maleta do meu pai**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Cidades visíveis, cidades sensíveis, cidades imaginárias. **Revista Bras. Hist.**, São Paulo, v. 27, n. 53, p. 11-23, jun. 2007.

PINTO, Georges José. Município, Descentralização e Democratização do Governo In: Revista on-line. **Caminhos de Geografia**. Programa de Pós Graduação em Geografia. Jun 2002. Disponível em: <<http://www.plataformademocratica.org/Publicacoes/10538.pdf>> Acesso em: Outubro/2017.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200-212.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

PORTELLI, Alessandro. Sonhos ucrônicos: memórias e possíveis mundos dos trabalhadores. **Projeto História**, São Paulo, 1993.

RÉMOND, Rene. O retorno do político. In: AGNÈS, Chauveau. **Questões para a história do tempo presente**. São Paulo: EDUSC, 1999.

RIOUX, Jean- Pierre. Pode-se fazer uma história do presente? In: AGNÈS, Chauveau. **Questões para a história do tempo presente**. São Paulo: EDUSC, 1999.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. A construção social da memória. In: _____ **Memória coletiva e teoria social**. São Paulo: Annablume, 2012.

TAVARES, Íris Eliete Teixeira Neves de Pinho. O município brasileiro: sua evolução histórico-constitucional. **Revista de Direito Administrativo**. Rio de Janeiro, 209, p. 169 -187, jul./ set. 1997. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rda/article/viewFile/47050/46035>> Acesso em: Dez. 2017.

THOMPSON, Paul. A entrevista. In: _____. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

TOMIO, Fabrício Ricardo de Limas. A criação de município após a Constituição de 1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. Vol. 17 Nº 48, p. 70. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092002000100006> Acesso em: Outubro/ 2017.

VIANA, Hélder do Nascimento; ROCHA, Raimundo Nonato Araújo da; ARRAIS, Raimundo Pereira Alencar (org.). **Cidade e diversidade**: itinerários para a produção de materiais didáticos em História. Natal: EDUFRN, 2012.

VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Teses, dissertações e monografias

CIGOLINI, Adilar Antonio. **A fragmentação do território em unidades político-administrativas**: análise da criação de municípios no Estado do Paraná. Florianópolis, 1999. (Dissertação de mestrado).

LIMA, Cardoso Nilsângela. **Invisíveis asas das ondas ZYQ-3**: sociabilidade, cultura e cotidiano em Teresina (1948- 1962). Teresina, 2007. (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Da terra ao céu**: Culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2016. Tese (Doutorado em História).

_____. **A cruzada antivermelha** - democracia, Deus e terra contra a força comunista: representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí da década de 1960. Teresina, 2008. (Dissertação de Mestrado).

ROCHA, Maria Lucimar da. **A cidade e (n) a História**: uma análise do processo de emancipação política de Alagoinha do Piauí (1960- 1986). Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2018. (Dissertação de Mestrado).

SILVA NETO, Ábdon Eres da. **Lagoinha do Piauí**: povoado, emancipação, cidade. Teresina, 2016. (Monografia).

SIQUEIRA, Cláudia Gomes de. **Emancipação municipal após a Constituição de 1988**: um estudo sobre o processo de criação dos novos municípios paulistas. Campinas, SP: [s.n.], 2003, p. 21. (Dissertação de Mestrado).

Livros

ALBERTI, Verena. **Manual de História Oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

_____. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História ou, O ofício do Historiador**. Rio de Janeiro. Zahar, 2001.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: Lembranças dos velhos. 3. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

_____. **O tempo vivo da memória**: ensaios de psicologia social. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CALVINO, Ítalo. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CAMPANELLA, Tommaso. **A cidade do sol**. São Paulo: Editora Escala, 2008.

CATARINO, Francisco. **A História de Água Branca**. Teresina: Gráfica Tergraph, 2013.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Trad. de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difusão Editora, 1988.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática, 1989.

FENELON, Déa Ribeiro (Org.). **Cidades: pesquisa em história**. Olho d'água, 2000.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva. **O recinto do elogio e da crítica**: maneiras de durar de Alberto Silva na memória e na história do Piauí. Teresina: EDUFPI, 2015.

FRANCO, José Patrício. **O município no Piauí: 1761-1961**. Teresina: Comepi, 1977.

GONÇALVES, Wilson Carvalho. **Dicionário Enciclopédico Piauiense Ilustrado**: comentado: 1549-2001. Teresina: Halley, 2003.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Laurent Léon Schaffter. São Paulo: Edições Vértice, 1990.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEAL, Vítor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

MARTINS, Agenor de Sousa et al. **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. Teresina: Fundação Cepro, 2003.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**. São Paulo: Malheiros editores, 1990.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo**: Modernização e violência policial em Teresina (1937 – 1945). Teresina: EDUFPI, 2015.

REZENDE, Antonio Paulo. **Desencantos modernos**: histórias da cidade do Recife na década de XX. Recife: FUNDARPE, 1997.

RISÉRIO, Antônio. **A cidade no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2012.

RODRIGUES, Joselina Lima Pereira. **Estudos Regionais do Piauí**. Teresina, 1998.

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade**. 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu estático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

TAVARES, Zózimo. **O Piauí no Século 20**: 100 fatos que marcaram o Estado de 1900 a 2000. Teresina: Alínea Publicações Editora, 2003.

TITO FILHO, José de Arimathea. **O Poder legislativo do Piauí**: síntese histórica. Teresina: COMEPI, 1980.

VEYNE, Paul Marie. Como se escreve a história; **Foucault revoluciona a história**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.

Documentos disponíveis no Arquivo Público de Teresina

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ. Atas das sessões de 1953 a 1956.

Diário Oficial do Estado do Piauí. Ano XXIV – 66º da República – Nº 21. Teresina. Sábado, 13 de março de 1954.

PIAUÍ, Constituição (1947). Constituição Estadual do Piauí. Teresina: Imprensa Oficial do Piauí.

JORNAL O DIA. Ano XII. Teresina, 9 de dezembro de 1962 NUM 1054.

JORNAL OPINIÃO. Teresina, 27 de junho de 1954.

JORNAL PIAUÍ. Ano XIII. Teresina, 30 de agosto de 1953. NUM 865.

Documento disponível na Câmara Municipal de São Pedro do Piauí

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PEDRO DO PIAUÍ. Atas das sessões de 1953 e 1954.

Documento disponível na Câmara Municipal de Água Branca

CÂMARA MUNICIPAL DE ÁGUA BRANCA. Atas das sessões de 1953 - 1958.

Sites

BRASIL, Constituição de 1946. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1940-1949/constituicao-1946-18-julho-1946-365199-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: Outubro/ 2017.

Discurso do presidente Juscelino Kubitschek proferido na sessão solene inaugural do IV Congresso de Municípios em 28 de abril de 1957. Disponível no site da Presidência da República: <<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/jk/discursos/1957>>. Acesso em: Junho de 2018.

REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS. Ano III, Abril – junho de 1950, Nº10. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=7180&view=detalhes>> Acesso em: Fev. 2019.

REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS. Ano VII, Janeiro – Março de 1954, Nº25. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=7180&view=detalhes>> Acesso em: Fev. 2019.

REVISTA BRASILEIRA DOS MUNICÍPIOS. Nº 27, Ano VII, Julho – Setembro, 1954, p. 144.

Fontes orais

CATARINO, Francisco. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Abril, 2018.

MACEDO, Maria Soares. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Nov 2018.

REIS, Pedro Alves dos. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca. Abril, 2018.

SIQUEIRA, Milton Floriano. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca. Maio, 2018.

_____. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca. Novembro, 2018.

TEIXEIRA, José Alves. Entrevista concedida a Ábdon Eres da Silva Neto. Água Branca, Novembro, 2018.